



APÊNDICE I - PROCESSO Nº 1066559

**GUIA DO ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA  
GESTÃO ESTADUAL- IEGE  
MINAS GERAIS / 2018**

## Sumário

1. Introdução.....	3
2. Quesitos, por Dimensão, do IEGE (Quantitativo e Representatividade) .....	7
2.1. Quesitos Pontuados e Informativos .....	7
2.2. Quesitos Meios e Finalísticos .....	8
3. Apuração do IEGE do Estado de Minas Gerais – 2018.....	9
3.1. Nota Final do IEGE: 59,20.....	10
3.1.1. Nota por Dimensão:.....	10
4. Análise das Notas Alcançadas no IEGE.....	11
4.1. i-Desenvolvimento.....	11
4.2. i-Educação .....	14
4.3. i-Planejamento .....	18
4.4. i-Fiscal .....	20
4.5. i-Segurança Pública .....	26
4.6. i-Saúde .....	29
4.7. i-Meio Ambiente.....	31
5. Incongruências/ausências apuradas no preenchimento do IEGE .....	34
6. Validação das Respostas Prestadas pelo Governo .....	38
7. Considerações Finais .....	38
ANEXO I .....	39
ANEXO II .....	61

### 1. Introdução

A partir de 2016, o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais intensificou a realização de estudos para proposição de novo paradigma de controle da gestão estadual, inspirado no IEGM e com o objetivo de elaborar o Índice de Efetividade da Gestão Estadual – IEGE, cuja metodologia foi também disponibilizada pelo IRB aos TCEs brasileiros. Em 2017, em parceria com a Fundação João Pinheiro e o Poder Executivo do Estado de Minas Gerais, foi desenvolvido o processo criativo dos 294 quesitos e seus sub quesitos nas 7 dimensões avaliadas pelo IEGE: planejamento, gestão fiscal, educação, saúde, segurança pública, meio ambiente e desenvolvimento econômico.

Merece destaque o Índice de Avaliação do Planejamento – IAP, desenvolvido pelo próprio corpo técnico do Tribunal, o qual mede a frequência de ações de programas governamentais, por faixa de execução orçamentária, considerando a relação entre o planejamento inicial e a execução física e financeira, demonstrando a qualidade do planejamento realizado pelo Estado.

Importante ressaltar que o Manual do IEGE é omissivo quanto à perspectiva a ser utilizada para o cálculo do IAP; deixa brecha para que o cálculo seja feito tanto por Função quanto por Eixo. Pelo fato de o IEGE aspirar à aferição da gestão estadual dos Estados de maneira uniforme (tanto é assim que sua metodologia foi disponibilizada a outros Tribunais de Contas) e pelo fato de a avaliação do planejamento por Eixo, como ocorre no Relatório Técnico das Contas Governamentais, ser uma particularidade de Minas Gerais inserida pelo Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado – PMDI, pressupõe-se que, apesar da lacuna, a melhor opção é a apuração do IAP por Função, classificação comum a todos os entes da federação. Desse modo, é possível unificar o critério entre aos Estados, tornando o índice, inclusive, comparável.

O objetivo do IEGE é avaliar a existência e a qualidade dos meios empregados para se alcançar, de forma abrangente, a efetividade da gestão estadual, considerando, sobretudo, os aspectos do bem-estar social. Assim, na composição do Índice há, sobretudo, quesitos de natureza de Meios, mas existem, também, aqueles que se identificam com a natureza Finalística, representando aspectos de efetividade, embora sejam classificados, em grande parte, como Informativos, os quais não impactam o resultado final, mas cujas informações alimentarão banco de dados, com vista a subsidiar tanto as ações de controle externo quanto as ações do gestor, na busca pela melhoria da Administração Estadual.

Na definição dos quesitos, é considerada sua evolução anual, tendo em vista a necessidade de adequação e implementação de ações para atingir os objetivos em tempo hábil. O IEGE reflete as principais responsabilidades do Estado na repartição de competências dentro da Federação, a qual se fundamenta no

princípio da predominância do interesse<sup>1</sup>. Assim, à União cabe satisfazer os interesses gerais; aos Estados-Membros, os interesses regionais; aos Municípios, os interesses locais; e ao Distrito Federal, interesses regionais e locais.

As sete dimensões avaliadas pelo IEGE<sup>2</sup> quanto à existência e qualidade das políticas, ações e gastos públicos são:

- Planejamento (i-PLANEJ): Índice Estadual do Planejamento;
- Gestão Fiscal (i-FISCAL): Índice Estadual da Gestão Fiscal;
- Educação (i-EDUC): Índice Estadual da Educação;
- Saúde (i-SAÚDE): Índice Estadual da Saúde;
- Segurança Pública (i-SEGP): Índice Estadual da Segurança Pública;
- Meio Ambiente (i-AMB): Índice Estadual do Meio Ambiente;
- Desenvolvimento Econômico (i-DES): Índice Estadual de Desenvolvimento Econômico.

Sua escolha não considerou, exclusivamente, a materialidade dos gastos públicos, tendo essas dimensões sido selecionadas, sobretudo, pela importância no contexto de uma gestão efetiva que busca a materialização dos direitos fundamentais. Discriminam-se, abaixo, os itens que, combinados, compõem o IEGE:

- Dados da execução orçamentária, financeira e patrimonial do Estado;
- Dados estatísticos de instituições oficiais (IBGE, IPEA, etc.);
- Dados oriundos das Prestações de Contas Anuais do Governo do Estado;

---

<sup>1</sup> MORAES, A. de. *Direito Constitucional*. 10 ed. São Paulo: Atlas, 2001.

<sup>2</sup> O IEGE e o IEGM diferem em duas das suas dimensões exatamente pela especificidade da atuação dos entes. Enquanto o IEGE incorpora as dimensões de Segurança Pública e de Desenvolvimento Econômico, integram o IEGM as dimensões Cidades Protegidas e Governança em Tecnologia da Informação.

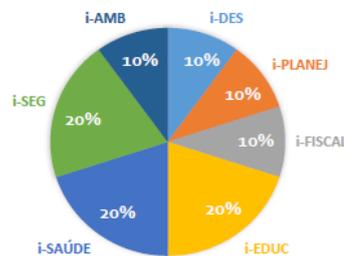
- Dados provenientes dos sistemas do Governo do Estado;
- Relatórios da Lei de Responsabilidade Fiscal (Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO e Relatório de Gestão Fiscal – RGF);
- Informações obtidas a partir de questionários preenchidos pelo Governo Estadual;
- Informações obtidas a partir de sites oficiais como os das Secretarias de Estado e Poder Legislativo;
- Dados e informações obtidos a partir de ações de controle externo do Tribunal;
- Dados e informações de bases de entidades e organizações parceiras;
- Índice de Avaliação do Planejamento – IAP aplicado em algumas dimensões.

O IEGE é o índice final que reúne os índices apurados nas 7 dimensões apresentadas. Cada uma delas possui valor total de 100 pontos, distribuídos pelos diversos quesitos, pontuados escalonadamente, com variação entre 0 e 3 para cada um deles, com exceção do questionamento sobre o Índice de Avaliação do Planejamento – IAP, ao qual foram atribuídos 5 pontos. A atribuição da pontuação foi realizada pela equipe do TCEMG em parceria com o Poder Executivo do Estado de Minas Gerais, que participou por meio das Secretarias responsáveis pelas temáticas relativas a cada uma das dimensões, e sua distribuição levou em conta a relevância do questionamento no conjunto da dimensão, respeitando-se o total de 100 pontos. Também foram utilizados os parâmetros estabelecidos em documentos oficiais, a exemplo dos indicadores constantes no Processo de Pactuação Interfederativa para os anos de 2017-2021, relacionados a prioridades nacionais em Saúde.

Conforme previsto no Manual do IEGE, as respostas do Governo do Estado aos questionários serão validadas mediante auditorias, pesquisas em bancos de dados oficiais, prestações de contas e outras fontes. Em relação a 2018, evoluindo em relação a 2017, procedeu-se à validação parcial das respostas prestadas no IEGE, como adiante demonstrado em item próprio deste relatório.

Para o cálculo geral do IEGE, foram atribuídos pesos de 20% às dimensões i-EDUC, i-SAÚDE e i-SEGP; e 10% às dimensões i-AMB, i-DES, i-PLANEJ e i-FISCAL, considerando-se a relevância das mesmas, conforme demonstrado no gráfico a seguir.

Atribuição de Pesos às Dimensões



### Métrica de Cálculo do IEGE

$$IEGE = [(i - EDUC) * 20 + (i - SAÚDE) * 20 + (i - PLANEJ) * 10 + (i - FISCAL) * 10 + (i - AMB) * 10 + (i - SEGP) * 20 + (i - DES) * 10] / 100$$

$$\bar{x}_p = \frac{p_1 x_1 + p_2 x_2 + \dots + p_n x_n}{p_1 + p_2 + \dots + p_n} = \frac{\sum_{i=1}^n (p_i * x_i)}{\sum_{i=1}^n p_i}$$

Onde,

$$x_1 = i - EDUC \quad p_1 = 20$$

$$x_2 = i - SAÚDE \quad p_2 = 20$$

$$x_3 = i - PLANEJ \quad p_3 = 10$$

$$x_4 = i - FISCAL \quad p_4 = 10$$

$$x_5 = i - AMB \quad p_5 = 10$$

$$x_6 = i - SEGP \quad p_6 = 20$$

$$x_7 = i - DES \quad p_7 = 10$$

$$(p_1 + \dots + p_7) = 100$$

### Faixas de resultado

As faixas de resultado são a representação por notas (A, B+, B, C+ e C) em função do resultado final do IEGE, notas essas que obedecerão aos seguintes critérios:

Notas	Crítérios	Caracterização
A	IEGE ≥ 90 e ao menos 4 (quatro) dimensões com nota A, incluindo i-SAÚDE e i-EDUC	Altamente efetiva
B+	75 ≤ IEGE < 90	Muito efetiva
B	60 ≤ IEGE < 75	Efetiva
C+	50 ≤ IEGE < 60	Em fase de adequação
C	IEGE < 50	Baixo nível de adequação

Quando não ocorrer a aplicação de 12% da receita vinculável na Saúde e de 25% na Educação, o Estado perde 5 pontos (no caso de um só índice) ou 10 pontos (no caso dos 2 índices) no total do IEGE, por descumprimento dos índices constitucionais.

## 2. Quesitos, por Dimensão, do IEGE (Quantitativo e Representatividade)

As tabelas e gráficos a seguir consolidam os dados sobre os quesitos e suas características, por dimensão.

**Quesitos do IEGE, por Dimensão**

Dimensão	Quesitos Pontuados					Quesitos Informativos					Pontuados + Informativos
	Meios (A)	AH %	Fim (B)	AH %	A + B	Meios (C)	AH %	Fim (D)	AH %	C + D	
i-PLANEJ	37	100,00	0	0,00	37	3	100,00	0	0,00	3	40
I-FISCAL	37	100,00	0	0,00	37	3	100,00	0	0,00	3	40
i-EDUC	31	100,00	0	0,00	31	6	85,71	1	14,29	7	38
I-SAÚDE	21	61,76	13	38,24	34	5	31,25	11	68,75	16	50
I-SEG	35	94,59	2	5,41	37	0	0,00	0	0,00	0	37
i-AMB	36	92,31	3	7,69	39	0	0,00	4	100,00	4	43
I-DES	43	100,00	0	0,00	43	3	100,00	0	0,00	3	46
<b>Total Geral</b>	<b>240</b>	<b>93,02</b>	<b>18</b>	<b>6,98</b>	<b>258</b>	<b>20</b>	<b>55,56</b>	<b>16</b>	<b>44,44</b>	<b>36</b>	<b>294</b>

Fonte: Levantamento próprio a partir de dados do Manual do IEGE.

O IEGE compõe-se de 294 quesitos, desdobrados em 233 sub quesitos, classificados em Pontuados ou Informativos, de natureza Meio ou Fim, sendo que, por óbvio, apenas os Pontuados impactam o Índice. Parte considerável (12,24%) é apenas informativa.

No geral, os quesitos Pontuados caracterizados como Meios correspondem à grande maioria. Apenas três dimensões apresentam quesitos Pontuados de natureza Finalística, ainda assim, em uma porcentagem baixa – exceção para o i-Saúde, único em que o percentual chegou a 38,24%. Já os quesitos Informativos possuem naturezas mais equilibradas que os Pontuados, mas também com mais Meios que Finalísticos. Novamente, apenas três dimensões apresentam quesitos **Informativos** de natureza **Finalística**, com destaque para o i-Saúde, que possui a maioria, e para o i-Amb, em que todos são finalísticos. O i-Seg não apresenta quesitos Informativos.

### 2.1. Quesitos Pontuados e Informativos

Ao desagregar os quesitos em **Pontuados** e **Informativos**, verifica-se a predominância dos **Pontuados** (88%), conforme tabela a seguir.

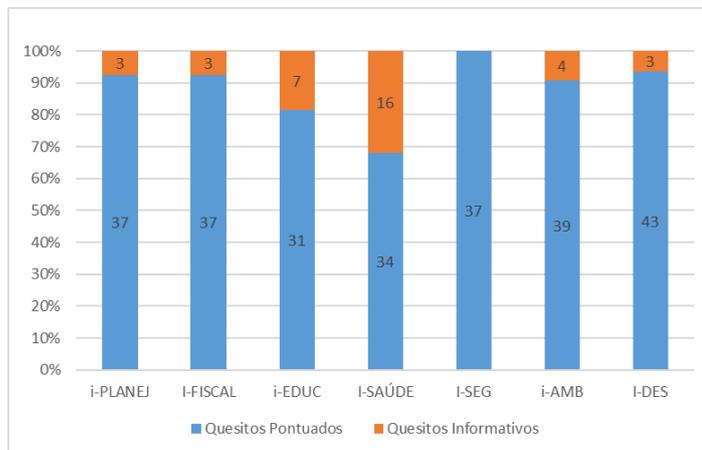
**Classificação Quesitos**

Quesitos	Quantitativo	Participação %
Pontuados	258	88
Informativos	36	12
<b>Total</b>	<b>294</b>	<b>100</b>

Fonte: Levantamento próprio com base no Manual do IEGE.

No gráfico abaixo, é apresentada a proporção de quesitos segundo essas características por dimensão.

**Gráfico 01 - Quesitos Pontuados e Informativos, por Dimensão**



Destaque para o i-Seg, com 100% dos quesitos **Pontuados**, e também para o i-Planej, i-Fiscal, i-Amb e i-Des, todos com mais de 90% desses quesitos. Já o i-Saúde é a dimensão com mais quesitos informativos, 16 (32%), seguido pelo i-Educ, 7 quesitos.

## 2.2. Quesitos Meios e Finalísticos

Classificando os quesitos de acordo com a característica de **Meios ou Finalísticos**, tem-se os números agregados na tabela a seguir, ressaltando que os **Meios** se equiparam a insumos para a definição e implementação de uma gestão efetiva, enquanto os **Finalísticos**, aos resultados, impactos ou efetividade no desempenho dessa gestão.

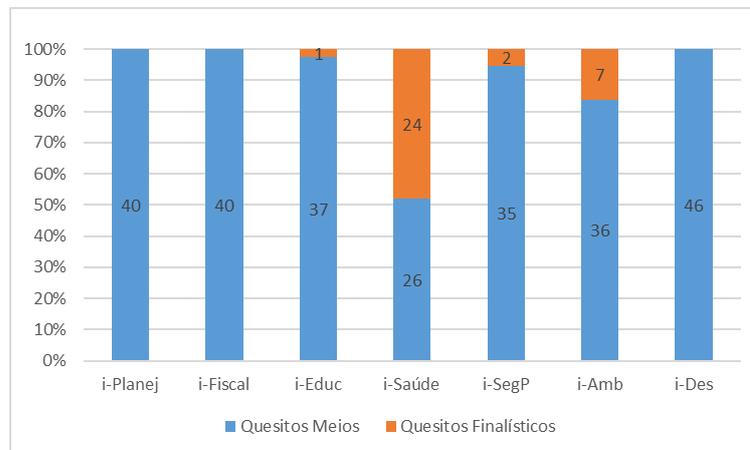
**Quesitos por natureza**

Área	Quantitativo	Participação %
Meios	260	88
Finalístico	34	12
<b>Total</b>	<b>294</b>	<b>100</b>

Fonte: Levantamento próprio com base no Manual do IEGE

Verifica-se uma acentuada predominância dos quesitos com natureza de **Meios**, com os quesitos **Finalísticos** perfazendo apenas 12% do questionário do IEGE.

**Gráfico 02 - Quesitos por Natureza e Dimensão.**



O i-Planej, i-Fiscal e i-Des são compostos por 100% de quesitos **Meios**, os dois primeiros por ser da própria essência dessas dimensões. O i-Saúde é o que apresenta mais quesitos de características **Finalísticos**, em número de 24, 48% dessa dimensão, traduzindo impactos, resultados.

No Anexo I, consta a descrição de todos os **Quesitos e Sub Quesitos** por **Dimensão do IEGE**, classificados em **Pontuados ou Informativos**, conforme o Manual IEGE, e por natureza, **Meios ou Finalísticos**, conforme classificação da Cfamge.

No Anexo II, consta a lista dos **Quesitos e Sub Quesitos**, por **Dimensão do IEGE**, classificados em **Pontuados ou Informativos**, com as respostas dadas pelo Governo, relativas a 2018, e a pontuação alcançada em cada quesito e sub quesito, bem como a pontuação final, apurada por este Tribunal de Contas.

### **3. Apuração do IEGE do Estado de Minas Gerais – 2018**

O IEGE foi apurado a partir das respostas da Administração Pública Estadual aos quesitos e sub quesitos de cada dimensão que o compõe e dos resultados das apurações desta Casa. Nesta segunda edição do Índice, compararam-se as respostas com as do ano anterior e com o Relatório Técnico das Contas Governamentais do exercício de 2018, tendo sido identificadas ausências ou incongruências, seja entre as próprias respostas, seja com relação às apurações da Cfamge, sobre as quais foram requeridos esclarecimentos ao Governo, mediante ofício do Relator. Esses quesitos, a manifestação do Governo e as respectivas análises estão identificados por dimensão, no item Incongruências/ausências apuradas no preenchimento do IEGE.

### 3.1. Nota Final do IEGE: 59,20

Constatou-se, tanto pelo Relatório Técnico das Contas de 2018 quanto pelas respostas declaratórias do Governo aos quesitos 36 do i-Educ e 46 do i-Saúde, que o Estado descumpriu os índices constitucionais para aplicação da receita vinculável em Educação e Saúde. Isso posto, e conforme preconiza o Manual do IEGE, justifica-se a perda de 10 pontos na nota geral do Índice, que passou de 69,2 para 59,2.

#### Faixa de Resultado: C+ (Em Fase de Adequação)

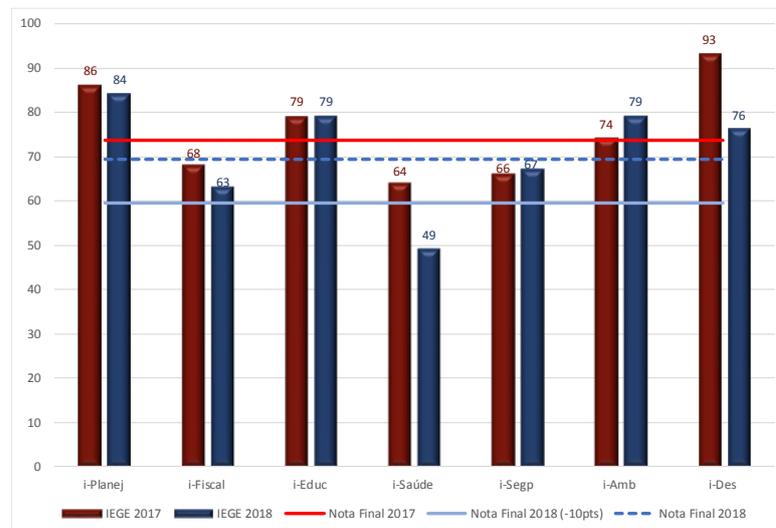
A redução da pontuação geral resultou na queda da Faixa de Resultado do IEGE-2018, de B: Efetiva, para C+: Em Fase de Adequação.

#### 3.1.1. Nota por Dimensão

Dimensão	Peso da Dimensão	Nota	Resultado para Cálculo IEGE	Faixas de Resultado
i-Planej -> 40 Quesitos	10%	84	8,4	B+: Muito efetiva
i-Fiscal -> 40 Quesitos	10%	63	6,3	B: Efetiva
i-Educ -> 38 Quesitos	20%	79	15,8	B+: Muito efetiva
i-Saúde -> 50 Quesitos	20%	49	9,8	C: Baixo nível de adequação
i-Segp -> 37 Quesitos	20%	67	13,4	B: Efetiva
i-Amb -> 43 quesitos	10%	79	7,9	B+: Muito efetiva
i-Des -> 46 quesitos	10%	76	7,6	B+: Muito efetiva

No gráfico a seguir são apresentadas as notas, por dimensão, dos anos de 2017 e 2018. A título de comparação, observa-se queda na nota final, de 74,30, classificação B: Efetiva, para 59,20, C+: Em Fase de Adequação, ressaltando que a nota de 2018 já era inferior à de 2017 mesmo antes do corte de 10 pontos, por descumprimento dos índices constitucionais. Apenas Segurança e Meio Ambiente apresentaram alguma melhora, enquanto Saúde e Desenvolvimento tiveram quedas significativas.

**Gráfico 03 - Pontuação Final e por Dimensão – 2017 e 2018**



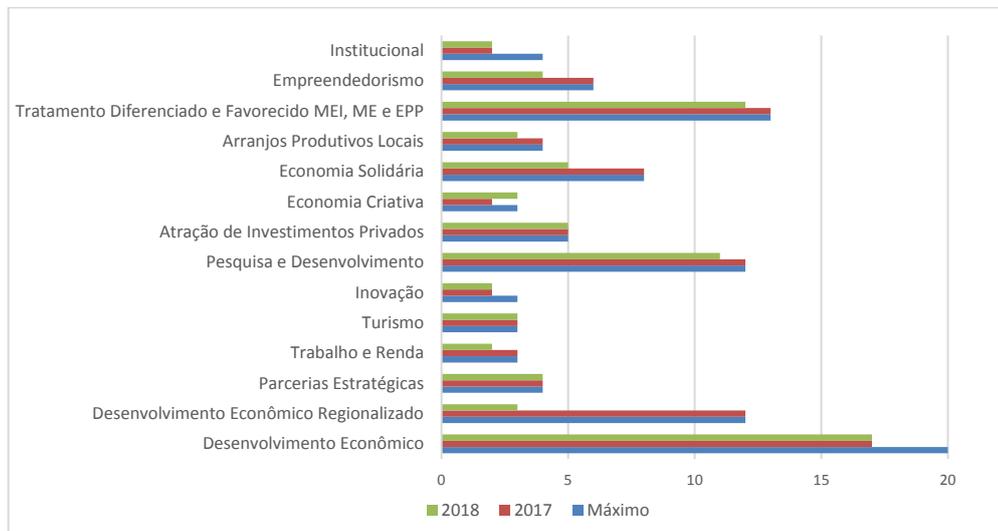
## 4. Análise das Notas Alcançadas no IEGE

Na análise das notas alcançadas em cada uma das dimensões destacou-se a composição dos quesitos Pontuados, consideradas as suas naturezas de Meios ou Insumos empregados pela gestão Estadual ou de Fins, visando demonstrar a representatividade dos mesmos. Os quesitos Informativos e suas composições também foram referenciados. A partir das respostas aos quesitos e sub quesitos e das notas finais, foram procedidas as inferências sobre a situação do Estado no exercício, comparando-se esses resultados com as apurações do Relatório Técnico sobre as Contas de 2018.

### 4.1. i-Desenvolvimento

O i-Des alcançou a nota 76, Muito Efetiva. Em comparação com o ano passado, quando havia obtido 93, a melhor nota entre todos os indicadores, houve uma grande queda. No gráfico abaixo é desagregado o índice por Matéria, para os anos de 2017 e 2018.

**Gráfico 04** - Pontuação i-Des por Matéria – 2017 e 2018



Fonte: elaboração própria a partir do IEGE 2017 e IEGE 2018.

Observa-se que quatro das matérias atingiram a pontuação máxima para o ano de 2018: Economia Criativa, Atração de Investimentos Privados, Turismo, e Parcerias Estratégicas. Importante ressaltar que, em Parcerias Estratégicas, apesar da nota máxima, as respostas de dois sub-questos chamam atenção. Uma, pela divergência das respostas dadas em 2017 e 2018: “13.1 Informe as modalidades de parceria (entre os setores público e privado) e os instrumentos utilizados para realizá-las”, que, em 2017, assim se apresentou:

*O BDMG possui ações conjuntas na área de inovação com universidades, centros tecnológicos e a EMBRAPPII. Por meio da parceria com a Embrapii, o BDMG fornece apoio financeiro a projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação - PD&I - desenvolvidos em parceria entre empresas mineiras e Núcleos ou Polos Embrapii. O BDMG também possui uma parceria com a Fundação Renova, instituição responsável por gerir os recursos e medidas oriundas do acidente da Samarco em Mariana. Por meio desse convênio, o BDMG viabilizará projetos de saneamento e resíduos sólidos junto às prefeituras dos locais afetados, bem como disponibilizará crédito para as empresas da Região. O Banco também estruturou, junto à Fundação Renova, o Fundo Diversifica Mariana, que objetiva atrair empresas dos mais diversos segmentos da economia para a cidade de Mariana (MG) e diminuir sua dependência da atividade minerária. O Programa Aliança Estratégica, da Sedectes, é um exemplo, uma vez que tem como objetivo realizar reuniões de trabalho e seminários com participação de universidades, setor público e empresas, com o objetivo de aumentar as parcerias entre as partes.*

Já para o último ano, a resposta foi pouco específica e não citou nenhuma modalidade do ano anterior:

*As modalidades de parceria e instrumentos utilizados incluem Parcerias Público Privadas (PPPs), Acordos de cooperação, Termo de doação e concessões, além de parcerias com organismos multilaterais para realização de projetos de investimento nos municípios. Cita-se como exemplo a parceria com a Agência Francesa de Desenvolvimento - AFD para projetos de Saneamento.*

E a outra resposta que chama atenção diz respeito a item que não foi captado pelo Índice, por ser apenas informativo, não prejudicando a nota: “14.1 Qual volume de recursos no ano avaliado?”, referindo-se ao quesito 14. O Estado aporta capital no setor produtivo por meio de programas e/ou ações estratégicas? item esse que, no ano anterior, foi respondido com apresentação do valor e, em 2018, com declaração de que ainda estava em apuração.

A matéria que apresentou maior disparidade com a nota do ano anterior foi Desenvolvimento Econômico Regionalizado, que havia atingido a pontuação máxima em 2017 e, neste ano, perdeu 9 pontos. Para as seguintes questões, no ano-referência 2017, a resposta foi “sim” e, em 2018, foi “não”: “10. O Estado dispõe de política estruturada e/ou programa para incentivar o desenvolvimento econômico regionalizado?”; “11. O Estado apoia as regiões/territórios quanto à identificação e exploração de seus principais ativos, bem como ao diagnóstico das vantagens competitivas locais?”; e “12. O Estado estimula a implantação ou expansão de empresas em áreas de mais baixo IDH?”

Economia Solidária foi a segunda matéria que mais perdeu – 3 pontos –, dos quais 1 ponto pela ausência de indicadores sobre incentivo ao desenvolvimento de empreendimentos econômicos solidários para o último ano<sup>3</sup> e 2 pontos pelo percentual apontado de compras públicas realizadas junto à agricultura familiar, que, no ano anterior, foi afirmado ser maior ou igual a 30% e, neste ano, inferior a 30%. As demais variações negativas foram de baixo impacto.

A única matéria que melhorou em relação a 2017 foi Economia Criativa (+1 ponto), que mencionou os indicadores para avaliação do impacto de estímulo à economia criativa e os setores apoiados.

Ressalta-se a natureza de meios ou insumos de todos os 43 quesitos Pontuados – que se desdobram em 11 sub quesitos –, o que remete à existência, observância, aplicação e extensão de instrumentos, mecanismos,

---

<sup>3</sup> No ano anterior, foram apontados como indicadores: Empreendimentos participantes por evento/região; geração de renda por evento/empreendimento; público total beneficiado.

políticas públicas, aparelhamento, iniciativas, regulamentação, controles, dentre outros, necessários ao alcance da efetividade nessa área. Compõem, também, o i-Des os quesitos Informativos, em número de 3, representando 6,52% do total, e seus 37 sub quesitos, registrando-se que 4 deles são de natureza finalística.

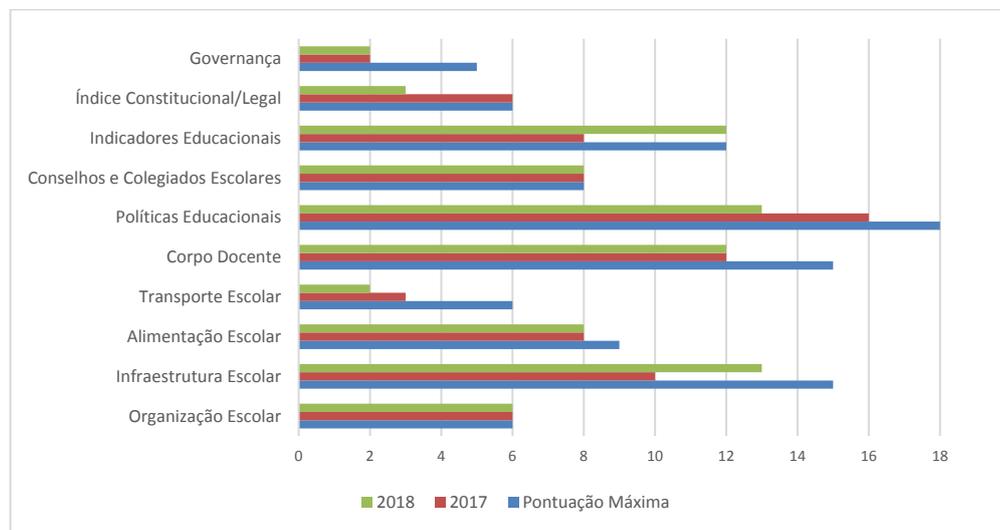
Nas respostas ao questionário do i-Des, o Governo afirma dispor de normas, regulamentos, políticas, agendas, instrumentos de gestão e ações, ou seja, dos meios necessários para promover e fomentar o desenvolvimento econômico sustentável no Estado, mediante a diversificação da economia e agregação de valor à produção, o empreendedorismo, a modernização e a inovação, abrindo caminho para a redução das desigualdades regionais, o crescimento da oferta de emprego e incremento da renda e da arrecadação tributária. Todavia, o Índice não especifica se esses mecanismos foram ou não implementados, o quão eficiente foram e sua abrangência, mas tão somente se existem ou não. Analisando a situação do Estado, demonstrada no Relatório Técnico das Contas Governamentais de 2018, a realidade da economia mineira mostrou-se diferente da nota Muito Efetiva indicada pelo i-Des, já que ainda apresenta baixo crescimento, com uma variação real acumulada do PIB de 1,2% em relação a 2017. A fraca recuperação da economia, com o PIB de 2018 ainda em patamar inferior ao de 2012, conforme dados da Fundação João Pinheiro, a retomada da produção e do emprego para o desenvolvimento socioeconômico não atingiu níveis desejáveis para que esses resultados possam ser considerados muito efetivos.

## **4.2. i-Educação**

O i-Educ obteve a nota 79, Muito Efetiva, tendo apresentado todos os 31 quesitos Pontuados, com natureza de meios ou insumos, sendo eles desdobrados em 12 sub quesitos. Os Informativos, aqui, somaram 7 quesitos, desdobrados em 28 sub quesitos, sendo apenas um quesito com característica finalística. Influenciou essa nota a característica dos quesitos Pontuados de se relacionarem, em sua totalidade, com a existência de meios para uma gestão efetiva. Para estes quesitos, as respostas, em regra, foram positivas, podendo-se inferir que o Estado está aparelhado em relação ao sistema educacional, ou seja, existe uma certa estrutura funcional e ferramentas de gestão nessa área de atuação governamental.

O gráfico abaixo mostra a distribuição e evolução dos pontos entre as 10 matérias que integram a dimensão da Educação, nos anos 2017 e 2018.

**Gráfico 05 - Pontuação i-Educ por Matéria – 2017 e 2018**



Fonte: elaboração própria a partir do IEGE 2017 e IEGE 2018.

Ao desagregar o índice por Matéria, tem-se que 3 delas atingiram a pontuação máxima para o ano de 2018: Indicadores Educacionais, Conselhos e Colegiados Escolares, e Organização Escolar.

Indicadores Educacionais foi a matéria que apresentou maior variação em comparação ao ano passado (+ 4 pontos). Essa melhora foi alcançada pela afirmação de que, em 2018, as metas traçadas para a redução da taxa de abandono e para a redução da distorção idade-série nos ensinos fundamental e médio foram atingidas em 80% ou mais, enquanto, em 2017, o percentual alcançado foi inferior a 50%.

A segunda matéria que mais aumentou seus pontos foi Infraestrutura Escolar (+3 pontos), em virtude do aumento do percentual de instituições estaduais destinadas ao ensino fundamental que fornecem água filtrada, que possuem rede de coleta de esgoto ou fossa e bibliotecas em funcionamento.

As matérias que mais tiveram suas notas reduzidas foram Políticas Educacionais e Índice Constitucional Legal, ambas -3 pontos. No primeiro caso, devido à ausência de metas para desenvolvimento de competências de leitura e escrita de alunos com dificuldade de aprendizado. Em 2017, consta a afirmação de que essas metas existiam e, em 2018, de que não existiam. Já no caso do Índice Constitucional/Legal, a redução deveu-se ao percentual da receita vinculada, aplicado na manutenção e desenvolvimento do ensino, ter sido inferior a 25%. No ano anterior, apesar desse indicador ter sido apontado como superior a 25% e pontuado no IEGE, a equipe técnica deste Tribunal havia apurado percentual inferior, 22,47%.

A matéria com menor pontuação em Educação foi Transporte Escolar, que atingiu apenas um terço da nota, devido à redução no percentual de atendimento em relação ao total de alunos residentes em zona rural e à ausência de registros sobre esse tipo de transporte.

Os dados demonstrados no Relatório Técnico das Contas Governamentais de 2018, utilizando-se as apurações referentes ao alcance das metas do PNE 2014-2024 – uma vez que o Plano Estadual foi aprovado apenas no fim do exercício avaliado, pela Lei Estadual 23.197/18 – e outros indicadores disponíveis, não evidenciam resultados plenamente efetivos, a saber.

- A meta de universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos, ainda que tenha evoluído, não foi atingida, visto que o percentual apurado foi de 91,9% para o ano de 2017. Quanto à conclusão do ensino fundamental na idade recomendada, a taxa foi de 83,6% dos jovens em 2017, ainda distante da meta de 95% até o final de 2024. Nesse ano, de cada 100 alunos do 9º ano do Ensino Fundamental, quase 18 estavam com atraso escolar de 2 anos ou mais;
- A meta de alfabetizar todas as crianças, no máximo até o final do 3º ano do Ensino Fundamental, é um desafio considerável, já que as taxas de proficiência suficiente em Leitura, Escrita e Matemática reduziram entre 2014 e 2016; no último ano, foram de 62,4%, 79,3% e 62,2%, respectivamente;
- A meta de oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% dos alunos da educação básica, não foi cumprida. Em relação às escolas, em 2018, as taxas das redes pública e estadual foram 23,2% e 14,9%, respectivamente, bem abaixo da meta de 50%, enquanto o percentual de alunos atendidos foi de 12,6% (rede pública) e 7% (rede estadual), ambas também bem abaixo da meta de 25%;
- O desempenho no IDEB dos alunos dos anos finais do Ensino Fundamental, em 2017, foi de 4,7 (Todas as Redes) e 4,4 (Rede Estadual) e dos alunos do Ensino Médio, 3,9 (Todas as Redes) e 3,6 (Rede Estadual), distantes das metas estipuladas pelo MEC para 2021 (5,5 e 5,2, respectivamente). Os alunos dos anos iniciais do Ensino Fundamental apresentaram rendimento adequado (6,5, tanto na Rede Estadual quanto em Todas as Redes, de uma meta de 6,0);
- Em 2016, a população mineira de 18 a 29 anos tinha, em média, 10,4 anos de estudo, em face de uma meta de 12 até o final do PNE, 2024;

- A meta de alcançar uma taxa de alfabetização de 93,5% da população de 15 anos ou mais até 2015 não foi alcançada tendo atingido 93,20%. Já em 2017, esse percentual foi de 94%. Entretanto, ressalta-se a meta desafiadora da erradicação do analfabetismo até o final da vigência do PNE, em 2024;
- Durante o ano de 2018 não houve a oferta mínima de 25% das matrículas para Educação de Jovens e Adultos – EJA nos ensinos Fundamental e Médio, na forma integrada à Educação Profissional. A meta é oferecer, até o final da vigência do PNE, no mínimo, 25% das matrículas;

De positivo, no que tange às metas do PNE 2014-2024, tem-se que, em 2017, 98,1% dos alunos, na faixa de 06 a 14 anos, do Ensino Fundamental, estavam frequentando a escola na série recomendada, conforme a adequação série-idade do sistema educacional brasileiro, acima da meta estipulada, de 95% até o último ano de vigência do PNE, em 2024;

Por fim, ainda se destacaram como não plenamente efetivos os resultados da execução orçamentária dos programas vinculados à Educação, como o medido, de forma agregada, pelo Índice de Avaliação do Planejamento – IAP, para o qual apurou-se uma baixa nota, 27,67, numa escala de 0 a 100, grau de eficácia Baixo. Ressalta-se a significativa divergência desse resultado em relação ao apurado pela Cfamge, 40,84, grau de eficácia Razoável, o que se deve ao fato de que a metodologia de cálculo utilizada no segundo caso considerou os programas da função Educação, recorte comum a todos os estados da federação, e não os do Eixo, que é uma particularidade do modelo de gestão do Estado de Minas Gerais.

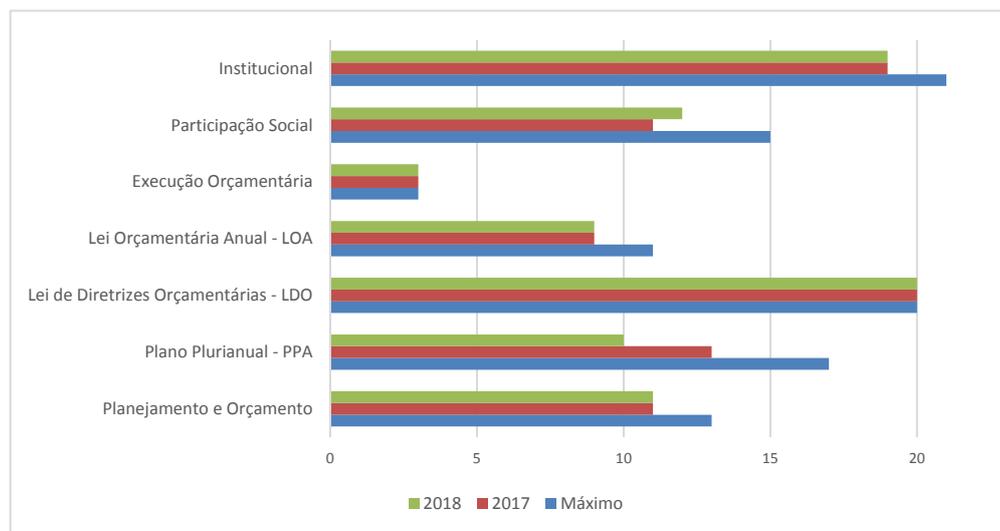
Ademais, o total das despesas realizadas com a função Educação, em 2018, caiu 4,02% em comparação ao ano de 2017, passando de R\$ R\$ 11,162 bilhões (11,34% do OF) para R\$ 10,713 bilhões (10,40% do OF). No Ensino Fundamental, houve uma queda de 7,73% (passando de R\$ 6,210 bilhões para R\$ 5,730 bilhões); no Ensino Médio, foram 4,14% a mais (de R\$ 2,452 bilhões para R\$ 2,554 bilhões); Educação de Jovens e Adultos – EJA, 41,81% a menos (de R\$ 490,826 milhões para R\$ 285,621 milhões); Formação de Recursos Humanos, redução de 33,59% (de R\$ 5,897 milhões para R\$ 3,917 milhões), subfunção esta que, entre 2017 e 2016, já havia caído 82,75%. Os gastos com o Ensino Fundamental e Médio prevaleceram em relação às demais subfunções, com participação de 53,49% e 23,84%, respectivamente.

Ao desagregar as despesas por categorias e grupos, observa-se que as Correntes, com Pessoal e Encargos Sociais consumiram quase todo o orçamento da Educação, tendo representado 87,87%, montante de R\$ 9,414 bilhões, seguido por Outras Despesas Correntes, no valor de R\$ 1,223 bilhão (11,41%), ao passo que com Investimentos (Categoria Capital) os gastos perfizeram R\$ 76,543 milhões (0,71%).

### 4.3. i-Planejamento

O i-Planej atingiu a nota 84, Muito Efetiva, queda de 2 pontos em relação a 2017. O gráfico a seguir mostra a distribuição e evolução dos pontos entre as 7 matérias que integram a dimensão do planejamento.

**Gráfico 06** - Pontuação i-Plan por matéria – 2017 e 2018



Fonte: elaboração própria a partir do IEGE 2017 e IEGE 2018.

Constata-se que a variação negativa se deve à matéria Plano Plurianual – PPA (-3 pontos), devido ao quesito 7 – “percentual de programas do PPA com indicadores”, que caiu de  $\geq 60$ , em 2017, para entre  $\geq 40\%$  e  $< 60\%$  em 2018 e ao sub quesito 9.1 – “conteúdo do relatório de monitoramento e avaliação da execução do PPA”, que, conforme informado, não contempla os programas e os projetos previstos e executados.

Já a matéria Participação Social variou positivamente (+1 ponto), em função da informação de que houve a realização de audiências públicas regionalizadas para a elaboração das peças orçamentárias de 2018 (PPAG/LDO/LOA) – ao contrário do ano anterior. Quanto às demais matérias, mantiveram-se constantes, tendo duas delas obtido pontuação máxima: Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e Execução Orçamentária.

Frisa-se que todos os 40 quesitos do i-Planej são caracterizados como meios, dos quais 37 são Pontuados e 3 são Informativos. A nota obtida leva a inferir que o Estado encontra-se suficientemente aparelhado no que tange aos aspectos do planejamento governamental, uma vez informada a existência dos instrumentos legais respectivos, de estrutura institucional e de governança, de sistemas informatizados, processos de

controle e dispositivos legais reguladores, assim como foi asseverado o cumprimento de prazos estabelecidos quanto a processos e obrigações. Ou seja, indica a existência e a adequação de meios ou insumos para uma ação governamental planejada e transparente, como base necessária para a obtenção de bons resultados nas diversas áreas da atuação estatal. Contudo, a despeito do conceito Muito Efetivo alcançado, faz-se necessário destacar alguns resultados negativos relevantes em relação a essa dimensão, ratificados no Relatório Técnico sobre as Contas de 2018, resultados esses que não provocaram grandes impactos na nota final do indicador, seja pela baixa representatividade, no amplo conjunto dos quesitos, ou pela condição de informativos, ou mesmo por não integrarem o questionário do IEGE. É o caso:

- do resultado agregado da execução orçamentária físico-financeira do conjunto dos programas e ações governamentais contemplados no PPAG, medido pelo IAP, que obteve nota 44,00, classificada apenas como razoável, numa escala de 0 a 100 (quesito 10 do questionário do IEGE e Tabela 34 do Relatório Técnico 2018);
- do baixo percentual – além de inferior ao de 2017 – de 23,75% de execução orçamentária das ações oriundas da Comissão de Participação Popular da Alemg – CPP (quesito 27 do questionário do IEGE e Tabela 14 do Relatório Técnico 2018);
- do baixo grau de indicadores de programas do PPAG, com melhoras em relação a 2017, entre 40 e 60% (quesito 8 do questionário do IEGE);
- da reduzida carga horária para capacitação específica do profissional responsável pelo planejamento, inferior a 20 horas/ano (sub quesito 36.1 do questionário do IEGE);
- do alto percentual, de 40%, permitido na LOA para suplementação do Orçamento Fiscal (OF) pelo Poder Executivo. A título de informação, em 2018, a suplementação efetivada foi de 28,15% do OF (Tabela 35 do Relatório Técnico 2018), percentual superior a 2017 (19,93%);
- do desempenho satisfatório – caracterizado por taxas de execução compreendidas no intervalo de 70% e 130% frente à meta programada – das ações dos programas sociais ter sido baixo em apenas 251 das 519 previstas (48,36% do total) quanto à dimensão física e em 150 (29,07%) quanto à financeira, este último inferior ao de 2017 (35,27%) (Pg. 47 do Relatório Técnico 2018);
- do resultado das entregas decorrentes das ações pactuadas nos Fóruns Regionais em 2017, último exercício avaliado até o encerramento do Relatório Técnico 2018, quando somente 50,88% dessas ações classificaram-se como concluídas ou superadas, não alcançando o nível

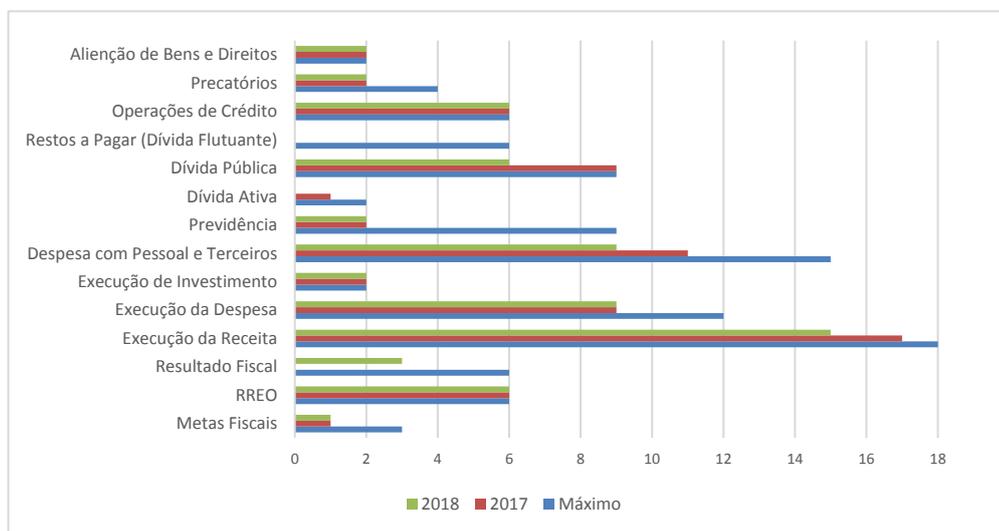
definido como satisfatório, que exigia 60%, repetindo o ocorrido em 2016 (Pg. 39 do Relatório Técnico 2018); e

- da baixa transparência na avaliação do Pacto pelo Cidadão, que não analisou a execução financeira e não contemplou os dados qualitativos acerca da efetividade ou dos impactos das ações. Também em detrimento da transparência, registra-se a não adoção da metodologia dos indicadores de resultados finalísticos pelo Governo, significando perda na demonstração dos resultados e dos impactos das políticas públicas implementadas no Estado (Pg. 40 do Relatório Técnico 2018).

#### 4.4. i-Fiscal

Quanto ao i-Fiscal, alcançou 63 pontos e, apesar da queda de 5 pontos em relação a 2017, manteve a faixa de resultado B, Efetiva. São 40 quesitos, sendo 37 Pontuados e 3 Informativos, todos caracterizados como meios e distribuídos por 14 matérias, demonstradas no gráfico abaixo, que também evidencia a evolução em relação ao ano anterior.

**Gráfico 07 - Pontuação i-Fiscal por matéria – 2017 e 2018**



Fonte: elaboração própria a partir do IEGE 2017 e IEGE 2018.  
 As matérias que estão sem a representação gráfica de barra para o ano de 2017 ou de 2018 não pontuaram no período.

Em comparação com o ano anterior, quatro matérias obtiveram resultados piores: Execução da Receita (em razão da concessão ou ampliação de incentivos ou benefícios de natureza tributária das quais decorre renúncia de receita); Despesa com Pessoal e Terceiros (devido à extrapolação do limite de 60% da RCL com a Despesa de Pessoal consolidada do Estado); Dívida Ativa (em função do percentual de prescrição de processos judiciais referentes à cobrança de dívida ativa, em relação ao valor total dos créditos de dívida

ativa extintos ter superado os 10%); e Dívida Pública (tendo em vista o montante do Serviço da Dívida Estadual ter extrapolado 11,5% da RCL, contrariando Resolução do Senado Federal). Uma matéria apresentou melhora: Resultado Fiscal, com a obtenção de resultado primário superavitário; e as outras mantiveram o mesmo aproveitamento, dentre as quais quatro com pontuação máxima: Alienação de Bens e Direitos, Operações de Crédito, Execução de Investimento e RREO. E, por fim, em seis delas, o aproveitamento foi igual ou inferior a 50% da pontuação máxima: Metas Fiscais, Resultado Fiscal, Previdência, Precatórios, Dívida Ativa e Restos a Pagar – estas duas últimas, inclusive, não pontuaram.

Os temas abordados nessa dimensão referem-se à existência e qualidade de iniciativas, procedimentos, atos e fatos de natureza contábil, orçamentária, financeira e patrimonial, permitindo avaliar, sob os aspectos técnico e legal, a adequação e conformidade da gestão fiscal do Estado. Assim, são avaliados o cumprimento de metas (receitas, despesas, resultados primário e nominal, dívida pública e Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal – PAF); a transparência na demonstração de dados e informações; a existência de equilíbrio fiscal; a economia para pagamento dos serviços da dívida pública; a programação financeira dos gastos; e, o cronograma de desembolso e limitação de empenho em caso de necessidade.

Igualmente, são avaliados os níveis dos créditos adicionais, as despesas com investimentos e pessoal; contratação de consultorias; dívida pública; previdência – incluindo as questões do equilíbrio financeiro e atuarial e da criação de previdência complementar –; restos a pagar (inscrição, quitação, suficiência financeira); operações de crédito, garantias e precatórios (pagamento, suficiência financeira para quitação, prazos), bem como a adequação da aplicação dos recursos decorrentes da alienação de bens; a existência de medidas para combate à evasão e sonegação fiscal de receitas; créditos tributários passíveis de cobrança administrativa; quantidade e valores de ações ajuizadas para cobrança da dívida ativa; medidas para controle, arrecadação e registro contábil de receitas e de renúncia de receitas; e dívida ativa (recebimento, prescrição).

Pontuaram no Índice as respostas positivas do Governo quanto:

- ao cumprimento das metas da LDO, relativas ao montante da dívida, ao resultado primário e às despesas, garantindo a nota 1 pelo cumprimento parcial do quesito, ressaltando-se o não cumprimento das metas de receitas (meta R\$ 96,819 bilhões / arrecadação R\$ 91,754 bilhões) e resultado nominal (meta R\$ 1,338 bilhão de déficit / efetivado R\$ 3,694 bilhões de déficit);
- à adoção de medidas visando à melhoria da capacidade de arrecadação de impostos e outras receitas;
- à publicação, dentro do prazo, do RREO e do RGF;

- ao resultado primário (superávit de R\$ 1,420 bilhão), com o total de receitas primárias suplantando o total de despesas primárias;
- à existência de monitoramento da execução orçamentária da receita e despesa previstas na LOA, visando a correção de possíveis desvios em relação ao planejado;
- à previsão na LDO de metas para arrecadação do ICMS, IPVA e ITCD e a sua arrecadação efetiva acima de 70% das metas;
- ao estabelecimento da programação financeira e do cronograma de execução mensal de desembolso, no exercício.

A despeito das respostas afirmativas nos quesitos acima, que geraram pontuação no Índice, o que se verificou no Estado, de acordo com o Relatório Técnico das Contas Governamentais de 2018, foi a manutenção do histórico de resultados orçamentários deficitários iniciado em 2013 (R\$ 948 milhões) e agravado nos anos seguintes: em 2018, R\$ 11,233 bilhões, superando a previsão de R\$ 8,085 bilhões em 38,94%, e 2017, em 15%, sem que houvesse revisão dos limites da programação orçamentária e financeira previstos no Anexo I do Decreto 47.371/18, e, tampouco, qualquer contingenciamento de despesa. Um dos impactos da situação fiscal do Estado tem sido o comprometimento das aplicações em investimentos públicos, tão carentes no Estado, os quais, em 2018, representaram irrisórios 1,48% de toda a despesa fiscal realizada, ainda menos que em 2017, 2,42%. Reflete também o quadro fiscal do Estado o não cumprimento dos índices constitucionais mínimos de 25% em Educação e 12% em Saúde, em relação à receita base de cálculo, os quais alcançaram, após os ajustes devidos, os percentuais de 18,48% e 7,92%, respectivamente, conforme entendimento da equipe técnica, no relatório referente às Contas Governamentais de 2018.

- à observância do limite fixado em lei para a abertura de créditos adicionais, com indicação dos recursos e justificativas correspondentes, devendo-se ressaltar, entretanto, que o referido limite na LOA é amplo, tendo passado de 10%, até 2015, para 40% a partir de 2016;
- à realização das metas e dos compromissos definidos no Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal – PAF, cuja avaliação foi tida como positiva pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN;
- à observância ao limite do montante da Dívida Pública Estadual estabelecido na Resolução do Senado Federal;

De acordo com o Relatório Técnico, esse montante, ainda que abaixo do limite máximo de 200% da RCL, representou significativos R\$ 106,509 bilhões em 2018, perfazendo 189,03% da RCL, percentual esse que ultrapassou em 9,03% o limite de alerta de 180% (em termos absolutos, R\$ 101,422 bilhões), estabelecido no inciso III do § 1º do art. 59 da LRF.

- ao cumprimento da regra de ouro, com o montante das operações de crédito inferior ao das despesas de capital;
- à observância aos limites e condições para a realização de operações de crédito e concessão de garantias, de acordo com o estabelecido em Resolução do Senado Federal;
- à observância à determinação de não aplicar os recursos oriundos da alienação de bens e direitos em despesas correntes;
- ao cumprimento do prazo de 5 anos para pagamento do estoque de precatórios, a contar de 1/1/16. Ressalta-se a prorrogação desse prazo para o final de 2024, por meio da EC 99, de 15/12/17.

Por outro lado, os quesitos que não pontuaram no i-Fiscal relacionam-se:

- ao não cumprimento do limite máximo de 49% da RCL com o gasto com pessoal do Poder Executivo;
- ao não cumprimento do limite máximo de 60% da RCL com o gasto consolidado de pessoal do Estado;

Extraí-se do Relatório Técnico das Contas Governamentais de 2018 que os gastos gerais de pessoal no Estado totalizaram R\$ 43,095 bilhões, representando 76,48% da RCL, bem acima do limite máximo de 60%. Destes, R\$ 37,557 bilhões foram os gastos do Poder Executivo, representando 66,65% da RCL, também acima do limite máximo de 49%. Conforme demonstrado na Tabela 113 daquele relatório, no período de 2014 a 2018, a despesa com Pessoal e Encargos Sociais do Estado (Grupo 1) teve um crescimento de 41,56%, superando em termos percentuais o crescimento da Despesa Total, que foi de 36,38%. A Despesa com Pessoal e Encargos representa o principal item de despesa da Administração Pública Estadual, influenciando, sobremaneira, a despesa total realizada pelos entes públicos de todas as esferas de Poder.

- à concessão ou ampliação de incentivos ou benefícios de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita. As respostas do Estado a sub quesitos acerca do tema foram alteradas após manifestação do Governo, conforme detalhado no tópico 5 deste relatório, Incongruências/ausências apuradas no preenchimento do IEGE;

Acrescente-se, de acordo com o Relatório Técnico das Contas Governamentais de 2018 (Tabela 65), que, apesar da queda no total das renúncias de receitas em relação a 2017, em 21,43%, houve crescimento de 28,31% no período de 2015 a 2018, passando de R\$ 10,876 bilhões para R\$ 13,955 bilhões, destacando-se a alta representatividade dos Benefícios Heterônomos (concedidos em decorrência de determinação da União), equivalentes a 51,93% do total renunciado em 2015 e a 47,76% em 2018. Há também as Renúncias Consolidadas (preexistentes) que se elevaram em 37,38%, de 2015 (R\$ 5,173 bilhões) para 2018 (R\$ 7,107 bilhões), e as Novas Renúncias, que, embora reduzidas em relação a 2017, em 96,71%, apresentaram forte elevação, de 232,36%, na comparação com 2015. Em relação a 2017, o aumento das Renúncias Consolidadas e a redução das Novas Renúncias foram impactados pelo programa Novo Regularize.

- à não observância ao limite de 11,5% da Receita Corrente Líquida para o montante do Serviço da Dívida Estadual (amortização, juros e encargos), conforme Resolução do Senado Federal;
- ao valor superior a 10% de prescrição de processos judiciais referentes à cobrança da dívida ativa, em relação ao valor total dos créditos de dívida ativa extintos, (R\$ 338,686 milhões em valores absolutos);
- à inexistência de equilíbrio financeiro entre despesas e receitas do RPPS;
- à não observância da Portaria MPS 746/11, ao não promover a aplicação financeira dos aportes para cobertura do déficit atuarial do RPPS, por no mínimo 5 anos;

Sobre os dois últimos quesitos, as apurações são corroboradas no Relatório Técnico de 2018, que evidenciou um déficit previdenciário no Funfip da ordem de R\$ 8,712 bilhões, decorrente do confronto entre a receita previdenciária (R\$ 4,073 bilhões) e a despesa (R\$ 12,785 bilhões). Considerando-se os valores dos Aportes de Recursos para Cobertura do Déficit Atuarial do RPPS (R\$ 10,862 bilhões), a situação reverteu-se para um superávit de R\$ 2,151 bilhões. Comparando-se a evolução das receitas e despesas, nos exercícios de 2014-2018, as receitas, que eram de R\$ 3,472 bilhões, evoluíram 17,31%, passando para R\$ 4,073 bilhões. Em contrapartida, as despesas, que eram de R\$ 8,067 bilhões, cresceram 58,49%, perfazendo R\$ 12,785 bilhões,

acarretando, por conseguinte, insuficiências financeiras em todos esses exercícios, insuficiências essas compensadas pelos aportes de recursos do Tesouro Estadual para cobertura do déficit atuarial do RPPS. Ressalva-se, contudo, que esses recursos não podem ser utilizados para cobertura do déficit financeiro do Fundo, uma vez que a sua finalidade é a cobertura do déficit atuarial do RPPS, tendo incorrido, assim, a Administração Pública Estadual, em inobservância do prazo de 5 (cinco) anos em que esses recursos deveriam permanecer aplicados, em conformidade com as normas vigentes, consoante determinação da Portaria MPS 746/11.

- ao pagamento de Restos a Pagar dos exercícios anteriores, em percentual abaixo de 75%; e
- à inexistência de disponibilidade de caixa para inscrição dos Restos a Pagar do ano e para quitação dos precatórios inscritos.

Confirmando tais fatos, o Relatório Técnico 2018 demonstra um percentual abaixo de 75% de pagamento dos Restos a Pagar de exercícios anteriores, equivalente a 52,34% (R\$ 11,191 bilhões) do saldo total, sendo 75,72% de RPP (R\$ 8,474 bilhões) e 24,28% de RPNP (R\$ 2,717 bilhões). Assim, o saldo de Restos a Pagar de exercícios anteriores, somado às inscrições em 31/12/18, de R\$ 19,782 bilhões, perfaz um total de R\$ 28,245 bilhões ao final do exercício, dos quais R\$ 21,276 bilhões de RPP e R\$ 6,969 bilhões de RPNP. O crescimento dos Restos a Pagar, processados e não processados, de 450,69%, no período de 2014 (R\$ 5,129 bilhões) a 2018 (R\$ 28,245 bilhões), provocou um expressivo aumento da dívida fluante. Como agravante, tem-se o registro, em 2018, de uma insuficiência financeira total de R\$ 31,365 bilhões (resultante de uma insuficiência inicial de R\$ 26,759 bilhões mais as inscrições de RPNP, de R\$ 4,605 bilhões), em desacordo com o que determina o art. 1º, § 1º e o art. 55, inciso III, alínea b, n. 3, da LRF. As inscrições dos Restos a Pagar referem-se, principalmente, a gastos correntes, em especial a despesas de pessoal, incluídas nos grupos Pessoal e Encargos Sociais e Outras Despesas Correntes.

Nesse particular, reiteram-se as conclusões do relatório elaborado pelo grupo de trabalho estabelecido na Portaria 80/PRES./17, deste Tribunal de Contas, para analisar o impacto da crise econômico-financeira sobre a evolução das receitas e despesas do Estado, em especial no que tange aos fortes aumentos dos saldos de Restos a Pagar em 2015 e 2016, quando esse mecanismo passou de um ajuste de curto prazo para o gestor público para a condição de endividamento de longo prazo, gerando a fragilização do planejamento, a perda de credibilidade e a constituição de um “orçamento paralelo”, que compromete a transparência da Administração Pública e não encontra guarida na LRF.

Acerca do quesito 29(a) do i-Fiscal, de caráter apenas informativo, o Relatório Técnico das Contas de 2018 não confirma o percentual informado de 2,60% de recebimento do saldo da dívida ativa no exercício. A equipe técnica apurou o recebimento de 1,33%, o que representa R\$ 701,204 milhões (Tabela 91 do relatório), montante 11,03% abaixo da estimada e 43,77% aquém da arrecadada no exercício anterior, igual a R\$ 1,247 bilhão.

No tocante ao quesito 29(b), referente às demais modalidades de extinção e exclusão da dívida ativa, o percentual informado de 3,36% também está em desacordo com o entendimento da Cfamge, que apurou 4,23%. A resposta ao quesito considerou apenas a baixa por Extinção e a relacionou com o saldo anterior da Dívida Ativa Tributária, ao passo que esta equipe técnica entende que se deve considerar o conjunto de baixas referentes a Extinções, Quitações Especiais e Desonerações sobre o saldo atual (Tabela 95), ressaltando-se que tal conjunto representa 81,74% das baixas do exercício.

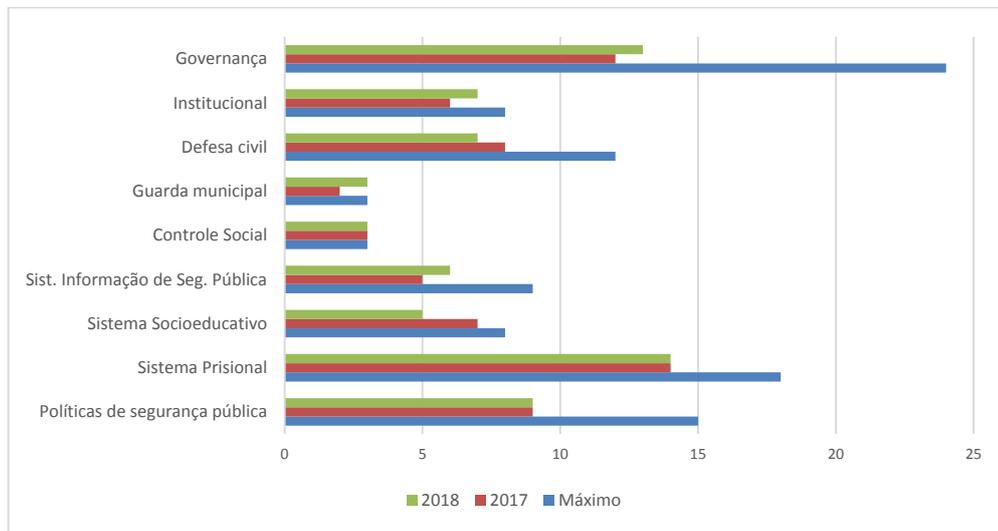
Nesse contexto, informa-se que o saldo bruto da Dívida Ativa, em 2018 perfaz R\$ 61,055 bilhões (Tabela 88, pg. 154), sendo a maior parcela referente a multas e encargos incidentes sobre a dívida ativa tributária de longo prazo da Administração Direta, R\$ 45,386 bilhões. Sobre esse total, 96,42% estão sendo deduzidos pelas contas de Ajuste para Perdas de Dívida Ativa e Cessão de Direitos Creditórios, caindo o saldo contábil líquido para R\$ 2,070 bilhões.

Por fim, confirma-se a aplicação de 3% da RCL em investimentos no Estado em 2018, abordado no quesito 18, também de caráter informativo, reiterando-se, entretanto, que, em relação à despesa fiscal total realizada, esses gastos representaram írisórios 1,48%, tendo sido fortemente impactados pela crise fiscal do Estado.

#### **4.5. i-Segurança Pública**

O i-SegP, com a nota 67, Efetiva, obteve pontuação superior em 1 ponto em relação ao ano anterior. O Índice apresenta apenas quesitos Pontuados, no total de 37, sendo 35 deles de natureza meio e 2 de natureza fim, distribuídos em 9 matérias especificadas no gráfico que segue.

**Gráfico 08 - Pontuação i-SegP por matéria – 2017 e 2018**



Fonte: elaboração própria a partir do IEGE 2017 e IEGE 2018.

A variação negativa da matéria Sistema Socioeducativo (-2 pontos) ocorreu porque o Estado deixou de registrar, de 2017 para 2018, o número de adolescentes condenados ao cumprimento de medidas socioeducativas privativas de liberdade que estão cumprindo a medida fora das condições impostas, por falta de estruturação do serviço/oferta estatal (quesito 14), e o número de adolescentes condenados ao cumprimento de medidas socioeducativas de meio aberto que estão cumprindo a medida adequadamente (quesito 15). No que se refere à matéria Defesa Civil (-1 ponto), o Estado deixou de utilizar registro eletrônico para cadastramento de ocorrências (quesito 23) e não avaliou, periodicamente, os Planos Municipais de Contingência quanto ao alinhamento à política de resiliência adotada pelo Brasil no Marco Sendai (sub quesito 25.2); todavia, o Estado realizou levantamento para identificação de riscos em municípios os quais demandam intervenções do Poder Público (quesito 24).

As variações negativas dessas matérias foram compensadas pelas positivas em Sistema de Informação de Segurança Pública (+1), Guarda Municipal (+1), Institucional (+1) e Governança (+1). Obtiveram nota máxima as que se referem à Guarda Municipal e ao Controle Social, contrastando com a de Governança, que obteve 54% da pontuação máxima e foi a de pior aproveitamento entre as matérias.

Ressalta-se que a não apresentação de respostas para 1 quesito e para 7 dos 58 sub quesitos do i-SegP pouco impactou a nota final do índice, visto que foram obtidos 18 pontos dos 20 distribuídos. As ausências referem-se:

- ao quantitativo de ocorrências registradas no ano acerca da homofobia e intolerância religiosa (quesito 30b e quesito 30d);

- à quantidade de presos, condenados e provisórios, por faixa-etária, cor, grau de escolaridade, renda e tipicidade de crime e outros tipos de crimes (sub quesito 7.1);
- ao número de vagas masculinas e femininas para os regimes de prisão domiciliar e de liberdade condicional sem tornozeleira eletrônica (sub quesito 8.3a e 8.3b);
- ao número de vagas interditadas/ociosas para os diferentes tipos de regime penal (sub quesito 8.3c);
- ao número desagregado por presos condenados e provisórios trabalhando, recebendo assistência jurídica e médico-odontológica periódicas (sub quesitos 10.1, 10.4 e 10.5);
- ao percentual do território estadual coberto pelo sistema de videomonitoramento (sub quesito 17.2); e
- ao quantitativo de crimes violentos de lesão corporal grave apurado no ano (sub quesito 29.1).

Da lista acima, apenas o sub quesito 17.2 foi respondido no ano anterior; os outros não o foram e, reincidentemente, continuaram sem resposta em 2018. Apesar de pouco impactar a perda de pontos para o i-SegP, pela condição de informativos, em sua maioria, tais informações poderiam alimentar banco de dados com vista a subsidiar tanto as ações de controle externo quanto as ações do gestor para melhoria da administração estadual.

Constata-se, com base na ampla pontuação distribuída aos quesitos caracterizados como meios, que o Estado possui insumos que podem contribuir para o alcance de um resultado satisfatório em relação às políticas de Segurança Pública. Sobre a perspectiva da efetividade dessas políticas, as apurações do Relatório Técnico das Contas Governamentais de 2018 mostraram melhora em indicadores de resultados, como:

- redução da taxa anual de Crimes Violentos – de 598,4 por 100 mil habitantes, em 2017, para 416,6 em 2018 (Gráfico 28 do Relatório Técnico de 2018);
- redução da taxa anual de Homicídios Consumados – de 18,1 por 100 mil habitantes, em 2017, para 14,1 em 2018 (Gráfico 29 do Relatório Técnico de 2018); e
- redução da taxa anual de Crimes Violentos Contra o Patrimônio – de 534,55 por 100 mil habitantes, em 2017, para 360,38 em 2018 (Gráfico 31 do Relatório Técnico de 2018).

O referido Relatório aponta piora nos seguintes indicadores:

- aumento da taxa de Homicídios de Jovens entre 15 e 29 anos – de 46,8 por 100 mil jovens, em 2015, para 49,8 em 2016 (Gráfico 30 do Relatório Técnico de 2018);
- redução de 13,69% dos gastos com Informação e Inteligência, em 2018, comparados a 2017 (Tabela 191 do Relatório Técnico de 2018).

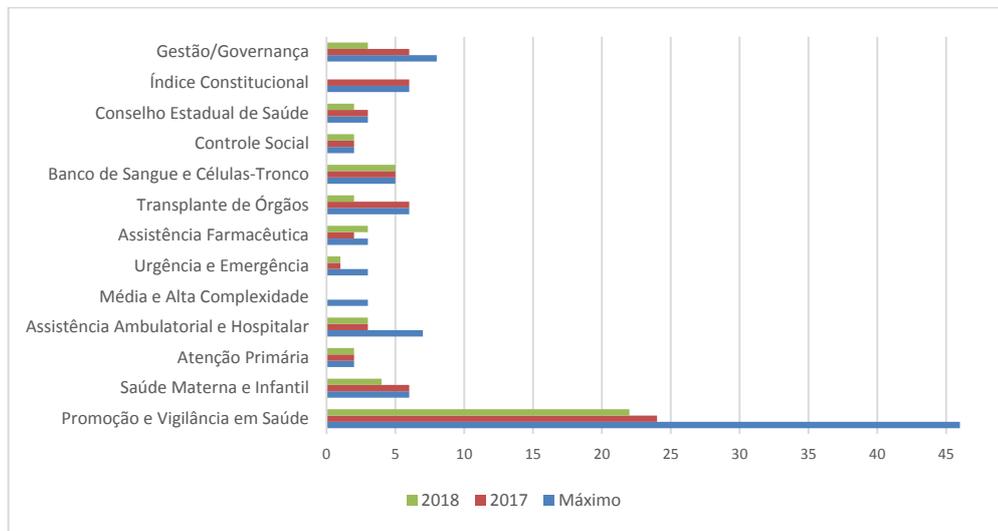
No que se refere à execução orçamentária da função Segurança Pública, as despesas realizadas totalizaram R\$ 16,971 bilhões, correspondendo a 16,48% da despesa total realizada no Orçamento Fiscal (R\$ 102,987 bilhões), superando em 2,59% o montante do ano de 2017 (R\$ 16,542 bilhões). Os gastos concentraram-se em Despesas Correntes (99,14%), sendo despendidos R\$ 15,070 bilhões com Pessoal e Encargos Sociais, enquanto o gasto em Despesas de Capital, como Investimentos em Equipamentos e Material Permanente, representou cerca de 0,86% (R\$ 146,371 milhões) das despesas (Tabela 192 do Relatório Técnico 2018).

Por fim, o resultado agregado da execução orçamentária físico-financeira dos programas e ações governamentais que materializam as políticas públicas relacionadas à Segurança Pública, medido pelo IAP, foi de 52,66, numa escala de 0 a 100, classificado apenas com o grau de eficácia Razoável. Ressalta-se a verificação de divergência desse resultado, em relação ao apurado pela Cfamge, 53,15, embora sem alteração do grau de eficácia, sendo, neste caso, considerados os programas da função Segurança Pública.

#### **4.6. i-Saúde**

O i-Saúde possui 50 quesitos, 34 deles Pontuados e 16 Informativos e, em relação à caracterização, 26 são Meios e 24 são Finalísticos. Entre as dimensões que compõem o IEGE, esta é a que evidencia, em maior grau, aspectos de efetividade. A nota alcançada foi 49, Baixo Nível de Adequação. Foi o indicador que obteve a menor nota e a maior queda percentual em relação ao ano anterior. O gráfico a seguir mostra a distribuição e a evolução dos pontos entre as matérias que o integram.

**Gráfico 09** - Pontuação i-Saúde por matéria – 2017 e 2018



Fonte: elaboração própria a partir do IEGE 2017 e IEGE 2018.  
 As matérias que estão sem a representação gráfica de barra para o ano de 2017 ou de 2018 é porque não pontuaram no período.

Ao desagregar por matéria, obtiveram nota máxima em 2018: Atenção Primária; Assistência Farmacêutica; Banco de Sangue e Células Tronco; e Controle Social. Por outro lado, com notas muito baixas em relação ao máximo de cada matéria, tem-se: Promoção e Vigilância em Saúde (47,8%), Assistência Ambulatorial e Hospitalar (42,9%), Gestão/Governança (37,5%), Urgência e Emergência (33,3%), Transplante de Órgãos (33,3%), Média e Alta Complexidade (0%) e Índice Constitucional (0%).

Na comparação com o ano anterior, a que mais regrediu foi Índice Constitucional (6 pontos), tendo obtido nota zero em virtude do descumprimento da aplicação do percentual mínimo da receita vinculada em Ações e Serviços Públicos de Saúde – ASPS, a que se refere a EC n. 29/00, e das disposições contidas na LC 141/12, art. 24, inciso II, ao computar, no cálculo das aplicações em ASPS, as despesas empenhadas e inscritas em RPNP, mesmo sem existência de disponibilidade financeira. Importante ressaltar que, mesmo tendo pontuado nesse quesito em 2017, a equipe técnica deste Tribunal já divergia do informado: o percentual da receita vinculada aplicado em ASPS, apurado pelo Relatório Técnico de 2017, foi de 7,71% e o informado pelo Questionário do IEGE ficou na faixa maior ou igual a 12%. Portanto, em que pese a perda de pontos, só em 2018, na prática e nos termos da análise deste Tribunal, o mínimo constitucional também não foi cumprido no ano anterior. A diferença é que, em relação ao exercício de 2018, o Estado declarou no IEGE que não cumpriu o mínimo de 12%, tendo informado o percentual de 10,22%, igualmente divergente do apurado pela unidade técnica do TCEMG (7,92%), que pormenorizou, em seu Relatório, as diferenças no cômputo das despesas que integram ou não o índice dos gastos com saúde.

A segunda matéria que mais perdeu pontos foi Transplante de Órgãos (-4 pontos), em virtude da afirmação de que não houve aumento das doações e nem de transplantes de córneas em relação ao exercício anterior.

Entretanto, vale ressaltar que, por ser informativa, a questão do índice de aproveitamento dos múltiplos órgãos doados para transplante não foi pontuada, embora tenha apresentado expressivo crescimento, de 52 em 2017 para 90 em 2018.

Ainda perderam pontos em relação ao ano anterior: Gestão/Governança (-3), Promoção e Vigilância em Saúde (-2), Saúde Materna e Infantil (-2) e Conselho Estadual de Saúde (-1).

Sobre o Orçamento da Função Saúde, conforme o Relatório Técnico das Contas do exercício de 2018, foram fixadas despesas no montante de R\$ 11,160 bilhões, sendo executadas, ao final, R\$ 9,946 bilhões, 89,12%. Os maiores desembolsos ocorreram nas subfunções Assistência Hospitalar e Ambulatorial, e Administração Geral, que, juntas, responderam por quase 80% dos gastos.

Por categoria e grupo de despesas, tem-se que as correntes absorveram 97,73% do total executado, no montante de R\$ 9,720 bilhões, denotando grande direcionamento dos recursos para o custeio das ações de saúde. Por outro lado, os investimentos representaram 2,27%, R\$ 225,7 milhões, tendo sido reduzidos em 60,87%, comparativamente ao ano anterior, evidenciando que o Estado vem direcionando poucos recursos para investimentos na área.

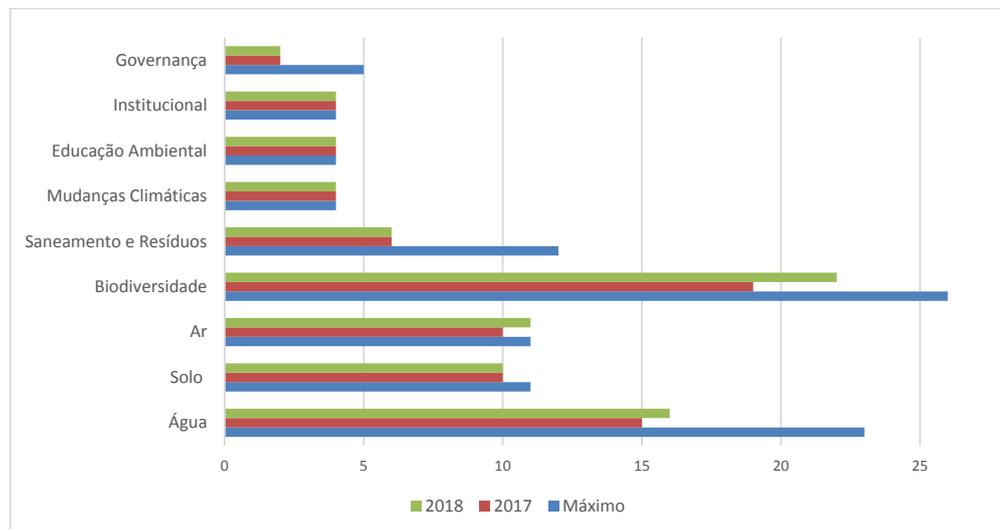
O resultado agregado da execução orçamentária físico-financeira dos programas e ações governamentais que materializam as políticas públicas relacionadas à saúde, medido pelo IAP, foi de 53,66, numa escala de 0 a 100, classificando-se como grau de eficácia Razoável. Igualmente, foi verificada divergência desse resultado para com o apurado pela Cfamge, 49,86, embora sem alteração do grau de eficácia, sendo, nesta apuração, considerados os programas da função Saúde.

O Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado – PMDI 2016-2027, plano estratégico de longo prazo visando ao desenvolvimento econômico e social do Estado, organiza-se em torno de cinco eixos, dentre eles Saúde e Proteção Social, tendo sido constatado que, a despeito dos avanços obtidos, o Estado ainda convive com expressivas desigualdades inter e intrarregionais, tanto no que se refere aos resultados epidemiológicos e de morbidade, como na distribuição dos serviços de saúde. Nesse sentido, um dos grandes desafios a serem enfrentados é a melhoria das condições de acesso aos serviços, de modo a reverter esse quadro histórico de desigualdades.

### **4.7. i-Meio Ambiente**

O i-Amb recebeu a nota 79, Muito Efetiva, 5 pontos acima da alcançada em 2017. O Índice é constituído por 9 matérias, apresentadas no gráfico seguinte.

**Gráfico 10 - Pontuação i-Amb por matéria – 2017 e 2018**



Fonte: elaboração própria a partir do IEGE 2017 e IEGE 2018.

As matérias Biodiversidade (+3 pontos), Ar (+1) e Água (+1) foram as responsáveis pela melhora na pontuação do indicador, enquanto as outras mantiveram-se no mesmo patamar de 2017. As matérias Saneamento e Resíduos e Governança tiveram os piores desempenhos, obtendo 50% e 40% da pontuação máxima, respectivamente.

O Índice é composto por 43 quesitos, sendo 39 Pontuados – dos quais 36 possuem característica de Meios e 3 de Fins – e 4 Informativos, de natureza Finalística. Esses 43 quesitos são desdobrados em 37 sub quesitos, igualmente classificados como Pontuados ou Informativos, de natureza Meio ou Fim. Registra-se a ausência de respostas em 4 sub quesitos Informativos – aqueles que deveriam informar os percentuais da rede estadual de ensino que possui programa de educação ambiental na grade curricular; da redução do consumo de energia, água, copo descartável e papel em prédios públicos; da reciclagem de resíduos gerados em prédios públicos; além da carga horária anual de capacitação dos servidores responsáveis pela análise dos processos de regularização ambiental.

Depreende-se da nota do i-Amb que o Estado possui meios ou insumos para o alcance de resultados efetivos quanto à gestão do Meio Ambiente Estadual, tendo sido demonstrada a existência de estrutura institucional, programas, ações, planos, indicadores. Contudo, merecem destaque alguns resultados negativos e relevantes, que pouco afetaram a nota final, seja porque sua pontuação compensou-se no conjunto dos quesitos, seja por sua condição de Informativos. São eles:

- o baixo grau de eficácia dos programas e ações contemplados nessa dimensão, inclusive com queda no IAP de 37,16 (IEGE 2017) para 29,83 (IEGE 2018), numa escala de 0 a 100 (quesito 43);
- a inexistência de: indicador visando medir a quantidade das águas no Estado (quesito 4); plano emergencial para fornecimento de água potável à população em caso de escassez (quesito 9); controle das propriedades rurais sustentáveis (quesito 21); programa e/ou ação para controlar e combater a desertificação, restaurar a terra e o solo degradado (quesito 25); e plano estadual de saneamento básico (quesito 30);
- a piora da situação relativa à qualidade da água e do solo (sub quesitos 2.1 e 11.2);
- o baixo percentual de abrangência do serviço de coleta e de tratamento licenciado de esgoto sanitário, ambos entre 20 e 50% da população do Estado (quesitos 31 e 32);
- o percentual mediano da população abrangida pelo fornecimento de água tratada e pela adequada destinação de resíduos sólidos, ambos entre 50 e 80% (quesitos 5 e 34).

Por outro lado, outros quesitos mostraram evolução em 2018, como é o caso:

- da melhora da situação relativa à qualidade do ar e do nível de desmatamento (sub quesitos 15.2 e 26.1);
- da implementação de monitoramento da disponibilidade de recursos hídricos para consumo humano, apontando potenciais riscos de interrupção de fornecimento de água em casos de estiagem (quesito 7);
- da redução da área atingida por incêndios florestais, de 41.036 para 9.773 hectares (quesito 23); e
- do aumento do número de municípios com destinação adequada de resíduos sólidos, de 379 para 391 (quesito 33).

Salienta-se, com base em consulta ao Siafi, o fato de o orçamento executado com a função Meio Ambiente representar apenas 0,40% do Orçamento Fiscal, cuja maior parte, 65,35%, foi gasta com Administração Geral, ao passo que com Recursos Hídricos foram gastos 16,24% e com Preservação e Conservação Ambiental, 12,18%. Considerando a categoria das despesas, as correntes abarcaram a maioria absoluta (98,33%) nessa função, sendo aplicados, em despesas de capital, reles 1,67%. O baixo orçamento destinado à função Meio Ambiente mostra a negligência do Poder Público com a fiscalização ambiental, que se fez sentir com o rompimento, em 2015, da barragem do Fundão, no município de Mariana, e da barragem do

Feijão, em 2019, em Brumadinho, tragédias com perda de vidas e com consequências imensuráveis – que serão sentidas por gerações – para a fauna, a flora e a hidrografia, bem como para o desenvolvimento econômico e social, dada a relevância da atividade mineradora para o Estado.

A fiscalização ambiental dos empreendimentos econômicos, destacando-se ações preventivas de controle e vigilância, especialmente na área de mineração, assume importância ímpar, tendo em vista os graves impactos negativos ocasionados pela atividade no Estado. Ademais, subsiste o enorme potencial de risco: das mais de 300 minas em operação no Estado, 57 estão incluídas entre as 200 maiores do país, segundo o Instituto Brasileiro de Mineração – Ibram, o que tem deixado várias comunidades em alerta, com retirada da população de suas casas e paralisação dos negócios, acumulando prejuízos de toda ordem.

## **5. Incongruências/ausências apuradas no preenchimento do IEGE**

Como antes mencionado, nesta segunda edição do IEGE, realizou-se a comparação das respostas prestadas ao questionário do IEGE-2018 com as do ano anterior e com o Relatório Técnico das Contas Governamentais do exercício de 2018, tendo sido apuradas ausências ou incongruências nessas comparações. Visando ao esclarecimento de parte dessas ocorrências, foi encaminhado o Ofício 9240/2019 GAB.GCJV/CFAMGE de 13/06/19 à Administração Pública Estadual, que respondeu a todos os questionamentos, através do Ofício OF.SEF.GAB.SADJ nº355/19 de 27/06/2019, conforme apresentado a seguir.

i-Desenvolvimento:

	2017	2018
29.1 Qual percentual das compras públicas realizadas junto à agricultura familiar no ano avaliado?	≥ 30%	< 30%
29.2 Qual a variação em relação ao exercício anterior ao ano avaliado?	9,2%	6,49%

Questionou-se a resposta dada ao item 29.1 para o ano de 2018 pois, no primeiro momento, a evolução informada de 6,49 (item 29.2) induz à permanência do percentual superior a 30% das compras públicas junto à agricultura familiar, como declarado em 2017.

A Secretaria de Estado de Agricultura, Pesca e Abastecimento apresentou dados que corroboraram a resposta ao item 29.1, de 2018, ano em que ocorreram muitas Chamadas Públicas desertas. No entanto, com o esclarecimento prestado, não foi possível afastar a incongruência verificada no sub quesito 29.2, cabendo aqui registrar a sua natureza de Informativo, na classificação do IEGE, portanto, não impactando a nota do Índice.

**i-Educação:**

	2017	2018
1. Quantas instituições estaduais destinadas aos ensinos fundamental e médio estão em funcionamento? [EM:]	2.330	3.273
2.1 Informe: (a) Número de vagas:][ EF:]	1.099.619	1.046.864
2.1 Informe: (a) Número de vagas:][ EM:]	709.907	684.697

Questionou-se a redução do número de vagas destinadas aos níveis fundamental e médio em instituições estaduais de ensino, tendo em vista o expressivo aumento de 40% (de 2.330 para 3.273) do número de instituições em funcionamento entre 2017 e 2018.

A Secretaria de Estado da Educação (SEE) esclareceu que a informação relativa ao número de instituições destinadas ao ensino médio em 2018 foi equivocada (quesito 1), corrigindo-a de 3.273 para 2.373. Em relação à queda do número de vagas, a justificativa apresentada foi a redução da população em idade escolar, mantendo-se as respostas dadas ao sub quesito 2.1.

	2017	2018
4.2 Qual percentual com conexão à internet em relação ao total de escolas? [EM:]	68.00	99
5. Informe o percentual de instituições estaduais destinadas aos ensinos fundamental e médio que fornecem água filtrada, própria para consumo: [EF:]	85.45	99
5. Informe o percentual de instituições estaduais destinadas aos ensinos fundamental e médio que fornecem água filtrada, própria para consumo: [EM:]	61.95	99
6. Informe o percentual de instituições estaduais destinadas aos ensinos fundamental e médio que possuem rede de coleta de esgoto ou fossa: [EF:]	92.87	99
6. Informe o percentual de instituições estaduais destinadas aos ensinos fundamental e médio que possuem rede de coleta de esgoto ou fossa: [EM:]	67.34	99

Com relação às perguntas 4.2, 5 e 6, o padrão de respostas repetidas e bem superiores às apontadas para o ano de 2017 suscitou o questionamento.

A SEE confirmou os valores apontados em 2018 e corrigiu as respostas do ano de 2017, quando os percentuais para todos os referidos quesitos foram superiores a 99%. A retificação afasta a discrepância observada entre os valores prestados no IEGE-2017 e no IEGE-2018.

38. Para o cálculo do Indicador de Avaliação do Planejamento – IAP, informe sobre a execução orçamentária das ações dos programas do PPA relativos às políticas públicas da educação: (a) A razão entre o número de ações cujo EFISi esteja entre 0,7 e 1,3 e o total de ações previstas, excluídas as não-orçamentárias:]
--

A razão pedida é um valor entre 0 e 1, porém, a resposta ao quesito foi de 1,47. A SEE acusou o equívoco e apresentou o valor de 0,47 como o correto.

Com os esclarecimentos prestados pela SEE, alteraram-se as informações no questionário do IEGE-2018. Essa correção refletiu na nota do i-Educação – que caiu de 81 para 79 –, permanecendo na faixa B+, Muito Efetiva.

**i-Planejamento:**

	2017	2018
1.1 Existe participação da sociedade no processo de elaboração deste Plano Estratégico?	Sim	Não

Indagou-se sobre a participação social na elaboração do Plano Estratégico, pois a resposta afirmativa de 2017 não se manteve em 2018; todavia, o Plano que vige nesses anos é o mesmo.

A Diretoria Central de Planejamento, Programação e Normas da Seplag comunicou que houve participação da sociedade no processo de elaboração do Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado (PMDI), reparando a resposta dada ao sub quesito 1.1 de “não” para “sim” em 2018. A correção acrescentou 1 ponto na nota do i-Planejamento, que saiu de 83 para 84, conservando-se na faixa B+, Muito Efetiva.

**i-Saúde:**

	2018
8. Informe o quantitativo, no Estado, de casos prováveis, confirmados e de óbitos por chikungunya, bem como a proporção de redução ou evolução em relação ao exercício anterior ao ano avaliado: [casos prováveis:][Quantitativo:]	11.75
8. Informe o quantitativo, no Estado, de casos prováveis, confirmados e de óbitos por chikungunya, bem como a proporção de redução ou evolução em relação ao exercício anterior ao ano avaliado: [casos confirmados:][Quantitativo:]	11.138

Observou-se que a resposta dada ao número de casos prováveis de chikungunya não é factível.

Em resposta, a Diretoria de Vigilância Epidemiológica esclareceu que os casos confirmados de chikungunya estão incluídos nos casos prováveis e solicitou a correção dos dados referentes à doença, considerando como respostas corretas 11.743 de casos prováveis e 11.137 de casos confirmados.

50. Para o cálculo do Indicador de Avaliação do Planejamento - IAP, informe sobre a execução orçamentária das ações dos programas do PPA relativos às políticas públicas da saúde: [c] A razão entre o número de ações cujo Índice de Equilíbrio da Execução Orçamentária (IEEOi) esteja entre 0,7 e 1,3 e o total de ações previstas, excluídas as não-orçamentárias:]

A razão pedida é um valor entre 0 e 1, porém, a resposta ao quesito foi de 52,63.

A Assessoria de Planejamento da Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais encaminhou outros valores para o cálculo do IAP: 0,77 (EFIS), 0,43 (EFIN) e 0,41 (IEEO). As retificações causaram a queda na pontuação e na faixa de caracterização do i-Saúde. A nota foi de 51 para 49, a faixa de C+ para C, resultando em um Baixo Nível de Adequação.

**i-Segurança Pública:**

26. Informe o número de efetivos: [c] Defesa Civil:]  
 30. Qual o quantitativo de ocorrências registradas no ano avaliado relativas a: [b] Homofobia:]  
 30. Qual o quantitativo de ocorrências registradas no ano avaliado relativas a: [d] Intolerância religiosa:]  
 30. Qual o quantitativo de ocorrências registradas no ano avaliado relativas a: [f] Violência policial:]

Não foram apresentadas informações para os itens do quadro acima.

O Gabinete Militar do Governador supriu a ausência referente ao quesito 26 ao informar o número de efetivos da Defesa Civil (total de 41).

A Respeito do item 30, a Superintendente do Observatório de Segurança Pública Cidadã informou que não dispõe de dados relacionados à homofobia e à intolerância religiosa, porém, acrescentou o quantitativo de ocorrências registradas relacionadas à “violência policial” em 2018 (130 mortes em decorrência de confrontos policiais, não englobando a vitimização policial).

Os complementos feitos ao questionário alteraram a nota do i-Segurança Pública de 66 pontos para 67, mantendo-o na faixa B, Efetiva.

i-Fiscal:

12.1 O Demonstrativo do Anexo de Metas Fiscais da LDO, que objetiva apontar a estimativa e compensação da renúncia de receitas, evidencia a indicação das medidas de compensação para cada renúncia de receita, critérios transparentes e consistentes estabelecidos para apuração da estimativa das renúncias de receitas e para apuração das respectivas medidas de compensação?

12.2 Há publicidade e transparência dos valores dos benefícios concedidos por segmento econômico e por modalidade de renúncia?

12.3 A administração tributária avalia, formalmente, o custo-benefício da abertura de programas de recuperação de créditos, adota indicadores para avaliação e avalia tais indicadores de resultado periodicamente?

12.5 Existem relatórios ou outro documento formal de avaliação quanto à eficiência e ao alcance do retorno e resultados esperados da política de renúncia fiscal, que objetiva atrair investimentos e proporcionar o desenvolvimento econômico?

Solicitaram-se esclarecimentos sobre os itens do quadro acima porque as respostas afirmativas estão em desacordo com o entendimento da equipe da Cfamge.

A Subsecretaria da Receita Estadual prestou os esclarecimentos acerca dos levantamentos e confirmou as respostas anteriormente dadas em todos eles. No que se refere ao quesito 12.1, indicou a Tabela 2, ANEXO I.7 da LDO 2019 – Lei nº 23.086 de 17/8/18 para justificar a resposta afirmativa, entretanto, não se manifestou sobre a LDO de 2018, objeto dessa avaliação. Ademais, apesar de identificar a compensação de renúncias de receita, a equipe da Cfamge entende que o anexo da LDO 2019 não apresentou critérios transparentes e consistentes para a apuração da estimativa da renúncia e sua compensação.

Em relação ao item 12.2, a Subsecretaria indicou a Tabela 2, ANEXO I.7 da LDO 2018 – Lei nº 22.626 de 28/7/17 – para confirmar a informação prestada. Porém, a citada tabela refere-se a valores estimados, e não a valores concedidos como especificado na pergunta. Os quesitos 12.3 e 12.5 também foram ratificados pela Administração Estadual, com o informativo da existência de documentos e estudos que não foram disponibilizados à Cfamge.

Concedida a possibilidade de o Governo manifestar-se sobre esses sub quesitos e tendo ele confirmado as informações antes prestadas, as quais não são corroboradas pela Cfamge, procedeu-se à retificação no IEGE, seguindo o entendimento deste órgão técnico, o que provocou a perda de 2 pontos no quesito.

31. O montante do Serviço da Dívida Estadual (amortização, juros e encargos) respeitou os 11,5% da receita corrente líquida, conforme Resolução do Senado Federal?	2018 Não
--	-------------

A Superintendente Central de Governança de Ativos e da Dívida Pública esclareceu o cálculo acerca do limite do serviço da dívida para fins de contratação de operações de crédito do Estado, o qual a Cfamge entendeu como correto. A resposta inicialmente prestada no IEGE foi então ratificada, não tendo sido alterada a pontuação do quesito.

Ao final, com as alterações procedidas no sub quesito 12, a nota do i-Fiscal foi reduzida de 65 para 63, mantendo-se na faixa B, Efetiva.

## **6. Validação das Respostas Prestadas pelo Governo**

Em resumo, evoluindo em relação a 2017, procedeu-se a análise visando à validação das respostas prestadas no IEGE, utilizando-se dos dados disponíveis, seja nos bancos de dados oficiais, no relatório das Contas Governamentais 2018 da Cfamge ou em sites oficiais. As análises que demandam a realização de auditorias in loco ou outros dados não prontamente disponíveis devem ser programadas para os exercícios seguintes, de forma a possibilitar a ampliação progressiva da comprovação das informações prestadas nos questionários do Índice. No universo de quesitos e sub quesitos avaliados, 150 (88,76%) tiveram sua resposta confirmada e 19 (11,24%), não confirmada, sendo que todas elas estão destacadas no Anexo II (o número da questão em azul refere-se às respostas confirmadas; em vermelho, às não confirmadas). Quanto às não confirmadas, foram consideradas tal como encaminhadas, para a apuração do Índice. Exceção apenas para aquelas em que foi dada a oportunidade de manifestação por parte do Governo e, não tendo sido corroborados, pela Cfamge, os apontamentos trazidos, procedeu-se à alteração das respostas.

## **7. Considerações Finais**

Tendo em vista o objetivo do IEGE, o resultado ora apresentado demonstra a existência e a qualidade dos meios necessários para se alcançar, de forma abrangente, a efetividade da gestão estadual, considerando, sobretudo, os aspectos do bem-estar social. Os quesitos que se identificam com a natureza finalística, representando aspectos de efetividade, são classificados, em grande parte, como Informativos, não impactando o resultado do Índice, devendo, unicamente, alimentar banco de dados, com vista a subsidiar tanto as ações de controle externo quanto as ações do gestor, na busca pela melhoria da Administração Estadual.

A validação das informações prestadas pelo jurisdicionado também faz parte do processo do IEGE, tendo sido realizada parcialmente, quanto ao exercício de referência 2018, devendo ser incrementada a partir dos próximos exercícios.

Por fim, em 2018, segundo ano de aplicação do IEGE, a nota do Estado de Minas Gerais apresentou queda, se comparada a 2017, passando de 74,30, classificação B: Efetiva, para 59,20, C+: Em Fase de Adequação, indicando piora na qualidade ou inexistência dos meios necessários para se alcançar a efetividade na gestão estadual.

## ANEXO I

i-Fiscal	Pontuados		Informativos	
	Meio	Fim	Meio	Fim
1. As metas estabelecidas na LDO para receitas, despesas, resultados primário e nominal e montante da dívida pública foram alcançadas?	x			
1.1 Descrever as metas que não foram alcançadas:			x	
2. O Poder Executivo publicou, em até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, Relatório Resumido da Execução Orçamentária dos Poderes do Estado incluídos os órgãos e entidades da administração direta e indireta?	x			
3. Os titulares dos Poderes e órgãos publicaram, em até trinta dias após o encerramento do quadrimestre, Relatório de Gestão Fiscal?	x			
4. O total das receitas primárias suplantou o total das despesas primárias no ano avaliado?	x			
5. Quanto ao Resultado Nominal, o Estado cumpriu a meta estabelecida na LDO para o ano avaliado?	x			
6. Foram implementadas medidas para a melhoria da capacidade de arrecadação de impostos e outras receitas com vistas a: [combate à evasão e sonegação fiscal de receitas]				
6. Foram implementadas medidas para a melhoria da capacidade de arrecadação de impostos e outras receitas com vistas a: [evolução do montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa]	x			
6. Foram implementadas medidas para a melhoria da capacidade de arrecadação de impostos e outras receitas com vistas a: [aumento da quantidade e valores de ações ajuizadas para cobrança da dívida ativa]				
6. Foram implementadas medidas para a melhoria da capacidade de arrecadação de impostos e outras receitas com vistas a: [não foram implementadas medidas para a melhoria da capacidade de arrecadação]				
7. As receitas previstas foram desdobradas em metas bimestrais de arrecadação?	x			
7.1 O Estado monitora a execução orçamentária da receita prevista na LOA, visando a correção de possíveis desvios em relação ao planejado?	x			
8. Consta na LDO meta para arrecadação do ICMS?	x			
8.1 Qual o percentual de execução no ano avaliado da meta prevista na LDO para a arrecadação do ICMS?	x			
9. Consta na LDO meta para arrecadação do IPVA?	x			
9.1 Qual o percentual de execução no ano avaliado da meta prevista na LDO para a arrecadação do IPVA?	x			
10. Consta na LDO meta para arrecadação do ITCD?	x			
10.1 Qual o percentual de execução no ano avaliado da meta prevista na LDO para a arrecadação do ITCD?	x			
11. Em relação à receita corrente líquida do ano avaliado, informe o percentual de:				
a) renúncias consolidadas e novas:			x	
b) benefícios heterônomos:				
12. Quanto à concessão ou ampliação de incentivos ou benefícios de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita, responda:	x			
12.1 O Demonstrativo do Anexo de Metas Fiscais da LDO, que objetivou apontar a estimativa e compensação da renúncia de receitas, evidencia a indicação das medidas de compensação para cada renúncia de receita, critérios transparentes e consistentes estabelecidos para apuração da estimativa das renúncias de receitas e para apuração das respectivas medidas de compensação?	x			
12.2 Há publicidade e transparência dos valores dos benefícios concedidos por segmento econômico e por modalidade de renúncia?	x			
12.3 A administração tributária avalia, formalmente, o custo-benefício da abertura de programas de recuperação de créditos, adota indicadores para avaliação e avalia tais indicadores de resultado periodicamente?	x			
12.4 Os registros contábeis da renúncia de receita decorrentes da concessão ou ampliação de incentivos ou benefícios de natureza tributária estão em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e as orientações e manuais da Secretaria do Tesouro Nacional?	x			
12.5 Existem relatórios ou outro documento formal de avaliação quanto à eficiência e ao alcance do retorno e resultados esperados da política de renúncia fiscal, que objetiva atrair investimentos e proporcionar o desenvolvimento econômico?	x			

13. O Estado monitora a execução orçamentária da despesa fixada na LOA, visando a correção de possíveis desvios em relação ao planejado?	x				
14. O Estado estabeleceu a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso?	x				
15. O Estado realiza limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela LDO, caso verifique, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecido no Anexo de Metas Fiscais?	x				
16. A abertura de créditos adicionais se deu nos limites fixados em lei e com indicação dos recursos e justificativas correspondentes?	x				
17. A execução orçamentária dos investimentos do orçamento fiscal ocorreu de forma regionalizada?	x				
18. Qual foi a taxa de investimento observada na execução do orçamento em relação à receita corrente líquida no ano avaliado?		x			
19. Qual percentual da despesa com pessoal do Poder Executivo em relação à receita corrente líquida?	x				
20. Qual o percentual da despesa com pessoal do Poder Legislativo (Assembleia e TCE) em relação à receita corrente líquida?	x				
21. Qual o percentual da despesa com pessoal do Poder Judiciário em relação à receita corrente líquida?	x				
22. Qual o percentual da despesa com pessoal do Ministério Público em relação à receita corrente líquida?	x				
23. Qual o percentual da despesa com pessoal consolidada do Estado em relação à receita corrente líquida?	x				
24. Em relação à receita corrente líquida, qual o percentual de despesas com contratação de: [a] serviços de consultoria;]					
24. Em relação à receita corrente líquida, qual o percentual de despesas com contratação de: [b] mão de obra temporária;]		x			
24. Em relação à receita corrente líquida, qual o percentual de despesas com contratação de: [c] mão de obra terceirizada;]					
25. Existe equilíbrio financeiro entre despesas e receitas do RPPS?	x				
26. Existe equilíbrio atuarial do RPPS?	x				
27. O Estado criou e implementou Previdência Complementar?	x				
28. Nos aportes para cobertura do déficit atuarial do RPPS, o Estado observa a Portaria MPS 746/2011, que determina a aplicação financeira desses recursos por no mínimo 5 anos?	x				
29. Com relação ao total da dívida ativa, no ano avaliado, informe o percentual de:					
a) recebimento:			x		
b) demais modalidades de extinção e exclusão:					
30. Qual o percentual de prescrição de processos judiciais referentes à cobrança de dívida ativa no ano avaliado, em relação ao valor total dos créditos de dívida ativa extintos?	x				
31. O montante do Serviço da Dívida Estadual (amortização, juros e encargos) respeitou os 11,5% da receita corrente líquida, conforme Resolução do Senado Federal?	x				
32. O Estado realizou as metas e os compromissos definidos no Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal – PAF?	x				
32.1 A avaliação feita pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN sobre o cumprimento dessas metas tem sido positiva?	x				
33. O montante da Dívida Pública Estadual respeitou os limites estabelecidos na Resolução do Senado Federal?	x				
34. Informe o percentual do valor inscrito em restos a pagar no exercício anterior pago no ano avaliado:	x				
35. Os restos a pagar do ano avaliado foram inscritos com a correspondente disponibilidade de caixa?	x				
35.1 Informe o montante dos restos a pagar inscritos:			x		
36. As operações de crédito realizadas no ano avaliado foram inferiores ao montante das despesas de capital realizadas pelo Estado?	x				
37. Os limites e as condições para a realização de operações de crédito, bem como o saldo global das garantias concedidas, ficaram de acordo com o estabelecido na Resolução do Senado Federal?	x				
38. Existe suficiência financeira para quitação dos precatórios inscritos no ano avaliado?	x				
39. Foi observado o prazo de 5 anos para pagamento do estoque de precatórios, a contar de 1/1/16?	x				
40. Houve aplicação de recursos oriundos da alienação de bens e direitos em despesas correntes, ressalvadas as destinadas por lei aos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos?	x				
				<b>Soma</b>	
<b>TOTAL QUESITOS</b>	<b>36</b>	<b>0</b>	<b>4</b>	<b>0</b>	<b>40</b>
<b>TOTAL SUB QUESITOS</b>	<b>10</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>12</b>

i-Amb	Pontuados		Informativos	
	Meio	Fim	Meio	Fim
1. O Estado possui programa e/ou ação de melhoria, controle e monitoramento da qualidade das águas?	X			
2. O Estado adota e publica o Índice de Qualidade das Águas – IQA?	X			
2.1 Houve evolução no IQA em relação ao exercício anterior ao ano avaliado?		X		
3. O Estado possui programa e/ou ação de melhoria, controle e monitoramento da quantidade das águas?	X			
4. O Estado adota e publica indicador de quantidade das águas?	X			
4.1 Informe o indicador:			X	
4.2 Houve melhoria deste indicador em relação ao exercício anterior ao ano avaliado?		X		
5. O serviço de fornecimento de água tratada abrange qual percentual da população do Estado, com exceção da população atendida pelo serviço de distribuição de água tratada prestado pelos municípios (SAAE)?		X		
6. O Estado possui programa e/ou ação de preservação e incremento de fontes de água potável?	X			
6.1 Existe avaliação da eficácia desses programas ou ações?	X			
7. O Estado promove e monitoramento da disponibilidade de recursos hídricos para consumo humano, apontando potenciais riscos de interrupção de fornecimento de água em casos de estiagem?	X			
7.1 Nestes casos, ações de contingenciamento e racionalização são implantadas para reduzir estes riscos?	X			
7.2 Informe as ações:			X	
8. Existe ação e/ou medida de contingenciamento e racionalização para provisão de água potável e de uso comum no Estado?	X			
8.1 Informe as ações e medidas:			X	
8.2 Existe avaliação da eficácia dessas ações e medidas?	X			
8.3 Essas ações e medidas são direcionadas a todos os usuários (pessoa física e pessoa jurídica)?			X	
9. Existe plano emergencial de ações para fornecimento à população de água potável, em caso de escassez?	X			
10. O Estado possui programa e/ou ação de melhoria, controle e monitoramento da qualidade do solo?	X			
11. O Estado adota e publica indicador para a qualidade do solo?	X			
11.1 Informe o indicador:			X	
11.2 Houve melhoria deste indicador em relação ao exercício anterior ao ano avaliado?		X		
12. O Estado possui programa e/ou ação para redução do uso de agrotóxicos e de fertilizantes químicos?	X			
13. O Estado possui programa e/ou ação para reabilitação de áreas degradadas e contaminadas?	X			
13.1 Houve evolução em relação ao exercício anterior ao ano avaliado?		X		
13.2 Qual percentual de áreas recuperadas em relação às áreas degradadas?				X
14. O Estado possui programa e/ou ação de melhoria, controle e monitoramento da qualidade do ar e emissões atmosféricas?	X			
15. O Estado avalia a qualidade do ar por meio de indicador?	X			
15.1 Informe o indicador:			X	
15.2 Houve melhoria deste indicador em relação ao exercício anterior ao ano avaliado?		X		
16. O Estado possui programa e/ou ação de inspeção veicular e plano de controle de poluição veicular?	X			
16.1 Informe o programa:			X	
17. O Estado possui programa e/ou ação de inspeção sobre as emissões poluentes das indústrias?	X			
17.1 Informe o programa:			X	
18. O Estado possui programa e/ou ação para proteção das áreas ambientalmente conservadas, a fauna e a biodiversidade florestal?	X			
19. O Estado controla suas áreas ambientalmente conservadas por meio de indicador?	X			
19.1 Informe o indicador:			X	
19.2 Houve melhoria deste indicador em relação ao exercício anterior ao ano avaliado?		X		
20. O Estado tem programa ou ação direcionados à sustentabilidade de propriedades rurais?	X			
21. O Estado controla as propriedades rurais sustentáveis por meio de indicador?	X			
21.1 Informe o indicador:			X	
21.2 Houve melhoria deste indicador em relação ao exercício anterior ao ano avaliado?		X		
21.3 Qual percentual das propriedades rurais sustentáveis em relação ao total de propriedades rurais?				X
22. O Estado possui programa e/ou ação para prevenir, de forma mais incisiva, incêndios florestais?	X			
22.1 Informe os programas:			X	
23. No ano avaliado, quantos hectares foram atingidos por incêndios florestais?				X
24. Informe o percentual de brigadas de incêndios florestais capacitadas no ano avaliado:	X			

25. O Estado possui programa e/ou ação para combater a desertificação, restaurar a terra e o solo degradado, incluindo terrenos afetados pela desertificação, secas e inundações?	X			
25.1 Houve melhoria da situação em relação ao exercício anterior ao ano avaliado?		X		
25.2 Qual percentual de cobertura terrestre das áreas suscetíveis à desertificação (ASD) em relação à área total do Estado?			X	
26. O Estado possui programa e/ou ação para implementar a gestão sustentável de florestas, de mitigação do desmatamento, de restauração de florestas degradadas?	X			
26.1 Houve melhoria da situação em relação ao exercício anterior ao ano avaliado?		X		
27. Qual percentual da área em relação à área total do Estado de: [a] Desmatamento anual:]				
27. Qual percentual da área em relação à área total do Estado de: [b] Cobertura vegetal nativa remanescente:]			X	
27. Qual percentual da área em relação à área total do Estado de: [c] Cobertura territorial das Unidades de Conservação (federais, estaduais e municipais):]				
28. O Estado possui programa e/ou ação para combater a caça ilegal e o tráfico de espécies da flora e fauna protegidas?	X			
28.1 Informe os programas ou ações:			X	
28.2 Houve melhoria da situação em relação ao exercício anterior ao ano avaliado?		X		
29. O Estado possui programa e/ou ação para promover a preservação completa dos rios, abarcando sua visão panorâmica e beleza cênica?	X			
29.1 Informe os programas e/ou ações:			X	
29.2 Houve melhoria da situação em relação ao exercício anterior ao ano avaliado?		X		
30. O Estado possui Plano Estadual de Saneamento Básico?	X			
30.1 Qual a periodicidade de atualização deste Plano?			X	
31. O serviço de coleta de esgotamento sanitário abrange qual percentual da população do Estado, com exceção da população atendida pelo serviço de coleta prestado pelos municípios (SAAE)?		X		
32. Qual percentual de tratamento licenciado de esgotamento sanitário no Estado?			X	
33. Qual o número de municípios com destinação adequada de resíduos sólidos urbanos?			X	
34. Qual o percentual da população atendida com destinação adequada de resíduos sólidos urbanos?		X		
35. O Estado possui programa e/ou ação para promover redução da geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reuso?	X			
35.1 Houve melhoria da situação em relação ao exercício anterior ao ano avaliado?		X		
36. O Estado possui programa e/ou ação de mitigação das mudanças climáticas?	X			
37. O Estado possui programa e/ou ação de adaptação às mudanças climáticas?	X			
38. O Estado possui programa e/ou ação para promoção do uso racional de recursos em seus órgãos e entidades?	X			
38.1 Informe o percentual de redução do consumo em prédios públicos: [a] energia:]				*
38.1 Informe o percentual de redução do consumo em prédios públicos: [b] água:]			X	*
38.1 Informe o percentual de redução do consumo em prédios públicos: [c] papel:]				*
38.1 Informe o percentual de redução do consumo em prédios públicos: [d] copo descartável:]				*
38.2 Informe o percentual de resíduos gerados em prédios públicos destinados à reciclagem:			X	*
39. Na rede estadual de ensino, o Estado adota programa e/ou ação de educação ambiental?	X			
39.1 Qual percentual da rede estadual de ensino que possui programa de educação ambiental na grade curricular?			X	*
40. O Estado tem órgão integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA, de acordo com a Lei 6.938/81?	X			
41. O Estado possui órgão colegiado, consultivo e deliberativo, para tratar sobre diretrizes, políticas, normas regulamentares, entre outros, para o meio ambiente?	X			
42. O Estado possui equipe multidisciplinar para análise dos processos de regularização ambiental?	X			
42.1 Os servidores responsáveis pela análise recebem capacitação específica para o desempenho da função?	X			**
42.2 Qual a carga horária anual desta capacitação?			X	*

43. Para o cálculo do Indicador de Avaliação do Planejamento - IAP, informe sobre a execução orçamentária das ações dos programas do PPA relativos às políticas públicas do meio ambiente: [a] A razão entre o número de ações cujo EFISI esteja entre 0,7 e 1,3 e o total de ações previstas, excluídas as não-orçamentárias*:]					
43. Para o cálculo do Indicador de Avaliação do Planejamento - IAP, informe sobre a execução orçamentária das ações dos programas do PPA relativos às políticas públicas do meio ambiente: [b] A razão entre o número de ações cujo EFINI esteja entre 0,7 e 1,3 e o total de ações previstas, excluídas as não-orçamentárias*:]	x				
43. Para o cálculo do Indicador de Avaliação do Planejamento - IAP, informe sobre a execução orçamentária das ações dos programas do PPA relativos às políticas públicas do meio ambiente: [c] A razão entre o número de ações cujo Índice de Equilíbrio da Execução Orçamentária (IEEOi) esteja entre 0,7 e 1,3 e o total de ações previstas, excluídas as não-orçamentárias*:]					
					<b>Soma</b>
<b>TOTAL QUESITOS</b>	<b>36</b>	<b>3</b>	<b>0</b>	<b>4</b>	<b>43</b>
<b>TOTAL SUB QUESITOS</b>	<b>4</b>	<b>12</b>	<b>16</b>	<b>5</b>	<b>37</b>

\* Quesito ou sub quesito sem resposta

\*\* Consta como informativa e pontuada ao mesmo tempo. Considerada pontuada

i-Des	Pontuados		Informativos	
	Meio	Fim	Meio	Fim
1. O Estado promove políticas de desenvolvimento econômico, orientadas para o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno, decente e produtivo, empreendedorismo, criatividade e inovação e para incentivo à formalização e ao crescimento das micro, pequenas e médias empresas, inclusive por meio do acesso a serviços financeiros?	x			
2. Para atingir níveis mais elevados de produtividade na economia, o Estado estimula a diversificação, modernização tecnológica e inovação, inclusive com foco em produtos de alto valor agregado?	x			
3. O Estado possui agenda para implementação de ações visando a melhoria progressiva da utilização eficiente de recursos na produção e consumo, de forma a reduzir a degradação ambiental, segundo o Plano Decenal de Programas sobre Produção e Consumo Sustentáveis?	x			
4. O Estado possui meta para sustentar o crescimento econômico per capita em relação ao Produto Interno Bruto – PIB?	x			
5. O Estado dispõe de instrumentos para apoiar ou estimular a oferta de crédito para atividades produtivas voltadas ao desenvolvimento econômico?	x			
5.1 Especifique os instrumentos utilizados:			x	
5.2 Qual volume de recursos desembolsados no ano avaliado?			x	
5.3 Qual a variação deste valor em relação ao exercício anterior ao ano avaliado?			x	
6. O Estado promove a compatibilização das políticas de desenvolvimento econômico com os programas federais e municipais de desenvolvimento?	x			
7. O Estado adota, na rede estadual de ensino, programa e/ou ação de educação sobre políticas públicas voltadas ao desenvolvimento econômico?	x			
7.1 Especifique em quais níveis de educação a rede estadual de ensino inclui o programa na grade curricular: [ensino médio]			x	
7.1 Especifique em quais níveis de educação a rede estadual de ensino inclui o programa na grade curricular: [ensino superior]				
8. O Estado utiliza critérios para avaliar e hierarquizar o atendimento às demandas por investimentos em infraestrutura?	x			
8.1 Especifique os critérios utilizados:			x	
9. O Estado divide seu território em áreas ou regiões com a finalidade de potencializar o desenvolvimento econômico?	x			
10. O Estado dispõe de política estruturada e/ou programa para incentivar o desenvolvimento econômico regionalizado?	x			
10.1 Há indicadores para avaliação do impacto desta política?	x			
10.2 Informe os indicadores:			x	
10.3 Informe as iniciativas/ações adotadas:			x	
11. O Estado apoia as regiões/territórios quanto a identificação e exploração de seus principais ativos, bem como ao diagnóstico das vantagens competitivas locais?	x			
12. O Estado estimula a implantação ou expansão de empresas em áreas de mais baixo IDH?	x			
12.1 Qual volume de emprego formal e de arrecadação tributária gerado por estes investimentos? [a] Emprego formal:]				x
12.1 Qual volume de emprego formal e de arrecadação tributária gerado por estes investimentos? [b] Arrecadação tributária:]				x
12.2 Qual a variação em relação ao exercício anterior ao ano avaliado?				x

13. O Estado induz a aproximação entre os setores público e privado por meio de parcerias?	X		
13.1 Informe as modalidades de parceria e os instrumentos utilizados para realizá-las:		X	
14. O Estado aporta capital no setor produtivo por meio de programas e/ou ações estratégicas?	X		
14.1 Qual volume de recursos no ano avaliado?		X	
15. O Estado dispõe de política estruturada e/ou programas relativos a trabalho e renda?	X		
15.1 Há indicadores para avaliação do impacto desta política?	X		
15.2 Informe os indicadores:		X	
15.3 Informe as iniciativas/ações adotadas:		X	
16. O Estado dispõe de política para desenvolvimento do turismo de forma sustentável, gerando empregos e promovendo a cultura e os produtos locais?	X		
16.1 Há indicadores para avaliação do impacto desta política?	X		
16.2 Informe os indicadores:		X	
16.3 Informe os segmentos da indústria de turismo apoiados por esta política:		X	
17. O Estado estimula a inovação como forma de abertura de novas perspectivas econômicas?	X		
17.1 Há indicadores para avaliar o impacto desta política, com base em evolução do emprego, registro de patentes ou inclusão de novos produtos no mercado?	X		
17.2 Informe os indicadores:		X	
18. O Estado aplica recursos em apoio às atividades de pesquisa e desenvolvimento (P&D), inclusive científica?	X		
18.1 A aplicação destes recursos está determinada em norma específica?		X	
19. O Estado cumpre as determinações legais de investimentos em P&D?	X		
20. Há critérios de seleção pública para as modalidades de apoio oferecidas?	X		
21. O Estado oferta linhas de pesquisa para o desenvolvimento econômico?	X		
22. O Estado dispõe de instrumento para integrar a oferta de cursos técnicos/profissionalizantes às necessidades produtivas ou à política de desenvolvimento econômico?	X		
23. O Estado dispõe de mecanismos para atração de investimentos e financiamentos privados nacionais e internacionais?	X		
24. O Estado avalia os resultados de sua política de atração de investimentos?	X		
24.1 Qual volume de emprego formal e de arrecadação tributária gerado por estes investimentos? [a] Emprego formal:]			X
24.1 Qual volume de emprego formal e de arrecadação tributária gerado por estes investimentos? [b] Arrecadação tributária:]			X
24.2 Qual a variação em relação ao exercício anterior ao ano avaliado?			X
25. O Estado dispõe de política estruturada de estímulo à economia criativa?	X		
25.1 Há indicadores para avaliação do impacto desta política?	X		
25.2 Informe os indicadores:		X	
25.3 Informe os setores apoiados por esta política:		X	
26. O Estado dispõe de política relativa a fomento e incentivo ao desenvolvimento de empreendimentos econômicos solidários?	X		
26.1 Há indicadores para avaliação do impacto desta política?	X		
26.2 Informe os indicadores:		X	
26.3 Informe as iniciativas/ações desta política:		X	
27. O Estado dispõe de regulamentação para estimular os empreendimentos econômicos solidários?	X		
28. O Estado possui Conselho Estadual de Economia Popular Solidária?	X		
29. O Estado realiza compras públicas diretamente da agricultura familiar?	X		
29.1 Qual percentual das compras públicas realizadas junto à agricultura familiar no ano avaliado?	X		
29.2 Qual a variação em relação ao exercício anterior ao ano avaliado?		X	
30. O Estado dispõe de política voltada ao fomento e incentivo dos APLs com vistas ao fortalecimento e ordenamento da economia local?	X		
30.1 Há indicadores para avaliação do impacto desta política?	X		
30.2 Informe os indicadores:		X	
30.3 Especifique os principais instrumentos de incentivo:		X	
31. O Estado dispõe de regulamentação para estimular os APLs?	X		
32. O Estado utiliza compras públicas como instrumento de indução ao desenvolvimento econômico regional?	X		
32.1 Informe os mecanismos adotados:		X	
33. O Estado elabora e divulga Plano Anual de Compras?	X		
34. O Estado possui sistema eletrônico de gestão de compras e contratações?	X		
35. Qual valor total de aquisições do Estado no ano avaliado?		X	
35.1 Qual a variação em relação ao exercício anterior ao ano avaliado?		X	

36. No ano avaliado, qual percentual de licitações realizadas nas modalidades pregão presencial e pregão eletrônico? [Pregão presencial:]						
36. No ano avaliado, qual percentual de licitações realizadas nas modalidades pregão presencial e pregão eletrônico? [Pregão eletrônico:]						
37. O Estado dispõe política de apoio aos pequenos negócios (MEI, ME e EPP)?	x					
37.1 Há indicadores para avaliação do impacto desta política?	x					
37.2 Informe os indicadores:						
37.3 Informe as iniciativas e setores (CNAE) apoiados:						
38. O Estado possui cadastro de fornecedores para identificação de seu porte (MEI, ME, EPP)?	x					
39. Nas aquisições públicas, o Estado observa o disposto nos artigos 42 a 45, 47, 48 e 49 da Lei Complementar nº 123/2006 e alterações, quanto ao tratamento diferenciado aos pequenos negócios (MEI, ME, EPP)?	x					
39.1 O Estado dispõe de normas e/ou regulamentos adicionais aos previstos em âmbito federal?	x					
39.2 Especifique as normas e/ou regulamentos adicionais:						
39.3 Do total geral de aquisições no ano avaliado, qual percentual de participação dos pequenos negócios (MEI, ME, EPP)? [MEI:]						
39.3 Do total geral de aquisições no ano avaliado, qual percentual de participação dos pequenos negócios (MEI, ME, EPP)? [ME:]						
39.3 Do total geral de aquisições no ano avaliado, qual percentual de participação dos pequenos negócios (MEI, ME, EPP)? [EPP:]						
40. Nas aquisições com valor até R\$80.000,00, qual percentual das licitações realizado com exclusividade para os pequenos negócios (MEI, ME, EPP)? [MEI:]					*	
40. Nas aquisições com valor até R\$80.000,00, qual percentual das licitações realizado com exclusividade para os pequenos negócios (MEI, ME, EPP)? [ME:]					*	
40. Nas aquisições com valor até R\$80.000,00, qual percentual das licitações realizado com exclusividade para os pequenos negócios (MEI, ME, EPP)? [EPP:]					*	
40.1 Qual valor liquidado das licitações acima em relação ao total das aquisições? [MEI:]					*	
40.1 Qual valor liquidado das licitações acima em relação ao total das aquisições? [ME:]					*	
40.1 Qual valor liquidado das licitações acima em relação ao total das aquisições? [EPP:]					*	
40.2 Do total das licitações com exclusividade para pequenos negócios, qual percentual de licitações desertas e/ou fracassadas? [MEI:]					*	
40.2 Do total das licitações com exclusividade para pequenos negócios, qual percentual de licitações desertas e/ou fracassadas? [ME:]					*	
40.2 Do total das licitações com exclusividade para pequenos negócios, qual percentual de licitações desertas e/ou fracassadas? [EPP:]					*	
41. O Estado possui programa e/ou ação articulada com parceiros para qualificação de empresários e trabalhadores, bem como para incentivar o empreendedorismo?	x					
41.1 Especifique estes programas e/ou ações:						
42. O Estado dispõe de política de capacitação dos empreendedores locais, inclusiv e micro e pequenos empresários, para desenvolver competências necessárias à participação no processo de compras públicas?	x					
42.1 Informe as iniciativas adotadas:						
43. O Estado dispõe de espaço físico e/ou virtual que centraliza o atendimento necessário a empreendedores e a empresas para facilitar a gestão do negócio, da abertura ao encerramento das atividades?	x					
44. O Estado dispõe de mecanismos on line para fornecimento de licenças e autorizações a empreendedores e empresas?	x					
44.1 Em quais áreas? [Fazendária]						
44.1 Em quais áreas? [Ambiental]						
44.1 Em quais áreas? [Agrícola]						
44.1 Em quais áreas? [Outros]						
45. Existe unidade administrativa destinada à promoção do desenvolvimento econômico do Estado?	x					
46. Os servidores responsáveis pela área de desenvolvimento econômico do Estado recebem capacitação específica para o desempenho da função?	x					
46.1 Qual a carga horária anual de capacitação?	x					
					<b>Soma</b>	
	<b>TOTAL DE QUESITOS</b>	<b>43</b>	<b>0</b>	<b>3</b>	<b>0</b>	<b>46</b>
	<b>TOTAL DE SUBQUESITOS</b>	<b>11</b>	<b>0</b>	<b>33</b>	<b>4</b>	<b>48</b>

\* Quesitos ou subquesitos não respondidos

i-Educ	Pontuados		Informativos		
	Meio	Fim	Meio	Fim	
1. Quantas instituições estaduais destinadas aos ensinos fundamental e médio estão em funcionamento? [EF:]			x		
1. Quantas instituições estaduais destinadas aos ensinos fundamental e médio estão em funcionamento? [EM:]					
2. O Estado promoveu levantamento da existência de acesso (vagas disponíveis) para toda população em idade escolar dos ensinos fundamental e médio da rede estadual?	x				
2.1 Informe: [a] Número de vagas:][ EF:]					
2.1 Informe: [a] Número de vagas:][ EM:]					
2.1 Informe: [b] Percentual de vagas em relação à demanda:][ EF:]					
2.1 Informe: [b] Percentual de vagas em relação à demanda:][ EM:]					
2.1 Informe: [c] Número de matrículas:][ EF:]			x		
2.1 Informe: [c] Número de matrículas:][ EM:]					
2.1 Informe: [d] Percentual de matrículas em relação à demanda:][ EF:]					
2.1 Informe: [d] Percentual de matrículas em relação à demanda:][ EM:]					
3. Existem parâmetros para enturmação dos estudantes?	x				
3.1 Informe os parâmetros para enturmação no ensino fundamental e os respectivos dados da enturmação efetiva:			x		
3.2 Informe os parâmetros para enturmação no ensino médio e os respectivos dados da enturmação efetiva:			x		
3.3 Os parâmetros estão sendo seguidos?	x				
4. Existem laboratórios de informática em funcionamento (utilizados pelos alunos) ou salas de aula com computadores nas instituições estaduais destinadas aos ensinos fundamental e médio?	x				
4.1 Qual percentual com relação ao total de escolas? [EF:]			x		
4.1 Qual percentual com relação ao total de escolas? [EM:]					
4.2 Qual percentual com conexão à internet em relação ao total de escolas? [EF:]	x				
4.2 Qual percentual com conexão à internet em relação ao total de escolas? [EM:]					
5. Informe o percentual de instituições estaduais destinadas aos ensinos fundamental e médio que fornecem água filtrada, própria para consumo: [EF:]	x				
5. Informe o percentual de instituições estaduais destinadas aos ensinos fundamental e médio que fornecem água filtrada, própria para consumo: [EM:]					
6. Informe o percentual de instituições estaduais destinadas aos ensinos fundamental e médio que possuem rede de coleta de esgoto ou fossa: [EF:]	x				
6. Informe o percentual de instituições estaduais destinadas aos ensinos fundamental e médio que possuem rede de coleta de esgoto ou fossa: [EM:]					
7. Informe o percentual de instituições estaduais destinadas aos ensinos fundamental e médio que promovem acessibilidade para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida: [EF:]	x				
7. Informe o percentual de instituições estaduais destinadas aos ensinos fundamental e médio que promovem acessibilidade para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida: [EM:]					
8. Informe o percentual de instituições estaduais destinadas aos ensinos fundamental e médio que possuem bibliotecas em funcionamento: [EF:]	x				
8. Informe o percentual de instituições estaduais destinadas aos ensinos fundamental e médio que possuem bibliotecas em funcionamento: [EM:]					
9. O Estado complementa, com recursos próprios, o valor repassado pelo Governo Federal para a alimentação escolar?	x				
9.1 Informe o percentual do complemento em relação ao valor recebido do Governo Federal: [EF:]			x		
9.1 Informe o percentual do complemento em relação ao valor recebido do Governo Federal: [EM:]					
10. Informe o percentual de compra da alimentação escolar oriunda da agricultura familiar:	x				
11. Há nutricionista responsável pela elaboração e acompanhamento do cardápio da alimentação escolar em todas as instituições da rede estadual de ensino?	x				
11.1 Qual percentual das instituições da rede estadual de ensino que tem o serviço de nutricionista? [EF:]			x		
11.1 Qual percentual das instituições da rede estadual de ensino que tem o serviço de nutricionista? [EM:]					
12. Informe o percentual de atendimento do serviço de transporte escolar em relação ao total de alunos residentes em zona rural:	x				
13. O Estado tem registro da rota e/ou do tempo gasto nas viagens pelos veículos do transporte escolar?	x				
13.1 Informe a idade média da frota escolar: [Idade média:]			x		*
14. O Estado possui Plano de Cargos e Salários para seus professores em conformidade com o Plano Nacional de Educação – PNE?	x				
15. O Estado cumpre o piso salarial nacional (jornada de 40 horas/semanal) para todos os professores?	x				

16. Qual a quantidade de professores efetivos e de temporários/designados destinados aos ensinos fundamental e médio? [Anos iniciais EF:][Professores efetivos]			
16. Qual a quantidade de professores efetivos e de temporários/designados destinados aos ensinos fundamental e médio? [Anos iniciais EF:][Professores temporários/designados]			
16. Qual a quantidade de professores efetivos e de temporários/designados destinados aos ensinos fundamental e médio? [Anos finais EF:][Professores efetivos]			
16. Qual a quantidade de professores efetivos e de temporários/designados destinados aos ensinos fundamental e médio? [Anos finais EF:][Professores temporários/designados]			x
16. Qual a quantidade de professores efetivos e de temporários/designados destinados aos ensinos fundamental e médio? [EM:][Professores efetivos]			
16. Qual a quantidade de professores efetivos e de temporários/designados destinados aos ensinos fundamental e médio? [EM:][Professores temporários/designados]			
16.1 Informe o percentual de temporários em relação ao total de professores: [Anos iniciais EF:]			
16.1 Informe o percentual de temporários em relação ao total de professores: [Anos finais EF:]			x
16.1 Informe o percentual de temporários em relação ao total de professores: [EM:]			
17. Qual a quantidade de professores efetivos com Especialização, Mestrado, Doutorado nos ensinos fundamental e médio? [Anos iniciais EF:][Especialização]			
17. Qual a quantidade de professores efetivos com Especialização, Mestrado, Doutorado nos ensinos fundamental e médio? [Anos iniciais EF:][Mestrado]			
17. Qual a quantidade de professores efetivos com Especialização, Mestrado, Doutorado nos ensinos fundamental e médio? [Anos iniciais EF:][Doutorado]			
17. Qual a quantidade de professores efetivos com Especialização, Mestrado, Doutorado nos ensinos fundamental e médio? [Anos finais EF:][Especialização]			
17. Qual a quantidade de professores efetivos com Especialização, Mestrado, Doutorado nos ensinos fundamental e médio? [Anos finais EF:][Mestrado]			x
17. Qual a quantidade de professores efetivos com Especialização, Mestrado, Doutorado nos ensinos fundamental e médio? [Anos finais EF:][Doutorado]			
17. Qual a quantidade de professores efetivos com Especialização, Mestrado, Doutorado nos ensinos fundamental e médio? [EM:][Especialização]			
17. Qual a quantidade de professores efetivos com Especialização, Mestrado, Doutorado nos ensinos fundamental e médio? [EM:][Mestrado]			
17. Qual a quantidade de professores efetivos com Especialização, Mestrado, Doutorado nos ensinos fundamental e médio? [EM:][Doutorado]			
17.1 Informe o percentual de professores efetivos com Especialização, Mestrado, Doutorado em relação ao total de professores: [Anos iniciais EF:][Especialização]			
17.1 Informe o percentual de professores efetivos com Especialização, Mestrado, Doutorado em relação ao total de professores: [Anos iniciais EF:][Mestrado]			
17.1 Informe o percentual de professores efetivos com Especialização, Mestrado, Doutorado em relação ao total de professores: [Anos iniciais EF:][Doutorado]			
17.1 Informe o percentual de professores efetivos com Especialização, Mestrado, Doutorado em relação ao total de professores: [Anos finais EF:][Especialização]			
17.1 Informe o percentual de professores efetivos com Especialização, Mestrado, Doutorado em relação ao total de professores: [Anos finais EF:][Mestrado]			x
17.1 Informe o percentual de professores efetivos com Especialização, Mestrado, Doutorado em relação ao total de professores: [Anos finais EF:][Doutorado]			
17.1 Informe o percentual de professores efetivos com Especialização, Mestrado, Doutorado em relação ao total de professores: [EM:][Especialização]			
17.1 Informe o percentual de professores efetivos com Especialização, Mestrado, Doutorado em relação ao total de professores: [EM:][Mestrado]			
17.1 Informe o percentual de professores efetivos com Especialização, Mestrado, Doutorado em relação ao total de professores: [EM:][Doutorado]			
18. Qual valor aplicado na capacitação do corpo docente estadual? [EF:]			x
18. Qual valor aplicado na capacitação do corpo docente estadual? [EM:]			
18.1 O valor aplicado no ano avaliado foi maior em relação ao exercício anterior?	x		
18.2 Informe o percentual aplicado em relação ao total dos recursos gastos em MDE:			x

19. Qual o número de professores e de diretores capacitados da rede estadual? [Professores:]			X
19. Qual o número de professores e de diretores capacitados da rede estadual? [Diretores:]			
19.1 Informe o percentual de professores capacitados em relação ao total de professores:			X
19.2 Informe o percentual de diretores capacitados em relação ao total de diretores:			X
19.3 Há programa estadual estruturado para reconhecimento e incentivo à capacitação dos profissionais da Educação?	X		
20. Existem medidas a serem adotadas para substituição de profissionais em caso de ausência?	X		
20.1 Informe quais são estas medidas:			X
21. O Estado elaborou Plano Estadual de Educação em conformidade com o Plano Nacional de Educação – PNE?			
21. O Estado elaborou Plano Estadual de Educação em conformidade com o Plano Nacional de Educação – PNE? [Outros]	X		
21.1 Qual a vigência do Plano?			X
22. O Estado dispõe de política estruturada para desenvolver competências de leitura e escrita de alunos com dificuldade de aprendizado?			
22.1 Existem metas traçadas?	X		
22.2 Das metas traçadas, qual percentual alcançado?	X		
22.3 Qual percentual de escolas atendidas com esta política? [EF:]			X
22.3 Qual percentual de escolas atendidas com esta política? [EM:]			
23. O Estado oferta educação integral?	X		
23.1 Quantas instituições ofertam educação integral? [EF:]			X
23.1 Quantas instituições ofertam educação integral? [EM:]			
23.2 Informe o percentual das instituições que ofertam a educação integral em relação ao total de escolas: [EF:]			X
23.2 Informe o percentual das instituições que ofertam a educação integral em relação ao total de escolas: [EM:]			
23.3 Informe o número de alunos atendidos pela educação integral: [EF:]			X
23.3 Informe o número de alunos atendidos pela educação integral: [EM:]			
24. O Estado oferta educação especial sob perspectiva inclusiva?	X		
24.1 Quantas instituições possuem condições (profissionais e infraestrutura) de prover educação especial sob perspectiva inclusiva? [EF:]			X
24.1 Quantas instituições possuem condições (profissionais e infraestrutura) de prover educação especial sob perspectiva inclusiva? [EM:]			
24.2 Informe o percentual das instituições que ofertam educação especial sob perspectiva inclusiva em relação ao total de escolas: [EF:]			X
24.2 Informe o percentual das instituições que ofertam educação especial sob perspectiva inclusiva em relação ao total de escolas: [EM:]			
24.3 Informe o número de alunos atendidos pela educação especial sob perspectiva inclusiva: [EF:]			X
24.3 Informe o número de alunos atendidos pela educação especial sob perspectiva inclusiva: [EM:]			
25. O Estado oferta educação profissional?	X		
25.1 Quantas instituições ofertam educação profissional? [EJA:]			X
25.1 Quantas instituições ofertam educação profissional? [EM:]			
25.2 Informe o percentual das instituições que ofertam educação profissional em relação ao total de escolas: [EJA:]			X
25.2 Informe o percentual das instituições que ofertam educação profissional em relação ao total de escolas: [EM:]			
25.3 Informe o número de alunos atendidos pela educação profissional: [EJA:]			X
25.3 Informe o número de alunos atendidos pela educação profissional: [EM:]			
26. O Estado monitora a aplicação das Leis 10.639/03 e 11.645/08 nas escolas estaduais?	X		
27. Existe Conselho Estadual de Educação estruturado e atuante no Estado?	X		
27.1 Quantas reuniões foram realizadas pelo Conselho Estadual de Educação durante o ano avaliado?	X		
28. Existe Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais (ConsFUNDEB) estruturado e atuante no Estado?	X		
28.1 Quantas reuniões foram realizadas pelo ConsFUNDEB durante o ano avaliado?	X		
29. Existem colegiados escolares formais e atuantes nas escolas da rede estadual de ensino?	X		
29.1 Informe o percentual de escolas com colegiado escolar formal e atuante em relação ao total de escolas:			X
30. Durante o ano letivo, houve interrupção por greve ou por outros motivos?			X
30.1 Quantos dias durou a interrupção?			X
31. O Estado aplicou programas de avaliação de rendimento escolar nos níveis fundamental e médio da rede estadual de ensino?	X		

32. O Estado utilizou indicador de aprendizado para análise do desempenho nos ensinos fundamental e médio da rede estadual de ensino?	x				
32.1 Informe o resultado do IDEB da rede estadual de ensino: [IDEB EF anos iniciais:]					
32.1 Informe o resultado do IDEB da rede estadual de ensino: [IDEB EF anos finais:]				x	
32.1 Informe o resultado do IDEB da rede estadual de ensino: [IDEB EM:]					
32.2 Informe outros indicadores de aprendizado utilizados pelo Estado e seus respectivos resultados: [EF anos iniciais:][Indicadores]					
32.2 Informe outros indicadores de aprendizado utilizados pelo Estado e seus respectivos resultados: [EF anos iniciais:][Resultados]					
32.2 Informe outros indicadores de aprendizado utilizados pelo Estado e seus respectivos resultados: [EF anos finais:][Indicadores]			x		
32.2 Informe outros indicadores de aprendizado utilizados pelo Estado e seus respectivos resultados: [EF anos finais:][Resultados]					
32.2 Informe outros indicadores de aprendizado utilizados pelo Estado e seus respectivos resultados: [EM:][Indicadores]					
32.2 Informe outros indicadores de aprendizado utilizados pelo Estado e seus respectivos resultados: [EM:][Resultados]					
33. O Estado monitora a taxa de abandono dos estudantes dos ensinos fundamental e médio da rede estadual de ensino?	x				
33.1 Existem metas traçadas para redução da taxa de abandono?	x				
33.2 Qual percentual alcançado das metas traçadas?	x				
34. Qual a taxa de aprovação e de abandono dos alunos da rede estadual? [EF anos iniciais:][Taxa de aprovação]					
34. Qual a taxa de aprovação e de abandono dos alunos da rede estadual? [EF anos iniciais:][Taxa de abandono]					
34. Qual a taxa de aprovação e de abandono dos alunos da rede estadual? [EF anos finais:][Taxa de aprovação]					
34. Qual a taxa de aprovação e de abandono dos alunos da rede estadual? [EF anos finais:][Taxa de abandono]				x	
34. Qual a taxa de aprovação e de abandono dos alunos da rede estadual? [EM:][Taxa de aprovação]					
34. Qual a taxa de aprovação e de abandono dos alunos da rede estadual? [EM:][Taxa de abandono]					
35. O Estado possui levantamento da distorção idade-série para os ensinos fundamental e médio?	x				
35.1 Existem metas traçadas para redução da distorção idade-série para os ensinos fundamental e médio?	x				
35.2 Qual percentual alcançado das metas traçadas?	x				
36. Qual percentual da receita vinculada aplicado na manutenção e desenvolvimento do ensino?	x				
37. Qual percentual dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) foi aplicado com remuneração de profissionais do magistério em efetivo exercício?	x				
38. Para o cálculo do Indicador de Avaliação do Planejamento – IAP, informe sobre a execução orçamentária das ações dos programas do PPA relativos às políticas públicas da educação: [a] A razão entre o número de ações cujo EFISi esteja entre 0,7 e 1,3 e o total de ações previstas, excluídas as não-orçamentárias*:]					
38. Para o cálculo do Indicador de Avaliação do Planejamento – IAP, informe sobre a execução orçamentária das ações dos programas do PPA relativos às políticas públicas da educação: [b] A razão entre o número de ações cujo EFINI esteja entre 0,7 e 1,3 e o total de ações previstas, excluídas as não-orçamentárias*:]	x				
38. Para o cálculo do Indicador de Avaliação do Planejamento – IAP, informe sobre a execução orçamentária das ações dos programas do PPA relativos às políticas públicas da educação: [c] A razão entre o número de ações cujo Índice de Equilíbrio da Execução Orçamentária (IEEOi) esteja entre 0,7 e 1,3 e o total de ações previstas, excluídas as não-orçamentárias*:]					
					<b>Soma</b>
<b>TOTAL QUESITOS</b>	<b>31</b>	<b>0</b>	<b>6</b>	<b>1</b>	<b>38</b>
<b>TOTAL SUB QUESITOS</b>	<b>12</b>	<b>0</b>	<b>27</b>	<b>1</b>	<b>40</b>

i-Planej	Pontuados		Informativos	
	Meio	Fim	Meio	Fim
1. O Estado possui Plano Estratégico de longo prazo (mínimo de 12 anos), no qual se vinculam os demais instrumentos de planejamento?	X			
1.1 Existe participação da sociedade no processo de elaboração deste Plano Estratégico?	X			
2. O Estado elabora diagnóstico e levantamento de problemas, necessidades, deficiências, antecedentes ao planejamento?	X			
2.1 As dimensões do IEGE (Planejamento, Fiscal, Saúde, Educação, Meio-ambiente, Desenvolvimento Econômico e Segurança Pública) são diagnosticadas?			X	
2.2 Os problemas e/ou demandas diagnosticados são contemplados nos instrumentos de planejamento e orçamento?	X			
3. O Estado disponibiliza ao Tribunal de Contas os instrumentos de planejamento e gestão (PPA, LDO e LOA) antes do envio ao Poder Legislativo?	X			
4. Os projetos de lei contendo os instrumentos de planejamento e orçamento (PPA, LDO, LOA) foram remetidos ao Poder Legislativo nos prazos legais estabelecidos?	X			
5. O Poder Legislativo aprovou os instrumentos de planejamento e orçamento (PPA, LDO, LOA) nos prazos constitucionais?			X	
6. Existe divulgação dos instrumentos de planejamento?	X			
6.1 Informe o meio de divulgação:			X	
6.2 O PPA é divulgado com os programas e seus indicadores; e os projetos e atividades com metas físicas e financeiras?	X			
7. Qual percentual de programas do PPA com indicadores?	X			
7.1 Todos os indicadores foram apurados?			X	
8. Qual percentual dos indicadores de programas do PPA apurados que apresentou melhora em relação ao exercício anterior ao ano avaliado?	X			
9. Há monitoramento e avaliação da execução do PPA com emissão de relatórios periódicos e final?	X			
9.1 Qual o conteúdo desses relatórios? [Programas previstos e executados]				
9.1 Qual o conteúdo desses relatórios? [Projetos, atividades e operações especiais previstos e executados]	X			
9.1 Qual o conteúdo desses relatórios? [Outros]				
10 Para o cálculo do Indicador de Avaliação do Planejamento – IAP, informe sobre a execução orçamentária das ações dos programas do PPA: [a] A razão entre o número de ações cujo EFISi esteja entre 0,7 e 1,3 e o total de ações previstas, excluídas as não-orçamentárias*:]				
10 Para o cálculo do Indicador de Avaliação do Planejamento – IAP, informe sobre a execução orçamentária das ações dos programas do PPA: [b] A razão entre o número de ações cujo EFINI esteja entre 0,7 e 1,3 e o total de ações previstas, excluídas as não-orçamentárias*:]	X			
10 Para o cálculo do Indicador de Avaliação do Planejamento – IAP, informe sobre a execução orçamentária das ações dos programas do PPA: [c] A razão entre o número de ações cujo Índice de Equilíbrio da Execução Orçamentária (IEEOI) esteja entre 0,7 e 1,3 e o total de ações previstas, excluídas as não-orçamentárias*:]				
11. Há revisão anual do PPA para atualização e inclusão de novas demandas?	X			
12. A LDO estabelece as prioridades e metas do governo?	X			
13. A LDO prevê, ao final de cada bimestre, critérios para limitação de empenho e movimentação financeira quando a execução da receita não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal?	X			
14. A LDO prescreve condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas?	X			
15. A LDO define critérios de contingenciamento?	X			
16. A LDO dispõe normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos?	X			
17. O Anexo de Metas Fiscais integra a LDO nos termos exigidos pela LRF?	X			
18. O Anexo de Riscos Fiscais integra a LDO nos termos exigidos pela LRF, com a avaliação dos passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas?	X			
18.1 O Anexo foi elaborado em conformidade com o Manual de Demonstrativos Fiscais – MDF estabelecido pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN?	X			
19. A LOA foi elaborada de forma compatível com o PPA e a LDO?	X			
20. O conteúdo da lei orçamentária é desdobrado até o nível de elemento econômico da despesa?	X			
21. Na lei orçamentária, qual percentual para abertura de créditos adicionais por decreto?	X			
22. As alterações orçamentárias decorrentes de remanejamento, transposição e transferência são realizadas mediante prévia autorização legislativa?	X			
23. Qual percentual de emendas parlamentares incluídas no projeto de lei da LOA em relação ao total do orçamento?			X	
24. Qual o percentual, no ano avaliado, de alteração dos créditos orçamentários previstos na LOA?	X			

25. Qual percentual de execução financeira das emendas parlamentares no orçamento do ano avaliado?					X	
26. Para a elaboração das peças orçamentárias (PPA/LDO/LOA), é garantida a participação social por meio de audiências públicas?	X					
27. Há margem no orçamento destinada aos programas e/ou ações de projetos originários de participação popular?	X					
27.1 Informe o percentual da margem de participação popular no orçamento do ano avaliado:					X	
27.2 Informe o percentual da execução financeira relativa aos programas e/ou projetos de participação popular no orçamento do ano avaliado:	X					
28. Qual a forma de realização das audiências públicas para a elaboração das peças orçamentárias? [Presencial]						
28. Qual a forma de realização das audiências públicas para a elaboração das peças orçamentárias? [Internet]	X					
28. Qual a forma de realização das audiências públicas para a elaboração das peças orçamentárias? [Outros]						
29. Quais canais de comunicação são utilizados pelo Estado para divulgação e anúncio dos resultados das audiências públicas e das coletas de sugestões? [Internet]						
29. Quais canais de comunicação são utilizados pelo Estado para divulgação e anúncio dos resultados das audiências públicas e das coletas de sugestões? [Diário Oficial]	X					
29. Quais canais de comunicação são utilizados pelo Estado para divulgação e anúncio dos resultados das audiências públicas e das coletas de sugestões? [Jornal de grande circulação]						
29. Quais canais de comunicação são utilizados pelo Estado para divulgação e anúncio dos resultados das audiências públicas e das coletas de sugestões? [Outros]						
30. As audiências públicas são realizadas de forma regionalizada?	X					
31. Informe o número de audiências públicas realizadas no ano avaliado: a) audiências públicas de planejamento:	X					
31. Informe o número de audiências públicas realizadas no ano avaliado: b) audiências públicas de monitoramento:	X					
32. Existem mecanismos que permitem o monitoramento da inclusão e da implementação das demandas levantadas nas audiências públicas pelos órgãos de controle e pela sociedade?	X					
32.1 Especificar:					X	
33. No Estado, existe órgão responsável pelo controle interno criado por lei?	X					
33.1 O controle interno é independente e tem acesso a todas as informações da administração?	X					
33.2 As atribuições do controle interno são formalmente definidas?	X					
33.3 O controle interno monitora os indicadores (metas) e avalia os resultados quanto à eficácia e eficiência e à efetividade da gestão orçamentária, financeira e patrimonial?	X					
33.4 O controle interno apoia o controle externo na sua missão institucional e dá ciência ao TCE quando toma conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade?	X					
34. Em cada órgão e entidade de governo existe setor estruturado para efetuar e monitorar a execução do seu planejamento?	X					
35. Existe carreira específica para servidores com habilidade técnica de planejamento gestão e orçamento?	X					
35.1 Não havendo carreira específica, os servidores responsáveis ou que cuidam dessas atividades têm dedicação exclusiva à matéria?	X					
36. Há capacitação específica para os servidores responsáveis pelo planejamento?	X					
36.1 Qual a carga horária anual da capacitação?	X					
37. O Estado adota manual/tutorial para o planejamento e sua execução, objetivando a gestão do conhecimento?	X					
38. Há sistema informatizado para auxiliar na elaboração, monitoramento e avaliação do planejamento?	X					
38.1 O sistema informatizado é multiusuário?	X					
39. Na estrutura administrativa central do Estado, há órgão voltado para consolidação, monitoramento e avaliação do planejamento e sua execução (PPA, LDO e LOA)?	X					
40. Na estrutura administrativa do Estado, há unidade de Centro de Governo, responsável pela governança?	X					
					<b>Soma</b>	
	<b>TOTAL QUESITOS</b>	<b>37</b>	<b>0</b>	<b>3</b>	<b>0</b>	<b>40</b>
	<b>TOTAL SUB QUESITOS</b>	<b>13</b>	<b>0</b>	<b>5</b>	<b>0</b>	<b>18</b>

i-Saúde	Pontuados		Informativos	
	Meio	Fim	Meio	Fim
1. O Estado dispõe de política de promoção da saúde para nortear as ações a serem executadas pelos municípios?	x			
2. O Estado realizou campanha anual de prevenção ou incentivo no ano avaliado?	x			
3. Informe a proporção de cobertura vacinal alcançada no ano avaliado, para crianças menores de 2 anos de idade: [Pentavalente (3ª dose):]				
3. Informe a proporção de cobertura vacinal alcançada no ano avaliado, para crianças menores de 2 anos de idade: [Pneumocócica 10-Valente (2ª dose):]				x
3. Informe a proporção de cobertura vacinal alcançada no ano avaliado, para crianças menores de 2 anos de idade: [Poliomielite (3ª dose):]				
3. Informe a proporção de cobertura vacinal alcançada no ano avaliado, para crianças menores de 2 anos de idade: [Tríplice Viral (1ª dose):]				
4. Informe a proporção de cobertura vacinal alcançada no ano avaliado, para adolescentes: [HPV (meninas: 9 a 14 anos):]				
4. Informe a proporção de cobertura vacinal alcançada no ano avaliado, para adolescentes: [HPV (meninos: 11 a 14 anos):]				x
4. Informe a proporção de cobertura vacinal alcançada no ano avaliado, para adolescentes: [Meningo C (12 a 13 anos reforço):]				
5. Informe a proporção de cobertura vacinal alcançada no ano avaliado, para adultos: [Hepatite B (3ª dose):]				
5. Informe a proporção de cobertura vacinal alcançada no ano avaliado, para adultos: [Tríplice Viral (2ª dose):]				x
5. Informe a proporção de cobertura vacinal alcançada no ano avaliado, para adultos: [Dupla Adulto:]				
6. Informe a proporção de cobertura vacinal alcançada do imunobiológico Influenza no ano avaliado para a população acima de 60 anos:				x
7. Informe o quantitativo, no Estado, de casos prováveis, confirmados e de óbitos por dengue, bem como a proporção de redução ou evolução em relação ao exercício anterior ao ano avaliado: [casos prováveis:][Quantitativo:]				
7. Informe o quantitativo, no Estado, de casos prováveis, confirmados e de óbitos por dengue, bem como a proporção de redução ou evolução em relação ao exercício anterior ao ano avaliado: [casos prováveis:][Redução (%):]				
7. Informe o quantitativo, no Estado, de casos prováveis, confirmados e de óbitos por dengue, bem como a proporção de redução ou evolução em relação ao exercício anterior ao ano avaliado: [casos prováveis:][Evolução (%):]				
7. Informe o quantitativo, no Estado, de casos prováveis, confirmados e de óbitos por dengue, bem como a proporção de redução ou evolução em relação ao exercício anterior ao ano avaliado: [casos confirmados:][Quantitativo:]				
7. Informe o quantitativo, no Estado, de casos prováveis, confirmados e de óbitos por dengue, bem como a proporção de redução ou evolução em relação ao exercício anterior ao ano avaliado: [casos confirmados:][Redução (%):]				x
7. Informe o quantitativo, no Estado, de casos prováveis, confirmados e de óbitos por dengue, bem como a proporção de redução ou evolução em relação ao exercício anterior ao ano avaliado: [casos confirmados:][Evolução (%):]				
7. Informe o quantitativo, no Estado, de casos prováveis, confirmados e de óbitos por dengue, bem como a proporção de redução ou evolução em relação ao exercício anterior ao ano avaliado: [óbitos confirmados:][Quantitativo:]				
7. Informe o quantitativo, no Estado, de casos prováveis, confirmados e de óbitos por dengue, bem como a proporção de redução ou evolução em relação ao exercício anterior ao ano avaliado: [óbitos confirmados:][Redução (%):]				
7. Informe o quantitativo, no Estado, de casos prováveis, confirmados e de óbitos por dengue, bem como a proporção de redução ou evolução em relação ao exercício anterior ao ano avaliado: [óbitos confirmados:][Evolução (%):]				
8. Informe o quantitativo, no Estado, de casos prováveis, confirmados e de óbitos por chikungunya, bem como a proporção de redução ou evolução em relação ao exercício anterior ao ano avaliado: [casos prováveis:][Quantitativo:]				
8. Informe o quantitativo, no Estado, de casos prováveis, confirmados e de óbitos por chikungunya, bem como a proporção de redução ou evolução em relação ao exercício anterior ao ano avaliado: [casos prováveis:][Redução (%):]				
8. Informe o quantitativo, no Estado, de casos prováveis, confirmados e de óbitos por chikungunya, bem como a proporção de redução ou evolução em relação ao exercício anterior ao ano avaliado: [casos prováveis:][Evolução (%):]				
8. Informe o quantitativo, no Estado, de casos prováveis, confirmados e de óbitos por chikungunya, bem como a proporção de redução ou evolução em relação ao exercício anterior ao ano avaliado: [casos confirmados:][Quantitativo:]				
8. Informe o quantitativo, no Estado, de casos prováveis, confirmados e de óbitos por chikungunya, bem como a proporção de redução ou evolução em relação ao exercício anterior ao ano avaliado: [casos confirmados:][Redução (%):]				x
8. Informe o quantitativo, no Estado, de casos prováveis, confirmados e de óbitos por chikungunya, bem como a proporção de redução ou evolução em relação ao exercício anterior ao ano avaliado: [casos confirmados:][Evolução (%):]				
8. Informe o quantitativo, no Estado, de casos prováveis, confirmados e de óbitos por chikungunya, bem como a proporção de redução ou evolução em relação ao exercício anterior ao ano avaliado: [óbitos confirmados:][Quantitativo:]				
8. Informe o quantitativo, no Estado, de casos prováveis, confirmados e de óbitos por chikungunya, bem como a proporção de redução ou evolução em relação ao exercício anterior ao ano avaliado: [óbitos confirmados:][Redução (%):]				
8. Informe o quantitativo, no Estado, de casos prováveis, confirmados e de óbitos por chikungunya, bem como a proporção de redução ou evolução em relação ao exercício anterior ao ano avaliado: [óbitos confirmados:][Evolução (%):]				

9. Informe o quantitativo, no Estado, de casos prováveis, confirmados e de óbitos por zika, bem como a proporção de redução ou evolução em relação ao exercício anterior ao ano avaliado: [casos prováveis:][Quantitativo:]			
9. Informe o quantitativo, no Estado, de casos prováveis, confirmados e de óbitos por zika, bem como a proporção de redução ou evolução em relação ao exercício anterior ao ano avaliado: [casos prováveis:][Redução (%):]			
9. Informe o quantitativo, no Estado, de casos prováveis, confirmados e de óbitos por zika, bem como a proporção de redução ou evolução em relação ao exercício anterior ao ano avaliado: [casos prováveis:][Evolução (%):]			
9. Informe o quantitativo, no Estado, de casos prováveis, confirmados e de óbitos por zika, bem como a proporção de redução ou evolução em relação ao exercício anterior ao ano avaliado: [casos confirmados:][Quantitativo:]			
9. Informe o quantitativo, no Estado, de casos prováveis, confirmados e de óbitos por zika, bem como a proporção de redução ou evolução em relação ao exercício anterior ao ano avaliado: [casos confirmados:][Redução (%):]	X		
9. Informe o quantitativo, no Estado, de casos prováveis, confirmados e de óbitos por zika, bem como a proporção de redução ou evolução em relação ao exercício anterior ao ano avaliado: [casos confirmados:][Evolução (%):]			
9. Informe o quantitativo, no Estado, de casos prováveis, confirmados e de óbitos por zika, bem como a proporção de redução ou evolução em relação ao exercício anterior ao ano avaliado: [óbitos confirmados:][Quantitativo:]			
9. Informe o quantitativo, no Estado, de casos prováveis, confirmados e de óbitos por zika, bem como a proporção de redução ou evolução em relação ao exercício anterior ao ano avaliado: [óbitos confirmados:][Redução (%):]			
9. Informe o quantitativo, no Estado, de casos prováveis, confirmados e de óbitos por zika, bem como a proporção de redução ou evolução em relação ao exercício anterior ao ano avaliado: [óbitos confirmados:][Evolução (%):]			
10. Qual o coeficiente de incidência de tuberculose no Estado?	X		
11. Qual o coeficiente de mortalidade de tuberculose no Estado?	X		
12. Qual o percentual de cura dos casos novos de tuberculose no Estado?	X		
13. Qual a proporção de cura dos casos novos de hanseníase diagnosticados nos anos de coorte?	X		
14. Qual o número de casos autóctones de malária?			X
14.1 Houve redução do número de casos em relação ao exercício anterior ao ano avaliado?	X		
15. Qual o número de casos novos de sífilis congênita em menores de 1 ano de idade?			X
15.1 Houve redução do número de casos novos em relação ao exercício anterior ao ano avaliado?	X		
16. Qual o número de casos novos de AIDS em menores de 5 anos?			X
16.1 Houve redução do número de casos novos em relação ao exercício anterior ao ano avaliado?	X		
17. Qual a taxa de mortalidade prematura na faixa etária de 30 a 69 anos no ano avaliado?			X
17.1 Houve redução da taxa em relação ao exercício anterior ao ano avaliado?	X		
17.2 Informe o percentual de redução:	X		
18. Qual a proporção de registro de óbitos por causa básica definida no ano avaliado em relação ao total de óbitos não fetais?	X		
19. Qual a proporção de exames citopatológicos do colo do útero realizados em mulheres de 25 a 64 anos em relação à população de mulheres com a mesma faixa etária?			X
19.1 Houve ampliação do número de exames realizados em relação ao exercício anterior ao ano avaliado?	X		
20. Qual a proporção de exames de mamografia de rastreamento realizados em mulheres de 50 a 69 anos em relação à população de mulheres com a mesma faixa etária?			X
20.1 Houve ampliação do número de exames realizados em relação ao exercício anterior ao ano avaliado?	X		
21. Qual a taxa de mortalidade infantil da faixa etária de 0 a menor de 1 ano?			X
21.1 Houve redução da taxa de mortalidade em relação ao exercício anterior ao ano avaliado?	X		
22. Houve redução, no Estado, no número de óbitos maternos em relação ao exercício anterior ao ano avaliado?	X		
22.1 Informe o número de casos no ano avaliado:			X
22.2 Qual a proporção no Estado de mortalidade materna entre o último exercício e o ano avaliado?			X
23. Qual a proporção de parto normal nas unidades da rede estadual de saúde?	X		
24. Qual a proporção de gravidez na adolescência entre a faixa etária de 10 a 19 anos?			X
25. O Estado dispõe de política de saúde voltada para os povos e comunidades tradicionais?	X		
26. Qual o número de leitos credenciados pelo SUS no ano avaliado?			X
26.1 Houve ampliação do número de leitos credenciados pelo SUS no ano avaliado?	X		
26.2 Qual a proporção da ampliação em relação ao exercício anterior?			X
27. O Estado dispõe de gestão de estoque dos insumos para operacionalização de unidades da rede própria estadual de assistência em saúde?	X		
28. O atendimento das unidades da rede própria estadual de assistência em saúde já foi interrompido?	X		
28.1 O atendimento foi interrompido por falta de: [pessoal]			
28.1 O atendimento foi interrompido por falta de: [insumos]			X
28.1 O atendimento foi interrompido por falta de: [recursos financeiros]			
29. O Estado dispõe de gestão de descarte dos resíduos hospitalares?	X		
30. Qual percentual de CAPS com pelo menos 12 registros de matriciamentos para a atenção básica?	X		
31. Qual percentual da cobertura do SAMU ou outro serviço similar de atendimento de urgência sob a responsabilidade do Estado?	X		
32. Qual o tempo médio entre o protocolo da solicitação e o primeiro fornecimento de medicamentos especializados?	X		
33. O Estado dispõe de política estruturada de transplante de órgãos?	X		



5. O Estado possui política pública voltada à inclusão social de egressos do Sistema Prisional?	X		
5.1 Existe avaliação da eficácia desta política?	X		
5.2 Existem ações de sensibilização dirigidas à sociedade visando a redução do preconceito e inclusão social?	X		
5.3 Cite as ações:		X	
6. O Estado possui registro do número da população prisional – presos condenados e provisórios – em seu território?	X		
6.1 Qual o número total registrado em 31 de dezembro do ano avaliado: [a] Presos Condenados:]		X	
6.1 Qual o número total registrado em 31 de dezembro do ano avaliado: [b] Presos Provisórios:]			
7. O Estado possui registro do perfil da população prisional de condenados e provisórios?	X		
7.1 Informar a quantidade de presos por: [a] sexo (masculino):][C condenados:]			*
7.1 Informar a quantidade de presos por: [a] sexo (masculino):][P provisórios:]			*
7.1 Informar a quantidade de presos por: [b] sexo (feminino):][C condenados:]			*
7.1 Informar a quantidade de presos por: [b] sexo (feminino):][P provisórios:]			*
7.1 Informar a quantidade de presos por: [c] faixa etária (18-24):][C condenados:]			*
7.1 Informar a quantidade de presos por: [c] faixa etária (18-24):][P provisórios:]			*
7.1 Informar a quantidade de presos por: [d] faixa etária (25-65):][C condenados:]			*
7.1 Informar a quantidade de presos por: [d] faixa etária (25-65):][P provisórios:]			*
7.1 Informar a quantidade de presos por: [e] faixa etária (acima 65):][C condenados:]			*
7.1 Informar a quantidade de presos por: [e] faixa etária (acima 65):][P provisórios:]			*
7.1 Informar a quantidade de presos por: [f] cor (branca):][C condenados:]			*
7.1 Informar a quantidade de presos por: [f] cor (branca):][P provisórios:]			*
7.1 Informar a quantidade de presos por: [g] cor (preta):][C condenados:]			*
7.1 Informar a quantidade de presos por: [g] cor (preta):][P provisórios:]			*
7.1 Informar a quantidade de presos por: [h] cor (parda):][C condenados:]			*
7.1 Informar a quantidade de presos por: [h] cor (parda):][P provisórios:]			*
7.1 Informar a quantidade de presos por: [i] grau de escolaridade (ensino fundamental):][C condenados:]			*
7.1 Informar a quantidade de presos por: [i] grau de escolaridade (ensino fundamental):][P provisórios:]			*
7.1 Informar a quantidade de presos por: [j] grau de escolaridade (ensino médio):][C condenados:]			*
7.1 Informar a quantidade de presos por: [j] grau de escolaridade (ensino médio):][P provisórios:]			*
7.1 Informar a quantidade de presos por: [k] grau de escolaridade (superior):][C condenados:]		X	*
7.1 Informar a quantidade de presos por: [k] grau de escolaridade (superior):][P provisórios:]			*
7.1 Informar a quantidade de presos por: [l] renda (até 2 salários mínimos):][C condenados:]			*
7.1 Informar a quantidade de presos por: [l] renda (até 2 salários mínimos):][P provisórios:]			*
7.1 Informar a quantidade de presos por: [m] renda (2 a 4 salários mínimos):][C condenados:]			*
7.1 Informar a quantidade de presos por: [m] renda (2 a 4 salários mínimos):][P provisórios:]			*
7.1 Informar a quantidade de presos por: [n] renda (4 a 10 salários mínimos):][C condenados:]			*
7.1 Informar a quantidade de presos por: [n] renda (4 a 10 salários mínimos):][P provisórios:]			*
7.1 Informar a quantidade de presos por: [o] renda (10 a 20 salários mínimos):][C condenados:]			*
7.1 Informar a quantidade de presos por: [o] renda (10 a 20 salários mínimos):][P provisórios:]			*
7.1 Informar a quantidade de presos por: [p] renda (acima de 20 salários mínimos):][C condenados:]			*
7.1 Informar a quantidade de presos por: [p] renda (acima de 20 salários mínimos):][P provisórios:]			*
7.1 Informar a quantidade de presos por: [q] tipicidade de crime (Contra a Pessoa):][C condenados:]			*
7.1 Informar a quantidade de presos por: [q] tipicidade de crime (Contra a Pessoa):][P provisórios:]			*
7.1 Informar a quantidade de presos por: [r] tipicidade de crime (Contra o Patrimônio):][C condenados:]			*
7.1 Informar a quantidade de presos por: [r] tipicidade de crime (Contra o Patrimônio):][P provisórios:]			*
7.1 Informar a quantidade de presos por: [s] tipicidade de crime (Contra a Dignidade Sexual):][C condenados:]			*
7.1 Informar a quantidade de presos por: [s] tipicidade de crime (Contra a Dignidade Sexual):][P provisórios:]			*
7.1 Informar a quantidade de presos por: [t] tipicidade de crime (Contra a Administração Pública):][C condenados:]			*
7.1 Informar a quantidade de presos por: [t] tipicidade de crime (Contra a Administração Pública):][P provisórios:]			*
7.1 Informar a quantidade de presos por: [u] Outros tipos de crime:][C condenados:]			*
7.1 Informar a quantidade de presos por: [u] Outros tipos de crime:][P provisórios:]			*

8. O Estado possui registro do número de unidades prisionais em seu território?	X			
8.1 Informe o número de unidades:		X		
8.2 O Estado possui registro do perfil de vagas ofertadas no sistema prisional?	X			
8.3 Informe o registro em número de vagas por perfil (masculino, feminino, interditadas e/ou ociosas) e tipo de regime penal: [a] vagas masculinas:][Segurança máxima:]				
8.3 Informe o registro em número de vagas por perfil (masculino, feminino, interditadas e/ou ociosas) e tipo de regime penal: [a] vagas masculinas:][Fechado:]				
8.3 Informe o registro em número de vagas por perfil (masculino, feminino, interditadas e/ou ociosas) e tipo de regime penal: [a] vagas masculinas:][Semiaberto:]				
8.3 Informe o registro em número de vagas por perfil (masculino, feminino, interditadas e/ou ociosas) e tipo de regime penal: [a] vagas masculinas:][Casa de albergado:]				
8.3 Informe o registro em número de vagas por perfil (masculino, feminino, interditadas e/ou ociosas) e tipo de regime penal: [a] vagas masculinas:][Prisão domiciliar sem tornozeleira eletrônica:]				*
8.3 Informe o registro em número de vagas por perfil (masculino, feminino, interditadas e/ou ociosas) e tipo de regime penal: [a] vagas masculinas:][Liberdade condicional sem tornozeleira eletrônica:]				*
8.3 Informe o registro em número de vagas por perfil (masculino, feminino, interditadas e/ou ociosas) e tipo de regime penal: [a] vagas masculinas:][Tornozeleira eletrônica:]				
8.3 Informe o registro em número de vagas por perfil (masculino, feminino, interditadas e/ou ociosas) e tipo de regime penal: [a] vagas masculinas:][Total:]				
8.3 Informe o registro em número de vagas por perfil (masculino, feminino, interditadas e/ou ociosas) e tipo de regime penal: [b] vagas femininas:][Segurança máxima:]				
8.3 Informe o registro em número de vagas por perfil (masculino, feminino, interditadas e/ou ociosas) e tipo de regime penal: [b] vagas femininas:][Fechado:]				
8.3 Informe o registro em número de vagas por perfil (masculino, feminino, interditadas e/ou ociosas) e tipo de regime penal: [b] vagas femininas:][Semiaberto:]				
8.3 Informe o registro em número de vagas por perfil (masculino, feminino, interditadas e/ou ociosas) e tipo de regime penal: [b] vagas femininas:][Casa de albergado:]			X	
8.3 Informe o registro em número de vagas por perfil (masculino, feminino, interditadas e/ou ociosas) e tipo de regime penal: [b] vagas femininas:][Prisão domiciliar sem tornozeleira eletrônica:]				*
8.3 Informe o registro em número de vagas por perfil (masculino, feminino, interditadas e/ou ociosas) e tipo de regime penal: [b] vagas femininas:][Liberdade condicional sem tornozeleira eletrônica:]				*
8.3 Informe o registro em número de vagas por perfil (masculino, feminino, interditadas e/ou ociosas) e tipo de regime penal: [b] vagas femininas:][Tornozeleira eletrônica:]				
8.3 Informe o registro em número de vagas por perfil (masculino, feminino, interditadas e/ou ociosas) e tipo de regime penal: [b] vagas femininas:][Total:]				
8.3 Informe o registro em número de vagas por perfil (masculino, feminino, interditadas e/ou ociosas) e tipo de regime penal: [c] vagas interditadas e/ou ociosas:][Segurança máxima:]				*
8.3 Informe o registro em número de vagas por perfil (masculino, feminino, interditadas e/ou ociosas) e tipo de regime penal: [c] vagas interditadas e/ou ociosas:][Fechado:]				*
8.3 Informe o registro em número de vagas por perfil (masculino, feminino, interditadas e/ou ociosas) e tipo de regime penal: [c] vagas interditadas e/ou ociosas:][Semiaberto:]				*
8.3 Informe o registro em número de vagas por perfil (masculino, feminino, interditadas e/ou ociosas) e tipo de regime penal: [c] vagas interditadas e/ou ociosas:][Casa de albergado:]				*
8.3 Informe o registro em número de vagas por perfil (masculino, feminino, interditadas e/ou ociosas) e tipo de regime penal: [c] vagas interditadas e/ou ociosas:][Prisão domiciliar sem tornozeleira eletrônica:]				*
8.3 Informe o registro em número de vagas por perfil (masculino, feminino, interditadas e/ou ociosas) e tipo de regime penal: [c] vagas interditadas e/ou ociosas:][Liberdade condicional sem tornozeleira eletrônica:]				*
8.3 Informe o registro em número de vagas por perfil (masculino, feminino, interditadas e/ou ociosas) e tipo de regime penal: [c] vagas interditadas e/ou ociosas:][Tornozeleira eletrônica:]				*
8.3 Informe o registro em número de vagas por perfil (masculino, feminino, interditadas e/ou ociosas) e tipo de regime penal: [c] vagas interditadas e/ou ociosas:][Total:]				*
8.4 Informe a dispersão/distribuição de vagas no Estado:		X		
8.5 O Estado avalia formal e periodicamente* a adequação da oferta do sistema prisional ao perfil da população carcerária?	X			
9. O Estado utiliza mecanismo de monitoramento de condenados em regime externo, por exemplo, tornozeleiras eletrônicas?	X			

10. O Estado possui registro de presos condenados e provisórios:	X		
10.1 Trabalhando?	X		
a) Informar o número de presos trabalhando: [Total:]			
a) Informar o número de presos trabalhando: [Condenados:]			*
a) Informar o número de presos trabalhando: [Provisórios:]			*
10.2 Frequentando o ensino formal?	X		
a) Informar o número de presos frequentando o ensino formal: [Total:]			
a) Informar o número de presos frequentando o ensino formal: [Condenados:]			
a) Informar o número de presos frequentando o ensino formal: [Provisórios:]			
10.3 Recebendo formação e/ou treinamento profissional?	X		
a) Informar o número de presos recebendo formação e/ou treinamento profissional: [Total:]			
a) Informar o número de presos recebendo formação e/ou treinamento profissional: [Condenados:]			
a) Informar o número de presos recebendo formação e/ou treinamento profissional: [Provisórios:]			
10.4 Recebendo assistência jurídica*?	X		
a) Informar o número de presos recebendo assistência jurídica periódica: [Total:]			
a) Informar o número de presos recebendo assistência jurídica periódica: [Condenados:]			*
a) Informar o número de presos recebendo assistência jurídica periódica: [Provisórios:]			*
10.5 Recebendo assistência médica e/ou odontológica periódica*?	X		
a) Informar o número de presos recebendo assistência médica e/ou odontológica periódica: [Total:]			
a) Informar o número de presos recebendo assistência médica e/ou odontológica periódica: [Condenados:]			*
a) Informar o número de presos recebendo assistência médica e/ou odontológica periódica: [Provisórios:]			*
11. O Estado dispõe de regulamentação simplificada que facilite e incentive parcerias com a iniciativa privada e os órgãos públicos para absorção da força de trabalho dos presos e egressos do sistema prisional ao mercado de trabalho?	X		
11.1 Há divulgação dessa oportunidade à iniciativa privada e aos órgãos públicos?	X		
12. Qual o percentual de presos ou egressos do sistema prisional absorvido no mercado de trabalho? [a] na iniciativa privada:]		X	
12. Qual o percentual de presos ou egressos do sistema prisional absorvido no mercado de trabalho? [b] nos órgãos públicos:]			
13. O Estado possui registro do perfil da população adolescente que cumpre medida socioeducativa: [sexo]			
13. O Estado possui registro do perfil da população adolescente que cumpre medida socioeducativa: [idade]			
13. O Estado possui registro do perfil da população adolescente que cumpre medida socioeducativa: [cor]			
13. O Estado possui registro do perfil da população adolescente que cumpre medida socioeducativa: [grau de escolaridade]			
13. O Estado possui registro do perfil da população adolescente que cumpre medida socioeducativa: [renda]	X		
13. O Estado possui registro do perfil da população adolescente que cumpre medida socioeducativa: [tipicidade do crime motivador da determinação de medida socioeducativa]			
13. O Estado possui registro do perfil da população adolescente que cumpre medida socioeducativa: [não possui registro]			
14. O Estado tem registro do número de adolescentes condenados ao cumprimento de medidas socioeducativas privativas de liberdade que estão: [cumprindo a medida em estabelecimento apropriado]			
14. O Estado tem registro do número de adolescentes condenados ao cumprimento de medidas socioeducativas privativas de liberdade que estão: [cumprindo a medida fora das condições impostas, por falta de estruturação do serviço/oferta estatal]	X		
14. O Estado tem registro do número de adolescentes condenados ao cumprimento de medidas socioeducativas privativas de liberdade que estão: [não cumprindo a medida por falta de estruturação do serviço/oferta estatal]			
14. O Estado tem registro do número de adolescentes condenados ao cumprimento de medidas socioeducativas privativas de liberdade que estão: [não possui registro]			
15. O Estado tem registro do número de adolescentes condenados ao cumprimento de medidas socioeducativas de meio aberto que estão: [cumprindo a medida adequadamente]			
15. O Estado tem registro do número de adolescentes condenados ao cumprimento de medidas socioeducativas de meio aberto que estão: [cumprindo a medida fora das condições impostas, por falta de estruturação do serviço/oferta estatal]	X		
15. O Estado tem registro do número de adolescentes condenados ao cumprimento de medidas socioeducativas de meio aberto que estão: [não cumprindo a medida por falta de estruturação do serviço/oferta estatal]			
15. O Estado tem registro do número de adolescentes condenados ao cumprimento de medidas socioeducativas de meio aberto que estão: [não possui registro]			

16. O Estado calcula a superlotação e/ou ociosidade de vagas para cumprimento de medidas socioeducativas privativas de liberdade: [masculinas]			
16. O Estado calcula a superlotação e/ou ociosidade de vagas para cumprimento de medidas socioeducativas privativas de liberdade: [femininas]	X		
16. O Estado calcula a superlotação e/ou ociosidade de vagas para cumprimento de medidas socioeducativas privativas de liberdade: [adequação do local de oferta com o local da demanda]			
16. O Estado calcula a superlotação e/ou ociosidade de vagas para cumprimento de medidas socioeducativas privativas de liberdade: [não possui registro]			
17. O uso das imagens é integrado/compartilhado entre as forças policiais para prevenção, repressão, investigação, e também com o Poder Judiciário?	X		
17.1 O uso das imagens é integrado / compartilhado entre as forças policiais para prevenção, repressão, investigação, e com o Poder Judiciário?	**		
17.2 Qual percentual do território estadual está coberto pelo sistema de videomonitoramento?		X	*
18. O Estado possui sistema automatizado de Identificação Civil (AFIS - Automated fingerprint identification system)?	X		
18.1 Qual o percentual de cobertura da população cadastrada?		X	
18.2 Qual percentual de registros físicos digitalizados?		X	
19. O Estado sistematiza suas informações de segurança?	X		
19.1 O Estado possui sistema integrado (informatizado ou não) de informações de segurança?	X		
19.2 As informações de segurança são automatizadas / integradas com os sistemas de registro de: [policimento ostensivo e prevenção da ordem]			
19.2 As informações de segurança são automatizadas / integradas com os sistemas de registro de: [policimento jurídico e investigação]			
19.2 As informações de segurança são automatizadas / integradas com os sistemas de registro de: [prevenção social]	X		
19.2 As informações de segurança são automatizadas / integradas com os sistemas de registro de: [informações prisionais]			
19.2 As informações de segurança são automatizadas / integradas com os sistemas de registro de: [informações do Judiciário]			
19.2 As informações de segurança são automatizadas / integradas com os sistemas de registro de: [informações do Sistema Socioeducativo]			
20. O Estado possui sistema de Disque-Denúncia que garanta o anonimato?	X		
20.1 Informe o número de denúncias recebidas no ano avaliado:		X	
20.2 O Estado tem registro do processo de classificação e sistematização das informações, de forma a promover maior aproveitamento da denúncia para esclarecimento de crimes e fenômenos de interesse da Segurança Pública?	X		
21. O Estado possui registro do número de municípios com mais de 50.000 habitantes que possuem Guarda Municipal?	X		
21.1 Quantos municípios do Estado possuem a Guarda?		X	
21.2 O Estado possui ações de apoio, articulação, capacitação e avaliação das Guardas Municipais?	X		
22. O Estado possui Coordenadoria Estadual de Defesa Civil – Cedec?	X		
22.1 Esta Coordenadoria Estadual de Defesa Civil – Cedec é devidamente estruturada?	X		
23. O Estado utiliza registro eletrônico para cadastramento de ocorrências de Defesa Civil?	X		
23.1 Esse registro eletrônico está integrado ao S2ID (Sistema Integrado de Informações sobre Desastres da União)?	X		
23.2 Esse registro eletrônico está integrado aos outros sistemas de registro de ocorrências das demais unidades de segurança (REDS/BO, etc)?	X		
24. O Estado possui levantamento para identificação de riscos em municípios os quais demandam intervenções do Poder Público?	X		
24.1 O levantamento identifica riscos de: [Incêndio e Pânico em edificações]			
24.1 O levantamento identifica riscos de: [Riscos Geológicos (nos termos Lei 13.425/17)]	X		
24.1 O levantamento identifica riscos de: [Riscos Hidrológicos (nos termos Lei 13.425/17)]			
24.1 O levantamento identifica riscos de: [Outros]			
25. O Estado possui registro do número de municípios que possuem Coordenadoria Municipal de Defesa Civil capacitada periodicamente para ações de resiliência?	X		
25.1 O Estado possui registro do número de municípios que formalizaram o Plano de Contingência de Defesa Civil?	X		
25.2 O Estado avalia periodicamente os Planos Municipais de Contingência de Defesa Civil quanto ao alinhamento à política de resiliência adotada pelo Brasil no Marco Sendai?	X		

25.3 O Estado realiza simulações dos Planos de Contingência?	x		
25.4 Informe a periodicidade das simulações:		x	
25.5 Quantos municípios do território estadual possuem: [a] Plano de Contingência:]			
25.5 Quantos municípios do território estadual possuem: [b] Coordenadoria Municipal de Defesa Civil capacitada periodicamente para ações de resiliência:]		x	
26. Informe o número de efetivos: [a] Polícia Militar:]			
26. Informe o número de efetivos: [b] Corpo de Bombeiros:]			
26. Informe o número de efetivos: [c] Defesa Civil:]	x		*
26. Informe o número de efetivos: [d] Polícia Civil:]			
26. Informe o número de efetivos: [e] Agentes penitenciários:]			
26. Informe o número de efetivos: [f] Agentes socioeducativos:]			
27. O Estado oferece cursos de capacitação periódicos aos agentes da Segurança Pública?	x		
27.1 São alvo de capacitações: [Polícia Militar]			
27.1 São alvo de capacitações: [Corpo de Bombeiros]			
27.1 São alvo de capacitações: [Defesa Civil]			
27.1 São alvo de capacitações: [Polícia Civil]		x	
27.1 São alvo de capacitações: [Agentes penitenciários]			
27.1 São alvo de capacitações: [Agentes socioeducativos]			
27.2 O Estado faz avaliações periódicas das capacitações ofertadas?	x		
27.3 Os cursos de capacitação promovem compartilhamento de estruturas, bases de dados e informações entre os diversos agentes, de forma que todos tenham visão completa do ciclo da Segurança Pública*?	x		
28. O Estado possui Conselhos de Segurança Pública nos municípios?	x		
28.1 Conselhos instalados com reuniões periódicas?	x		
28.2 Informe a periodicidade:		x	
28.3 Conselhos instalados com atribuições consultivas ou deliberativas?	x		
29. O Estado registra o número de crimes violentos ocorridos em seu território?		x	
29.1 Informe o quantitativo apurado no ano avaliado CONTRA A PESSOA: [a] Homicídios:]			
29.1 Informe o quantitativo apurado no ano avaliado CONTRA A PESSOA: [b] Estupros:]			
29.1 Informe o quantitativo apurado no ano avaliado CONTRA A PESSOA: [c] Lesão Corporal Grave:]			x
29.1 Informe o quantitativo apurado no ano avaliado CONTRA A PESSOA: [d] Tortura:]			*
29.1 Informe o quantitativo apurado no ano avaliado CONTRA A PESSOA: [e] Extorsão:]			
29.2 Informe o quantitativo apurado no ano avaliado CONTRA O PATRIMÔNIO: [a] Roubo:]			
29.2 Informe o quantitativo apurado no ano avaliado CONTRA O PATRIMÔNIO: [b] Roubo à mão armada com arma de fogo:]			
29.2 Informe o quantitativo apurado no ano avaliado CONTRA O PATRIMÔNIO: [c] Roubo à mão armada com arma branca:]			x
29.2 Informe o quantitativo apurado no ano avaliado CONTRA O PATRIMÔNIO: [d] Sequestro:]			
29.2 Informe o quantitativo apurado no ano avaliado CONTRA O PATRIMÔNIO: [e] Extorsão:]			
30. Qual o quantitativo de ocorrências registradas no ano avaliado relativas a: [a] Violência doméstica:]			*
30. Qual o quantitativo de ocorrências registradas no ano avaliado relativas a: [b] Homofobia:]			*
30. Qual o quantitativo de ocorrências registradas no ano avaliado relativas a: [c] Racismo:]			*
30. Qual o quantitativo de ocorrências registradas no ano avaliado relativas a: [d] Intolerância religiosa:]	x		*
30. Qual o quantitativo de ocorrências registradas no ano avaliado relativas a: [e] Violência contra a população de rua:]			*
30. Qual o quantitativo de ocorrências registradas no ano avaliado relativas a: [f] Violência policial:]			*
30. Qual o quantitativo de ocorrências registradas no ano avaliado relativas a: [g] Violência contra crianças e adolescentes:]			
30.1 O Estado utiliza registro eletrônico para cadastramento dessas ocorrências?		x	
31. O Estado registra a taxa de letalidade dos agentes do Sistema de Segurança: [Polícia Militar e Corpo de Bombeiros]			
31. O Estado registra a taxa de letalidade dos agentes do Sistema de Segurança: [Polícia Civil]			
31. O Estado registra a taxa de letalidade dos agentes do Sistema de Segurança: [Sistema Prisional]			
31. O Estado registra a taxa de letalidade dos agentes do Sistema de Segurança: [Sistema de medidas socioeducativas privativas de liberdade]	x		
31. O Estado registra a taxa de letalidade dos agentes do Sistema de Segurança: [Não possui registro]			

32. O Estado registra e calcula periodicamente a relação entre crimes violentos contra a pessoa e número de inquéritos concluídos de: [Homicídios]			
32. O Estado registra e calcula periodicamente a relação entre crimes violentos contra a pessoa e número de inquéritos concluídos de: [Estupros]			
32. O Estado registra e calcula periodicamente a relação entre crimes violentos contra a pessoa e número de inquéritos concluídos de: [Lesão Corporal Grave]	x		
32. O Estado registra e calcula periodicamente a relação entre crimes violentos contra a pessoa e número de inquéritos concluídos de: [Tortura]			
32. O Estado registra e calcula periodicamente a relação entre crimes violentos contra a pessoa e número de inquéritos concluídos de: [Não possui registro]			
33. O Estado mede e registra o tempo de resposta do 190: [Tempo de espera da chamada]			
33. O Estado mede e registra o tempo de resposta do 190: [Tempo de espera entre o início da chamada e a designação da força policial]	x		
33. O Estado mede e registra o tempo de resposta do 190: [Tempo entre o início da chamada e a chegada da força policial]			
33. O Estado mede e registra o tempo de resposta do 190: [Não possui registro]			
34. O Estado realiza avaliação periódica da qualidade do atendimento policial e de custódia de apenados?	x		
34.1 São alvo de avaliações periódicas: [Polícia Militar]			
34.1 São alvo de avaliações periódicas: [Polícia Civil]			
34.1 São alvo de avaliações periódicas: [Sistema Prisional]			
34.1 São alvo de avaliações periódicas: [Sistema de medidas socioeducativas]		x	
34.1 São alvo de avaliações periódicas: [Corpo de Bombeiros]			
34.1 São alvo de avaliações periódicas: [Defesa Civil]			
34.2 As avaliações consideram a opinião do público estratégico interessado?	x		
34.3 As avaliações são feitas por institutos de pesquisa externos independentes?		x	
34.4 Qual a periodicidade das avaliações: [a] Polícia Militar:]			
34.4 Qual a periodicidade das avaliações: [b] Polícia Civil:]			
34.4 Qual a periodicidade das avaliações: [c] Sistema Prisional:]		x	
34.4 Qual a periodicidade das avaliações: [d] Sistema de medidas socioeducativas:]			
34.4 Qual a periodicidade das avaliações: [e] Corpo de Bombeiros:]			
34.4 Qual a periodicidade das avaliações: [f] Defesa Civil:]			
35. O Estado pesquisa e/ou avalia periodicamente a sensação de segurança da população?	x		
35.1 Qual a periodicidade?		x	
35.2 Qual o resultado da pesquisa nas últimas edições?			x
36. O Estado realiza acompanhamento periódico de todo o ciclo de atividades de Segurança Pública para crimes violentos contra a pessoa?	x		
36.1 Indique os registros do acompanhamento: [a] Registro de ocorrências versus atuação policial preventiva/ostensiva (registros de ocorrências motivaram ações de flagrante/recuperação do bem/ resgate de pessoa/impedimento do crime tentado):]			
36.1 Indique os registros do acompanhamento: [b] Registro de flagrantes com número de prisões provisórias versus denunciadas:]			
36.1 Indique os registros do acompanhamento: [c] Registro de ocorrências versus abertura de inquéritos:]			
36.1 Indique os registros do acompanhamento: [d] Registro de ocorrências versus conclusão de inquéritos:]	x		
36.1 Indique os registros do acompanhamento: [e] Registro de ocorrências versus encaminhamento de inquéritos para o Ministério Público:]			
36.1 Indique os registros do acompanhamento: [f] Registro de ocorrências versus oferecimento de denúncia:]			
36.1 Indique os registros do acompanhamento: [g] Registro de ocorrências versus condenações:]			
36.1 Indique os registros do acompanhamento: [h] Registro de ocorrências versus cumprimento de sentença:]			
36.1 Indique os registros do acompanhamento: [i] Registro de ocorrência versus reincidência:]			
36.1 Indique os registros do acompanhamento: [j] Outros (especifique):]			

37. Para o cálculo do Indicador de Avaliação do Planejamento - IAP, informe sobre a execução orçamentária das ações dos programas do PPA relativos às políticas públicas da segurança pública: [a] A razão entre o número de ações cujo EFISi esteja entre 0,7 e 1,3 e o total de ações previstas, excluídas as não-orçamentárias*:]	x				
37. Para o cálculo do Indicador de Avaliação do Planejamento - IAP, informe sobre a execução orçamentária das ações dos programas do PPA relativos às políticas públicas da segurança pública: [b] A razão entre o número de ações cujo EFINI esteja entre 0,7 e 1,3 e o total de ações previstas, excluídas as não-orçamentárias*:]					
37. Para o cálculo do Indicador de Avaliação do Planejamento - IAP, informe sobre a execução orçamentária das ações dos programas do PPA relativos às políticas públicas da segurança pública: [c] A razão entre o número de ações cujo Índice de Equilíbrio da Execução Orçamentária (IEEOi) esteja entre 0,7 e 1,3 e o total de ações previstas, excluídas as não-orçamentárias*:]					
				<b>Soma</b>	
<b>TOTAL QUESITOS</b>	<b>35</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>37</b>
<b>TOTAL SUB QUESITOS</b>	<b>33</b>	<b>0</b>	<b>22</b>	<b>3</b>	<b>58</b>

\* Quesitos ou subquesitos não respondidos

\*\* Subquesito 17.1 não foi considerado pois repete o quesito 17

## ANEXO II<sup>4</sup>

### i-FISCAL

QUESITOS	PONTUAÇÃO	RESPOSTAS	PONTOS
<b>Dados do responsável pelo preenchimento do questionário</b>			
<b>Nome completo:</b> Sérgio Cunha <b>Cargo / Função:</b> Assessor Masp: 06550-0			
<b>I. Metas Fiscais</b>			
1. As metas estabelecidas na LDO para receitas, despesas, resultados primário e nominal e montante da dívida pública foram alcançadas? sim parcialmente não	1. Sim - 03 Parcial - 01 Não - 00 1.1 informativa	Parcialmente	<b>1</b>
1.1 Descrever as metas que não foram alcançadas.		Não foram alcançadas as metas de Receitas e de Resultado Nominal.	

<sup>4</sup> Número da questão em azul refere-se às respostas confirmadas; em vermelho, às não confirmadas.

<b>Subtotal - I. Metas Fiscais</b>		<b>1 quesito</b>		
<b>II. Relatório Resumido da Execução Orçamentária e de Gestão Fiscal</b>				
2.	O Poder Executivo publicou, em até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, Relatório Resumido da Execução Orçamentária dos Poderes do Estado incluídos os órgãos e entidades da administração direta e indireta? Obs: Art. 165, § 3º, CR/88 e art. 52, LRF.	Sim - 03 Não - 00	Sim	<b>3</b>
3.	Os titulares dos Poderes e órgãos publicaram, em até trinta dias após o encerramento do quadrimestre, Relatório de Gestão Fiscal? Obs: Art. 54, LRF.	Sim - 03 Não - 00	Sim	<b>3</b>
<b>Subtotal - II. Relatório Resumido da Execução Orçamentária e de Gestão Fiscal</b>		<b>2 quesitos</b>		
<b>III. Resultado Fiscal</b>				
4.	O total das receitas primárias suplantou o total das despesas primárias no ano avaliado? Obs: Resultado Primário.	Sim - 03 Não - 00	Sim	<b>3</b>
5.	Quanto ao Resultado Nominal, o Estado cumpriu a meta estabelecida na LDO para o ano avaliado?	Sim - 03 Não - 00	Não	<b>0</b>
<b>Subtotal - III. Resultado Fiscal</b>		<b>2 quesitos</b>		
<b>IV. Execução da Receita</b>				
6.	Foram implementadas medidas para a melhoria da capacidade de arrecadação de impostos e outras receitas com vistas a: a: combate à evasão e sonegação fiscal de receitas. Obs: Art. 13, LRF.	Combate - 01 Evolução - 01 Aumento - 01 Não implementadas - 00	Sim	<b>3</b>
6.	Foram implementadas medidas para a melhoria da capacidade de arrecadação de impostos e outras receitas com vistas a: evolução do montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa.		Sim	
6.	Foram implementadas medidas para a melhoria da capacidade de arrecadação de impostos e outras receitas com vistas a: a: aumento da quantidade e valores de ações ajuizadas para cobrança da dívida ativa.		Sim	
6.	Foram implementadas medidas para a melhoria da capacidade de arrecadação de impostos e outras receitas com vistas a: a: Não foram implementadas medidas para a melhoria da capacidade de arrecadação		Não	
7.	As receitas previstas foram desdobradas em metas bimestrais de arrecadação? Obs: Art. 13, LRF.	Sim para perguntas 7 e 7.1 - 03 Sim apenas para pergunta 7 - Não - 00	Sim	<b>3</b>
7.1	O Estado monitora a execução orçamentária da receita prevista na LOA, visando a correção de possíveis desvios em relação ao planejado?		Sim	
8.	Consta na LDO meta para arrecadação do ICMS?		Sim	<b>3</b>

## ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO ESTADUAL

8.1	Qual o percentual de execução no ano avaliado da meta prevista na LDO para a arrecadação do ICMS?	Sim e $\geq 70\%$ - 03 Sim e $\geq 50\%$ <70% - 02 Sim e < 50% - 01 Não - 00	$\geq 70\%$	3
9.	Consta na LDO meta para arrecadação do IPVA?	Sim e $\geq 70\%$ - 03 Sim e $\geq 50\%$ <70% - 02	Sim	
9.1	Qual o percentual de execução no ano avaliado da meta prevista na LDO para a arrecadação do IPVA?	Sim e < 50% - 01 Não - 00	$\geq 70\%$	3
10.	Consta na LDO meta para arrecadação do ITCD?	Sim e $\geq 70\%$ - 03 Sim e $\geq 50\%$ <70% - 02	Sim	
10.1	Qual o percentual de execução no ano avaliado da meta prevista na LDO para a arrecadação do ITCD?	Sim e < 50% - 01 Não - 00	$\geq 70\%$	2
11.	Em relação à receita corrente líquida do ano avaliado, informe o percentual de: a) renúncias consolidadas e novas Ex: 0%, 10%, 20%, 50%, 100%. b) benefícios heterônomos Ex: 0%, 10%, 20%, 50%, 100%.	Informativa		
11.	Em relação à receita corrente líquida do ano avaliado, informe o percentual de: a) renúncias consolidadas e novas Ex: 0%, 10%, 20%, 50%, 100%.		12,90%	
11.	Em relação à receita corrente líquida do ano avaliado, informe o percentual de: b) benefícios heterônomos		11,80%	
12.	Quanto à concessão ou ampliação de incentivos ou benefícios de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita, responda:	Sim para todas as perguntas - 03 Sim para três perguntas - 02 Sim para apenas uma pergunta - 01 não - 00		2
12.1	O Demonstrativo do Anexo de Metas Fiscais da LDO que objetiva apontar a estimativa e compensação da renúncia de receitas, evidencia a indicação das medidas de compensação para cada renúncia de receita, critérios transparentes e consistentes estabelecidos para apuração da estimativa das renúncias de receitas e para apuração das respectivas medidas de compensação?		Sim*	
12.2	Há publicidade e transparência dos valores dos benefícios concedidos, por segmento econômico e por modalidade de renúncia?		Sim*	
12.3	A Administração tributária avalia, formalmente, o custo-benefício da abertura de programas de recuperação de créditos, adota indicadores para avaliação e avalia tais indicadores de resultado periodicamente?		Sim*	

\*Respostas alteradas de "sim" para "não", conforme item 5 - Incongruências/ausências apuradas no preenchimento do IEGE.

## ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO ESTADUAL

12.4	Os registros contábeis da renúncia de receita decorrentes da concessão ou ampliação de incentivos ou benefícios de natureza tributária estão em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e as orientações e manuais da Secretaria do Tesouro Nacional?		Não	
12.5	Existem relatórios ou outro documento formal de avaliação quanto à eficiência e ao alcance do retorno e resultados esperados da política de renúncia fiscal que objetiva atrair investimentos e proporcionar o desenvolvimento econômico?		Sim*	
<b>Subtotal - IV. Execução da Receita</b>		<b>7 quesitos</b>		
<b>V. Execução da Despesa</b>				
13.	O Estado monitora a execução orçamentária da despesa fixada na LOA, visando a correção de possíveis desvios em relação ao planejado?	Sim - 03 Não - 00	Sim	<b>3</b>
14.	O Estado estabeleceu a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso? Obs: Art. 8º, LRF e arts. 47 a 50, Lei Federal 4.320/64.	Sim - 03 Não - 00	Sim	<b>3</b>
15.	O Estado realiza limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela LDO, caso verifique, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecido no Anexo de Metas Fiscais? Obs: Art.9º, LRF.	Sim - 03 Não - 00	Não	<b>0</b>
16.	A abertura de créditos adicionais se deu nos limites fixados em lei e com indicação dos recursos e justificativas correspondentes? Obs: Art. 42 e 43, Lei 4.320/64.	Sim - 03 Não - 00	Sim	<b>3</b>
<b>Subtotal - V. Execução da Despesa</b>		<b>4 quesitos</b>		
<b>VI. Execução de Investimentos</b>				
17.	A execução orçamentária dos investimentos do orçamento fiscal ocorreu de forma regionalizada? Obs: CE/ 89 e LDO.	Sim - 02 Não - 00	Sim	<b>2</b>
18.	Qual foi a taxa de investimento observada na execução do orçamento em relação à receita corrente líquida no ano avaliado? Ex: 0%, 10%, 20%, 50%, 100%.	Informativa	3%	
<b>Subtotal - VI. Execução de Investimentos</b>		<b>2 quesitos</b>		
<b>VII. Despesa com Pessoal e Terceiros</b>				
19.	Qual o percentual da despesa com pessoal do Poder Executivo em relação à receita corrente líquida?	≥ 49% - 00 > 46,4% e < 49% - 02 ≤ 46,4% - 03	≥ 49%	<b>0</b>

20.	Qual o percentual da despesa com pessoal do Poder Legislativo (Assembleia e TCE) em relação à receita corrente líquida?	≥ 3% - 00 > 2,84% e < 3% - 02 ≤ 2,84% - 03	≤ 2,84%	<b>3</b>
21.	Qual o percentual da despesa com pessoal do Poder Judiciário em relação à receita corrente líquida?	≥ 6% - 00 > 5,60% e < 6% - 02 ≤ 5,60% - 03	≤ 5,60%	<b>3</b>
22.	Qual o percentual da despesa com pessoal do Ministério Público em relação à receita corrente líquida?	≥ 2% - 00 > 1,89% e < 2% - 02 ≤ 1,89% - 03	≤ 1,89%	<b>3</b>
23.	Qual o percentual da despesa com pessoal consolidada do Estado em relação à receita corrente líquida?	≥ 60% - 00 > 56,9% e < 60% - 02 ≤ 56,9% - 03	≥ 60%	<b>0</b>
24.	Em relação à receita corrente líquida, qual o percentual de despesas com contratação de: a) serviços de consultoria Ex: 0%, 10%, 20%, 50%, 100%.	Informativa	0,04%	
24.	Em relação à receita corrente líquida, qual o percentual de despesas com contratação de: a) serviços de consultoria	Informativa	0,07%	
24.	Em relação à receita corrente líquida, qual o percentual de despesas com contratação de: c) mão de obra terceirizada	Informativa	0,63%	
<b>Subtotal - VII Despesa com Pessoal e Terceiros</b>		<b>6 quesitos</b>		
<b>VIII. Previdência</b>				
25.	Existe equilíbrio financeiro entre despesas e receitas do RPPS?	Sim - 03 Não - 00	Não	<b>0</b>
26.	Existe equilíbrio atuarial do RPPS?	Sim - 02 Não - 00	Não	<b>0</b>
27.	O Estado criou e implementou Previdência Complementar?	Sim - 02 Não - 00	Sim	<b>2</b>
28.	Nos aportes para cobertura do déficit atuarial do RPPS, o Estado observa a Portaria MPS 746/2011 que determina a aplicação financeira desses recursos por no mínimo 5 anos?	Sim - 02 Não - 00	Não	<b>0</b>
<b>Subtotal - VIII. Previdência</b>		<b>4 quesitos</b>		
<b>IX. Dívida Ativa</b>				
29.	Com relação ao total da dívida ativa, no ano avaliado, informe o percentual de: a) recebimento Ex: 0%, 10%, 20%, 50%, 100%.	Informativa	2,60%	
29.	Com relação ao total da dívida ativa, no ano avaliado, informe o percentual de: b) demais modalidades de extinção e exclusão Ex: 0%, 10%, 20%, 50%, 100%.	Informativa	3,36%	
30.	Qual o percentual de prescrição de processos judiciais referentes à cobrança de dívida ativa no ano avaliado, em relação ao valor total dos créditos de dívida ativa extintos?	≥ 10% - 00 > 0 < 10% - 01 0% - 02	≥ 10%	<b>0</b>

<b>Subtotal - IX. Dívida Ativa</b>		<b>2 quesitos</b>	
<b>X. Dívida Pública</b>			
31.	O montante do Serviço da Dívida Estadual (amortização, juros e encargos) respeitou os 11,5% da receita corrente líquida, conforme Resolução do Senado Federal? Obs: Art. 7º, inciso II, Resolução 43/01, observando as exclusões fixadas no § 8º do mesmo artigo.	Sim - 03 Não - 00	Não
32.	O Estado realizou as metas e os compromissos definidos no Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal - PAF?	Sim para pergunta 32 e 32.1 - 03 Sim apenas para pergunta 32 -02 Não - 00	Sim
32.1	A avaliação feita pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN sobre o cumprimento dessas metas tem sido positiva? Obs: Art. 26, Medida Provisória 2.192-70 de 24/08/01.		Sim
33.	O montante da Dívida Pública Estadual respeitou os limites estabelecidos na Resolução do Senado Federal? Obs: Arts. 3º e 4º, Resolução 40/01.	Sim - 03 Não - 00	Sim
<b>Subtotal - X. Dívida Pública</b>		<b>3 quesitos</b>	
<b>XI. Restos a Pagar (Dívida Flutuante)</b>			
34.	Informe o percentual do valor inscrito em restos a pagar no exercício anterior pago no ano avaliado:	Sim, 100% - 03 Sim, ≥ 75% e ≤ 99% - 02 Sim, < 75% - 00	< 75%
35.	Os restos a pagar do ano avaliado foram inscritos com a correspondente disponibilidade de caixa?	35 Sim - 03 Não - 00	Não
35.1	Informe o montante dos restos a pagar inscritos: Ex: R\$ 500.000,00.	35.1 Informativa	R\$ 19.781.977.791,96
<b>Subtotal - XI. Restos a Pagar (Dívida Flutuante)</b>		<b>2 quesitos</b>	
<b>XII. Operações de Crédito</b>			
36.	As operações de crédito realizadas no ano avaliado foram inferiores ao montante das despesas de capital realizadas pelo Estado? Obs: Art. 12, § 2º, LRF; art. 167, inciso III, CF - Regra de Ouro.	Sim - 03 Não - 00	Sim
37.	Os limites e as condições para a realização de operações de crédito, bem como o saldo global das B97 garantias concedidas, ficaram de acordo com o estabelecido na Resolução do Senado Federal? Obs: Art. 7º, inciso I, e art. 9º, caput, Resolução 43/01; art. 59, § 1º, inciso III, LRF.	Sim - 03 Não - 00	Sim
<b>Subtotal - XII. Operações de Crédito</b>		<b>2 quesitos</b>	
<b>XIII. Precatórios</b>			
38.	Existe suficiência financeira para quitação dos precatórios inscritos no exercício avaliado?	Sim - 02 Não - 00	Não

## ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO ESTADUAL

39.	Foi observado o prazo de 5 anos para pagamento do estoque de precatórios, a contar de 1/1/16? Obs. Art. 97, ADCT da CR/88	Sim - 02 Não - 00	Sim	2
<b>Subtotal - XIII. Precatórios</b>		<b>2 quesitos</b>		
<b>XIV. Alienação de Bens e Direitos</b>				
40.	Houve aplicação de recursos oriundos da alienação de bens e direitos em despesas correntes, ressalvadas as destinadas por lei aos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos?	Sim - 02 Não - 00	Não	2
<b>Subtotal - XIV. Alienação de Bens e Direitos</b>		<b>1 quesito</b>	<b>TOTAL</b>	<b>65</b>

### TOTALIZAÇÃO

Quesitos: 40

Pontos máximos: 100

Pontos mínimos: 000

### Peso da Dimensão FISCAL

i-FISCAL:  $10/100 = 0,10$  (10%)

FÓRMULA MATEMÁTICA APLICADA APÓS ANÁLISE FATORIAL

**i-FISCAL = (Somatório da pontuação de cada quesito)/100**

**i-AMB**

QUESITOS		PONTUAÇÃO	RESPOSTAS	PONTOS
<b>Nome completo:</b> Nathália Milagre Hazan <b>Cargo / Função:</b> Assessora Chefe de Planejamento <b>Masp:</b> 7524705				
<b>I. Água</b>				
1.	O Estado possui programa e/ou ação de melhoria, controle e monitoramento da qualidade das águas?	Sim - 03 Não - 00	Sim	3
2.	O Estado adota e publica o Índice de Qualidade das Águas - IQA?	Sim para perguntas 2 e 2.1 - 02	Sim	1
2.1	Houve evolução no IQA em relação ao exercício anterior ao ano avaliado?	Sim apenas para pergunta 2 - 01 Não - 00	Não	
3.	O Estado possui programa e/ou ação de melhoria, controle e monitoramento da quantidade das águas?	Sim - 03 Não - 00	Sim	3
4.	O Estado adota e publica indicador de quantidade das águas?	Sim para perguntas 4 e 4.2 - 02	Não	0
4.1	Informe o indicador:	Sim apenas para pergunta 4 - 01		
4.2	Houve melhoria deste indicador em relação ao exercício anterior ao ano avaliado?	4.1 informativa Não - 00	N/A	
5.	O serviço de fornecimento de água tratada abrange qual percentual da população do Estado, com exceção da população atendida pelo serviço de distribuição de água tratada prestado pelos municípios (SAAE)?	≥80 e ≤100% - 3 ≥50% e <80% - 2 ≥20% e <50% - 1 <20 - 0	≥ 50% e < 80%	2
6.	O Estado possui programa e/ou ação de preservação e incremento de fontes de água potável?	Sim para perguntas 6 e 6.1 - 03	Sim	3
6.1	Existe avaliação da eficácia desses programas ou ações?	Sim apenas para pergunta 6 - 02 Não - 01	Sim	
7.	O Estado promove monitoramento da disponibilidade de recursos hídricos para consumo humano, apontando potenciais riscos de interrupção de fornecimento de água em casos de estiagem?	Sim para perguntas 7 e 7.1 - 02 Sim apenas para pergunta 7 - 01 7.2 informativa Não - 00	Sim	2
7.1	Nestes casos, ações de contingenciamento e racionalização são implantadas para reduzir estes riscos?		Sim	
7.2	Informe as ações:		Monitoramento junto as estações com transmissão telemétrica para cumprir regras da DN49	

8.	Existe ação e/ou medida de contingenciamento e racionalização para provisão de água potável e de uso comum no Estado?	Sim para as perguntas 8 e 8.2 - 02 Sim, apenas para a pergunta 8 - 01 Não - 00 8.1 e 8.3 informativa	Sim	2
8.1	Informe as ações e medidas:		DN CERH 49/2015, que estabelece a redução de 20% do volume diário outorgado, para as captações de água para a finalidade de consumo humano ou dessedentação animal ou abastecimento público. Redução de 25% do volume diário outorgado para a finalidade de irrigação, podendo ser excepcionalizada por meio de Deliberação Normativa deste Conselho. Redução de 30% do volume diário outorgado, para as captações de água para a finalidade de consumo industrial e agroindustrial; e Redução de 50% do volume outorgado para as demais finalidades, exceto usos não consuntivos	
8.2	Existe avaliação da eficácia dessas ações e medidas?		Sim	
8.3	Essas ações e medidas são direcionadas a todos os usuários (pessoa física e pessoa jurídica)?		Sim	
9.	Existe plano emergencial de ações para fornecimento à população de água potável, em caso de escassez?	Sim - 03 Não - 00	Não	0
<b>Subtotal - I. Água</b>		<b>9 quesitos</b>		
<b>II. Solo</b>				
10.	O Estado possui programa e/ou ação de melhoria, controle e monitoramento da qualidade do solo?	Sim - 03 Não - 00	Sim	3
11.	O Estado adota e publica indicador para a qualidade do solo?	Sim para 11 e 11.2 - 02 Sim para apenas a 11 - 01	Sim	1
11.1	Informe o indicador	Não - 00 11.1 informativa	Valores orientadores para Solo (Deliberação Normativa Conjunta CERH/COPAM 02, de 08 de setembro de 2010)	
11.2	Houve melhoria deste indicador em relação ao exercício anterior ao ano avaliado?		Não	
12.	O Estado possui programa e/ou ação para redução do uso de agrotóxicos e de fertilizantes químicos?	Sim - 03 Não - 00	Sim	3
13.	O Estado possui programa e/ou ação para reabilitação de áreas degradadas e contaminadas?	Sim para a 13 e 13.1 - 03 Sim para apenas 13 - 02	Sim	3
13.1	Houve evolução em relação ao exercício anterior ao ano avaliado?	Não - 00 13.2 informativa	Sim	

13.2	Qual o percentual de áreas recuperadas em relação às áreas degradadas? Ex: 0%, 10%, 20%, 50%, 100%.		29%	
<b>Subtotal - II. Solo</b>		<b>4 quesitos</b>		
<b>III. Ar</b>				
14.	O Estado possui programa e/ou ação de melhoria, controle e monitoramento da qualidade do ar e emissões atmosféricas?	Sim - 03 Não - 00	Sim	3
15.	O Estado avalia a qualidade do ar por meio de indicador?	Sim para perguntas 15 e 15.2 - 02	Sim	2
15.1	Informe o indicador:	Sim apenas para pergunta 15 - 01	Índice Diário da Qualidade do Ar - IQAr	
15.2	Houve melhoria deste indicador em relação ao exercício anterior ao ano avaliado??	Não - 00 15.1 informativa	Sim	
16.	O Estado possui programa e/ou ação de inspeção veicular e plano de controle de poluição veicular?	16 Sim - 03 Não - 00	Sim	3
16.1	Informe o programa:	16.1 informativa	Plano de Controle da Poluição Veicular - PCPV	
17.	O Estado possui programa e/ou ação de inspeção sobre as emissões poluentes das indústrias?	17 Sim - 03 Não - 00	Sim	3
17.1	Informe o programa:	17.1 informativa	Por meio do licenciamento ambiental, via condicionantes de operação dos empreendimentos, norteadas por Deliberações Normativas específicas.	
<b>Subtotal - III. Ar</b>		<b>4 quesitos</b>		
<b>IV. Biodiversidade</b>				
18.	O Estado possui programa e/ou ação para proteção das áreas ambientalmente conservadas, a fauna e a biodiversidade florestal?	Sim - 03 Não - 00	Sim	3
19.	O Estado controla suas áreas ambientalmente conservadas por meio de indicador?	Sim para perguntas 19 e 19.2 - 02	Sim	2
19.1	Informe o indicador:	Sim apenas para pergunta 19 - 01 Não - 00	Percentual de áreas ambientalmente conservadas, incluindo Unidades de Conservação, em relação à área total do Estado.	
19.2	Houve melhoria deste indicador em relação ao exercício anterior ao ano avaliado?	19.1 informativa	Sim	
20.	O Estado tem programa ou ação direcionados à sustentabilidade de propriedades rurais?	Sim - 03 Não - 00	Sim	3
21.	O Estado controla as propriedades rurais sustentáveis por meio de indicador?	Sim para perguntas 21 e 21.2 - 02 Sim apenas para pergunta 21 - 01 Não - 00 21.1 e 21.3 informativas	Não	0

21.1	Informe o indicador:			
21.2	Houve melhoria deste indicador em relação ao exercício anterior ao ano avaliado?		N/A	
21.3	Qual percentual das propriedades rurais sustentáveis em relação ao total de propriedades rurais? Ex: 0%, 10%, 20%, 50%, 100%.			
22.	O Estado possui programa e/ou ação para prevenir, de forma mais incisiva, incêndios florestais?	22 Sim - 03 Não - 00	Sim	3
22.1	Informe os programas:	22.1 informativa	Programa PREVICÊNCIO	
23.	No ano avaliado, quantos hectares foram atingidos por incêndios florestais?	Informativa	9773,48	
24.	Informe o percentual de brigadas de incêndios florestais capacitadas no ano avaliado:	≥80 e ≤100% - 03 ≥50% e <80% - 02 ≥20% e <50% - 01 <20 - 00	≥ 80% e ≤ 100%	3
25.	O Estado possui programa e/ou ação para combater a desertificação, restaurar a terra e o solo degradado, incluindo terrenos afetados pela desertificação, secas e inundações?	Sim para perguntas 25 e 25.1 - 02 Sim apenas para pergunta 25 - 01 Não - 00	Não	0
25.1	Houve melhoria da situação em relação ao exercício anterior ao ano avaliado?	25.2 informativa	N/A	
25.2	Qual percentual de cobertura terrestre das áreas susceptíveis à desertificação (ASD) em relação à área total do Estado? Ex: 0%, 10%, 20%, 50%, 100%.			
26.	O Estado possui programa e/ou ação para implementar a gestão sustentável de florestas, de mitigação do desmatamento, de restauração de florestas degradadas?	Sim para perguntas 26 e 26.1 - 03 Sim apenas para pergunta 26 - 02 Não - 00	Sim	3
26.1	Houve melhoria da situação em relação ao exercício anterior ao ano avaliado?		Sim	
27.	Qual percentual da área em relação à área total do Estado de: [a] Desmatamento anual: Ex: 0%, 10%, 20%, 50%, 100%.		0,02	
27.	Qual percentual da área em relação à área total do Estado de: [b] Cobertura vegetal nativa remanescente:]		32,9	
27.	27. Qual percentual da área em relação à área total do Estado de: [c] Cobertura territorial das Unidades de Conservação (federal, estaduais e municipais):]		9,39	
28.	O Estado possui programa e/ou ação para combater a caça ilegal e o tráfico de espécies da flora e fauna protegidas?	Sim para perguntas 28 e 28.2 - 03 Sim apenas para pergunta 28 - 02 Não - 00 28.1 Informativa	Sim	3

28.1	Informe os programas ou ações:		Projeto Áreas Prioritárias: Estratégias para conservação da Biodiversidade e dos ecossistemas em Minas Gerais; Projeto ASAS: Áreas de Soltura de animais silvestres; Projeto de educação ambiental - Abra sua cabeça para os Animais; SISPASS: Gestão de 100.801 criadores amadores de passeriformes silvestres no Estado de Minas Gerais; SISFAUNA: gestão de 180 empreendimentos de uso e manejo de fauna silvestre no Estado de Minas Gerais.	
28.2	Houve melhoria da situação em relação ao exercício anterior ao ano avaliado?		Sim	
29.	O Estado possui programa e/ou ação para promover a preservação completa dos rios, abrangendo sua visão panorâmica e beleza cênica?	Sim para perguntas 29 e 29.2 - 02 Sim apenas para pergunta 29 - 01 Não - 00 29.1 informativa	Sim	2
29.1	Informe os programas e/ou ações:		Integrante da Câmara Técnica de Biodiversidade e do Comitê interfederativo para recuperação do Rio Doce; Projeto áreas prioritárias para priorização de áreas e corpos d'água para conservação da biodiversidade aquática e de recursos hídricos; Atualização da lista de espécies da ictiofauna ameaçadas de extinção; Comando e Supervisão do diagnóstico e reparação de danos na bacia do Rio Paraopeba decorrente dos danos causados pela ruptura da barragem da Mina Córrego do Feijão.	
29.2	Houve melhoria da situação comparada em relação ao exercício anterior ao ano avaliado?		Sim	
<b>Subtotal - IV. Biodiversidade</b>		<b>12 quesitos</b>		
<b>V. Saneamento e Resíduos</b>				
30.	O Estado possui Plano Estadual de Saneamento Básico?	30 Sim - 03 Não - 00 30.1 Informativa	Não	0
30.1	Qual a sua periodicidade de atualização deste Plano?			

31.	O serviço de coleta de esgotamento sanitário abrange qual percentual da população do Estado, com exceção da população atendida pelo serviço de coleta prestado pelos municípios (SAAE)?	≥80 e ≤100% - 03 ≥50% e <80% - 02 ≥20% e <50% - 01 <20 - 00	≥ 20% e < 50%	1	
32.	Qual o percentual de tratamento licenciado de esgotamento sanitário no Estado?	Informativa ≥80 e ≤100% ≥50% e <80% ≥20% e <50% <20	≥ 20% e < 50%		
33.	Qual o número de municípios com destinação adequada de resíduos sólidos urbanos?	Informativa	391		
34.	Qual o percentual da população atendida com destinação adequada de resíduos sólidos urbanos?	≥80 e ≤100% - 03 ≥50% e <80% - 02 ≥20% e <50% - 01 <20 - 00	≥ 50% e < 80%		2
35.	O Estado possui programa e/ou ação para promover redução da geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reuso?	Sim para a 35 e 35.1 - 03 Sim para apenas 35 - 02 Não - 00	Sim		
35.1	Houve melhoria da situação em relação ao exercício anterior ao ano avaliado?		Sim		
<b>Subtotal - V. Saneamento e Resíduos</b>		<b>6 quesitos</b>			
<b>VI. Mudanças Climáticas</b>					
36.	O Estado possui programa e/ou ação de mitigação das mudanças climáticas? Obs: Ações para reduzir o impacto antrópico nas causas das mudanças climáticas.	Sim - 02 Não - 00	Sim	2	
37.	O Estado possui programa e/ou ação de adaptação às mudanças climáticas? Obs: Ações para se preparar para eventos climáticos externo, de forma que o dano seja o menor possível.	Sim - 02 Não - 00	Sim		
<b>Subtotal - VI. Mudanças Climáticas</b>		<b>2 quesitos</b>			
<b>VII. Educação Ambiental</b>					
38.	O Estado possui programa e/ou ação para promoção do uso racional de recursos em seus órgãos e entidades?	38 Sim - 03 Não - 00	Sim	3	
38.1	Informe o percentual de redução do consumo em prédios públicos: [a] energia:] Ex: 0%, 10%, 20%, 50%, 100%.	38.1 e 38.2 informativas	ND		
38.1	38.1 Informe o percentual de redução do consumo em prédios públicos: [b] água:]		ND		
38.1	Informe o percentual de redução do consumo em prédios públicos: [c] papel:]		ND		
38.1	Informe o percentual de redução do consumo em prédios públicos: [d] copo descartável:]		ND		
38.2	Informe o percentual de resíduos gerados em prédios públicos destinados à reciclagem:		ND		

39.	Na rede estadual de ensino, o Estado adota programa e/ou ação de educação ambiental?	39 Sim - 01 Não - 0039.1 informativa	Sim	1
39.1	Qual percentual da rede estadual de ensino que possui programa de educação ambiental na grade curricular? Ex: 0%, 10%, 20%, 50%, 100%.		ND	
<b>Subtotal - VII. Educação Ambiental</b>		<b>2 quesitos</b>		
<b>VIII. Institucional</b>				
40.	O Estado tem órgão integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA, de acordo com a Lei 6.938/81?	Sim - 01 Não - 00	Sim	1
41.	O Estado possui órgão colegiado, consultivo e deliberativo, para tratar sobre diretrizes, políticas, normas regulamentares, entre outros, para o meio ambiente?	Sim - 01 Não - 00	Sim	1
42.	O Estado possui equipe multidisciplinar para análise dos processos de regularização ambiental?	Sim para a pergunta 42 e 42.1 - 02 Sim apenas para pergunta 42 - 01 Não - 00	Sim	2
42.1	Os servidores responsáveis pela análise recebem capacitação específica para o desempenho da função?	42.1 e 42.2 informativa	Sim	
42.2	Qual a carga horária anual da capacitação?		ND	
<b>Subtotal - VIII. Institucional</b>		<b>3 quesitos</b>		
<b>IX. Governança</b>				
43.	Para o cálculo do Indicador de Avaliação do Planejamento - IAP, informe sobre a execução orçamentária das ações dos programas do PPA relativos às políticas públicas do meio ambiente: [a] A razão entre o número de ações cujo EFISi esteja entre 0,7 e 1,3 e o total de ações previstas, excluídas as não-orçamentárias*:] Obs: EFISi = Execução física/Previsão física iniciali EFINi = Execução financeira/Previsão financeira iniciali IEEOi = EFISi/EFINi onde i corresponde a cada uma das ações dos programas do PPA *total de ações que não têm execução financeira, ainda que tenham execução física.	Calcular IAP: Somar ((A + B + C) / 3)*100  IAP ≥ 80 - 05 IAP ≥ 60 - 04 IAP ≥ 40 - 03 IAP ≥ 20 - 02 IAP < 20 - 01	0.567	2
43.	Para o cálculo do Indicador de Avaliação do Planejamento - IAP, informe sobre a execução orçamentária das ações dos programas do PPA relativos às políticas públicas do meio ambiente: [b] A razão entre o número de ações cujo EFINi esteja entre 0,7 e 1,3 e o total de ações previstas, excluídas as não-orçamentárias*:]		0.149	

43.	Para o cálculo do Indicador de Avaliação do Planejamento - IAP, informe sobre a execução orçamentária das ações dos programas do PPA relativos às políticas públicas do meio ambiente: [c) A razão entre o número de ações cujo Índice de Equilíbrio da Execução Orçamentária (IEEOi) esteja entre 0,7 e 1,3 e o total de ações previstas, excluídas as não-orçamentárias*:]		0.179	
<b>Subtotal - IX. Governança</b>		<b>1 quesito</b>	<b>TOTAL</b>	<b>79</b>

### TOTALIZAÇÃO

Quesitos: 43

Pontos máximos: 100

Pontos mínimos: 000

FÓRMULA MATEMÁTICA APLICADA APÓS ANÁLISE FATORIAL

$$i\text{-AMB} = (\text{Somatório da pontuação de cada quesito})/100$$

### Peso da Dimensão Meio Ambiente

$$i\text{-AMB: } 10/100 = 0,10 \text{ (10\%)}$$

## i-DES

QUESITOS	PONTUAÇÃO	RESPOSTAS	PONTOS	
<b>Dados do responsável pelo preenchimento do questionário</b>				
<p><b>Nome completo:</b> Karen Christine Dias Gomes  <b>Cargo / Função:</b> Assessora Chefe de Planejamento da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior  <b>Masp:</b> 7527799</p>				
<b>I. Desenvolvimento Econômico</b>				
1.	O Estado promove políticas de desenvolvimento econômico, orientadas para o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno, decente e produtivo, empreendedorismo, criatividade e inovação e para incentivo à formalização e ao crescimento das micro, pequenas e médias empresas, inclusive por meio do acesso a serviços financeiros? Obs: Objetivos 8 e 8.3 da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável – ODS8 – Nações Unidas.	Sim - 03 Não - 00	Sim	3

2.	Para atingir níveis mais elevados de produtividade na economia, o Estado estimula a diversificação, modernização tecnológica e inovação, inclusive com foco em produtos de alto valor agregado? Obs: Objetivo 8.2 da Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável – ODS8.	Sim - 03 Não - 00	Sim	3
3.	O Estado possui agenda para implementação de ações visando a melhoria progressiva da utilização eficiente de recursos na produção e consumo, de forma a reduzir a degradação ambiental, segundo o Plano Decenal de Programas sobre Produção e Consumo Sustentáveis? Obs: Objetivo 8.4 da Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável – ODS8.	Sim - 03 Não - 00	Sim	3
4.	O Estado possui meta para sustentar o crescimento econômico per capita em relação ao Produto Interno Bruto – PIB? Obs: Objetivo 8.1 da Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável – ODS8.	Sim - 03 Não - 00	Não	0
5.	O Estado dispõe de instrumentos para apoiar ou estimular a oferta de crédito para atividades produtivas voltadas ao desenvolvimento econômico?	5 Sim - 03 Não - 00 5.1, 5.2 e 5.3 informativas	Sim	3
5.1	Especifique os instrumentos utilizados:		As linhas de crédito para realização de investimentos e capital de giro oferecidas pelo BDMG como: Geraminas, Geraminas Social, BDMG Solidário, Minas Criativa, Empreendedoras de Minas, Desenvolve Rio Doce, Inovacred, Pró-Inovação, Proptec, Inovacred Expresso, e Crédito Verde (Fonte: Site do BDMG). A linha de financiamento Pro-Inovação foi criada por meio da parceria FAPEMIG/BDMG com o objetivo de apoiar projetos de desenvolvimento com foco na inovação de produtos, processos e serviços de empresas instaladas em Minas Gerais. A FAPEMIG repassou R\$ 35 milhões em 2011 e este recurso vem sendo investido e reinvestido desde então. A linha de financiamento PROPTec foi criada por meio da parceria FAPEMIG/BDMG com o objetivo de apoiar projetos de implantação, ampliação e modernização de ativos fixos, investimentos intangíveis e capital de giro associado de empresas instaladas em	

			Parques Tecnológicos apoiados pelo Governo de Minas Gerais, por meio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior de Minas Gerais (SEDECTES). A FAPEMIG repassou R\$ 15 milhões em 2011 e este recurso vem sendo investido e reinvestido desde então. O MINAS ESTRUTURADOR também é uma linha de financiamento em conjunto com o BDMG com o objetivo de financiar projetos de investimentos para implantação, ampliação e modernização de ativos fixos, investimentos intangíveis e capital de giro associado em projetos estruturados das empresas do estado de MG. A FAPEMIG repassou R\$ 30 milhões em 2013 e este recurso vem sendo investido e reinvestido desde então.	
5.2	Qual o volume de recursos desembolsados no ano avaliado? Ex: R\$ 500.000,00.		R\$ 1.280.000.000,00	
5.2	Qual a variação deste valor em relação ao exercício anterior ao ano avaliado? Ex: 0%, 10%, 20%, 50%, 100%.		11,30%	
6.	O Estado promove a compatibilização das políticas de desenvolvimento econômico com os programas federais e municipais de desenvolvimento?	Sim - 02 Não - 00	Sim	2
7.	O Estado adota, na rede estadual de ensino, programa e/ou ação de educação sobre políticas públicas voltadas ao desenvolvimento econômico?	7 Sim - 02 Não - 00 7.1 informativa	Sim	2
7.1	Especifique em quais níveis de educação a rede estadual de ensino inclui o programa na grade curricular: ensino médio:		Sim	
7.1	Especifique em quais níveis de educação a rede estadual de ensino inclui o programa na grade curricular: ensino superior:		Sim	
8.	O Estado possui critérios para avaliar e hierarquizar o atendimento às demandas por investimentos em infraestrutura?	8 Sim - 01 Não - 00 8.1 informativa	Sim	1

8.1	Especifique os critérios utilizados:	<p>Segundo o INDI, os projetos de investimento tem seus atributos técnicos detalhados em formulário indicado pelo Instituto, de modo a possibilitar sua apreciação pela Matriz de Critérios contida no Anexo I e pelos parâmetros previstos no Anexo II da Deliberação GCPPDES Nº 1, de 27/03/2017. Além disso, também pode haver o estabelecimento de Protocolos de Intenções com formalização de demandas e contrapartidas. Os critérios são: Valor do investimento; Geração de empregos diretos; Potencial de redução das desigualdades regionais; Geração de renda; Tempo de maturação; Grau de integração da cadeia de valor; ICMS efetivo estimado. Conforme Deliberação GCPPDES Nº 1 DE 27/03/2017. De acordo com o BDMG, as Parcerias Público-Privadas (PPP) também passam por critérios de avaliação, mas não foram apresentados quais são. Segundo a COPASA, os investimentos devem dispor de projeto de engenharia, regularização fundiária e ambiental, onde se aplicar,</p>	
-----	--------------------------------------	--	--

## ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO ESTADUAL

			segundo prioritariamente os seguintes critérios: Destinação a Estação de Tratamento de Esgoto, visando ao atendimento dos indicadores regulatórios; Destinação a Sistemas de Abastecimento de Água, visando à mitigação dos efeitos da crise hídrica; Investimentos que, concluídos, impliquem na imediata geração de receita, possibilitando equilíbrio do caixa da empresa; Empreendimentos em fase final de realização, com mais de 80% de meta física atendida; Investimentos destinados ao cumprimento de Termos de Ajustamento de Conduta pactuados; Empreendimentos com financiamento assegurado, com limite mínimo de medição no exercício, imposto pelo agente financiador; Empreendimentos contratados, com obras em andamento. Já a Cemig utiliza critérios técnicos para buscar as regiões que demandam maiores recursos de investimentos, utilizando uma segmentação da área de concessão em malhas, visando atendimento aderente a necessidade e oportunidades de desenvolvimento econômico, mas também sem detalhar os critérios utilizados.	
<b>8 quesitos</b>				
<b>Subtotal - I. Políticas de Desenvolvimento Econômico</b>				
<b>II. Desenvolvimento Econômico Regionalizado</b>				
9.	O Estado divide seu território em áreas ou regiões com a finalidade de potencializar o desenvolvimento econômico?	Sim - 03 Não - 00	Sim	3
10.	O Estado dispõe de política estruturada e/ou programa para incentivar o desenvolvimento econômico regionalizado?	Sim para as perguntas 10 e 10.1 - 03 Sim para a pergunta 10 - 02 Não - 00	Não	0
10.1	Há indicadores para avaliação do impacto desta política?	10.2 e 10.3 Informativas	N/A	
10.2	Informe os indicadores			

10.3	Informe as iniciativas/ações adotadas		. Financiamentos para capital de giro e investimentos via WEB para micro e pequenas empresas;. Financiamentos para municípios conforme finalidades estabelecidas em edital e prioridades estabelecidas para aplicação de recursos da Renova;. Estruturação de PPPs e financiamentos para projetos de troca de iluminação pública por LED em municípios;. Estruturação de PPP's e em financiamentos para adequação de tratamento dos resíduos sólidos, projetos de tratamento de água e esgoto dos municípios mineiros;. Financiamentos diretos e via estruturação de fundo de infraestrutura para financiamentos à rodovias e redes de transmissão de energia e geração distribuída.	
11.	O Estado apoia as regiões/territórios quanto a identificação e exploração de seus principais ativos, bem como ao diagnóstico das vantagens competitivas locais?	Sim - 03 Não - 00	Não	0
12.	O Estado estimula a implantação ou expansão de empresas em áreas de mais baixo IDH?	12 Sim - 03 Não - 00	Não	0
12.1	Qual o volume de emprego formal e da arrecadação tributária gerada por estes investimentos?	12.1 e 12.2 Informativas		
	a) emprego formal Ex: a) 500. b) R\$ 500.000,00.			
	b) arrecadação tributária Ex: a) 500. b) R\$ 500.000,00.			
12.2	Qual a variação em relação ao exercício anterior ao ano avaliado? Ex: 0%, 10%, 20%, 50%, 100%.			
<b>Subtotal - II. Desenvolvimento Econômico Regionalizado</b>		<b>4 quesitos</b>		
<b>III. Parcerias Estratégicas</b>				
13.	O Estado induz a aproximação entre os setores público e privado por meio de parcerias? Ex: universidades, instituições de pesquisa, instituições profissionalizantes, empresas privadas.	13 Sim - 02 Não - 00 13.1 informativa	Sim	2

13.1	Informe quais as modalidades de parcerias e os instrumentos utilizados para realizá-las.		As modalidades de parceria e instrumentos utilizados incluem Parcerias Público Privadas (PPPs), Acordos de cooperação, Termo de doação e concessões, além de parcerias com organismos multilaterais para realização de projetos de investimento nos municípios. Cita-se como exemplo a parceria com a Agência Francesa de Desenvolvimento - AFD para projetos de Saneamento.	2
14.	O Estado aporta capital no setor produtivo por meio de programas e/ou ações estratégicas?	14 Sim - 02 Não - 00 14.1 informativa	Sim	
14.1	Qual volume de recursos no ano avaliado? Ex: R\$ 500.000,00.		O volume de recursos aportado em 2018, em especial por CODEMIG e CODEMGE, ainda estão em apuração.	
<b>Subtotal - III. Parcerias</b>		<b>2 quesitos</b>		
<b>IV. Trabalho e Renda</b>				
15.	O Estado dispõe de política estruturada e/ou programas relativos a trabalho e renda?	Sim para as perguntas 15 e 15.1 - 03	Sim	2
15.1	Há indicadores para avaliação do impacto dessa política?	Sim para a pergunta 15 - 02 Não - 00 15.2 e 15.3 informativa	Não	
15.2	Informe os indicadores:			
15.3	Informe as iniciativas/ações adotadas:		Uma das principais iniciativas relativas à política de trabalho e renda diz respeito ao Busca Ativa de Vagas, desenvolvido pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (SEDESE).	
<b>Subtotal - IV. Trabalho e Renda</b>		<b>1 quesito</b>		
<b>V. Turismo</b>				
16.	O Estado dispõe de política para desenvolvimento do turismo de forma sustentável, gerando empregos e promovendo a cultura e os produtos locais? Obs: Objetivo 8.9 da Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável – ODS8.	Sim para as perguntas 16 e 16.1 - 03 Sim apenas para a pergunta 16 - 02 Não - 00 16.2 e 16.3 Informativa	Sim	3
16.1	Há indicadores para avaliação do impacto desta política?		Sim	

16.2	Informe os indicadores:		Número de empregos formais em turismo (milhares); Número de estabelecimentos formais em turismo (milhares); Fluxo turístico (milhões); Receita turística (bilhões); Variação Média Anual do Número de Estabelecimentos no Setor em relação aos outros Estados do Sudeste; Renda média mensal nominal dos empregados no setor de turismo. Já o BDMG mede o volume de financiamentos desembolsados pelo BDMG para o setor de turismo (de acordo com CNAEs) e desembolso da linha FUNGETUR no ano corrente (em milhões de Reais).	
16.3	Informe quais os segmentos da indústria de turismo apoiados por essa política.		Turismo de Negócios e Eventos; meios de hospedagem; meios de transporte; agências de receptivos; guias turísticos; operadoras turísticas; segmentos do ecoturismo; produtores locais; bares e restaurantes; empresas de entretenimento; artesãos.	
<b>Subtotal - V. Turismo</b>		<b>1 quesito</b>		
<b>VI. Inovação</b>				
17.	O Estado estimula a inovação como forma de abertura de novas perspectivas econômicas?	Sim para as perguntas 17 e 17.1 - 03	Sim	2
17.1	Há indicadores para avaliar o impacto com base em evolução do emprego, registro de patentes ou inclusão de novos produtos no mercado?	Sim para a pergunta 17 - 02 Não - 00 17.2 informativa	Não	
17.2	Informe os indicadores			
<b>Subtotal - VI. Inovação</b>		<b>1 quesito</b>		
<b>VII. Pesquisa e Desenvolvimento (P&amp;D)</b>				
18.	O Estado aplica recursos em apoio às atividades de pesquisa e desenvolvimento (P&D), inclusive científica?	18 Sim - 03 Não - 00	Sim	3
18.1	A aplicação desses recursos está determinada em norma específica?	18.1 informativa	Sim	
19.	O Estado cumpre as determinações legais de investimentos em P&D?	Sim - 01 Não - 00	Não	0
20.	Há critérios de seleção pública para as modalidades de apoio oferecidas?	Sim - 02 Não - 00	Sim	2
21.	O Estado oferta linhas de pesquisa para o desenvolvimento econômico?	Sim - 03 Não - 00	Sim	3

22.	O Estado dispõe de instrumento para integrar a oferta de cursos técnicos/profissionalizantes às necessidades produtivas ou à política de desenvolvimento econômico?	Sim - 03 Não - 00	Sim	3
<b>Subtotal - VII. Pesquisa e Desenvolvimento (P&amp;D)</b>		<b>5 quesitos</b>		
<b>VIII. Atração de Investimentos Privados</b>				
23.	O Estado dispõe de mecanismos para atração de investimentos e financiamentos privados nacionais e internacionais?	Sim - 03 Não - 00	Sim	3
24.	O Estado avalia os resultados de sua política de atração de investimentos?	24 Sim - 02 Não - 00	Sim	2
24.1	Qual volume de emprego formal e de arrecadação tributária gerado por estes investimentos? a) emprego formal Ex: a) 500. b) R\$ 500.000,00.	24.1 e 24.2 Informativas	1981 considerados empregos diretos registrados como Decisão Formalizada no INDI para 2018.	
24.1	Qual volume de emprego formal e de arrecadação tributária gerado por estes investimentos? b) arrecadação tributária Ex: a) 500. b) R\$ 500.000,00.		A arrecadação tributária referente aos empreendimentos atraídos ainda está em apuração.	
24.2	Qual a variação em relação ao exercício anterior ao ano avaliado? Ex: 0%, 10%, 20%, 50%, 100%.		-44%	
<b>Subtotal - VIII. Atração de Investimentos Privados</b>		<b>2 quesitos</b>		
<b>IX. Economia Criativa</b>				
25.	O Estado tem política estruturada de estímulo à economia criativa?	Sim para as perguntas 25 e 25.1 - 03 Sim para a pergunta 25 - 02 Não - 00 25.2 e 25.3 informativa	Sim	3
25.1	Há indicadores para avaliação do impacto dessa política?		Sim	
25.2	Informe os indicadores:		Volume de financiamentos desembolsados pelo BDMG em Economia Criativa (produto MINAS CRIATIVA) no ano corrente (em milhões de Reais)	
25.3	Informe os setores apoiados por esta política:		Publicidade e atividades criativas, moda e vestuário, gastronomia, artesanato, startups e inovação, dentre outros.	
<b>Subtotal - IX. Economia Criativa</b>		<b>1 quesito</b>		
<b>X. Economia Solidária</b>				
26.	O Estado dispõe de política relativa a fomento e incentivo ao desenvolvimento de empreendimentos econômicos solidários?	Sim para as perguntas 26 e 2.1 - 03 Sim para a pergunta 26 - 02 Não - 00 26.2 e 26.3 informativa	Sim	2
26.1	Há indicadores para avaliação do impacto desta política?		Não	
26.2	Informe os indicadores:			

26.3	Informe as iniciativas/ações desta política:		Plano Estadual de Desenvolvimento da Economia Popular Solidária formalizado pela Lei 15.028/2004 e pelo Decreto 44.898/2008 Plano Quadrienal do Artesanato de Minas Gerais +Artesanato Sala Mineira do Artesão	
27.	O Estado dispõe de regulamentação para estimular os empreendimentos econômicos solidários?	Sim - 01 Não - 0	Sim	1
28.	O Estado possui Conselho Estadual de Economia Popular Solidária?	Sim - 01 Não - 0	Sim	1
29.	O Estado realiza compras públicas diretamente da agricultura familiar?	29 e 29.1 Sim e $\geq 30\%$ - 03	Sim	1
29.1	Qual o percentual das compras públicas realizadas junto à agricultura familiar no ano avaliado?	Sim e $< 30\%$ - 01 Não - 00 29.2 informativa	$< 30\%$	
29.2	Qual a variação em relação ao exercício anterior ao ano avaliado? Ex: 0%, 10%, 20%, 50%, 100%.		6,49%	
<b>Subtotal - X. Economia Solidária</b>		<b>4 quesitos</b>		
<b>XI. Arranjos Produtivos Locais (APL)</b>				
30.	O Estado dispõe de política voltada ao fomento e incentivo dos APLs com vistas ao fortalecimento e ordenamento da economia local?	Sim para as perguntas 30 e 30.1 - 3 Sim para a pergunta 30 - 2 Não - 0 30.2 informativa	Sim	2
30.1	Há indicadores para avaliação do impacto desta política?		Não	
30.2	Informe os indicadores			
30.3	Especifique os principais instrumentos de incentivo		Reconhecimento de Arranjos Produtivos Locais (APL); representação da política de desenvolvimento regional junto ao Ministério de Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) no Grupo de Trabalho Permanente dos Arranjos Produtivos Locais (GTP- APL); promoção de eventos empresariais; e consolidação da informação na base de dados em nível nacional no Observatório de Arranjos Produtivos Locais (APL).	
31.	O Estado dispõe de regulamentação para estimular os APLs?	Sim - 01 Não - 0	Sim	1
<b>Subtotal - XI. Arranjos Produtivos Locais (APL)</b>		<b>2 quesitos</b>		
<b>XII. Tratamento diferenciado e favorecido MEI, ME e EPP</b>				

32.	O Estado utiliza compras públicas como instrumento de indução ao desenvolvimento econômico regional?	32 Sim - 03 Não - 00	Sim	3
32.1	Informe os mecanismos adotados	32.1 Informativa	Decreto nº 47.437/2018 - regulamenta o tratamento diferenciado, simplificado e favorecido dispensado às microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoas físicas, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas nas aquisições públicas do Estado. Art.12 – [...] poderá ser concedida, justificadamente, prioridade de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, até o limite de dez por cento do melhor preço válido. Além disso, o fornecedor mineiro tem isenção do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS, assim, acaba por possuir preço mais competitivo quando fornece para o Estado de Minas Gerais.	
33.	O Estado elabora e divulga Plano Anual de Compras?	Sim - 01 Não - 00	Não	0
34.	O Estado possui sistema eletrônico de gestão de compras e contratações?	Sim - 01 Não - 00	Sim	1
35.	Qual valor total de aquisições do Estado no ano avaliado? Ex: R\$ 500.000,00.	Informativa	R\$ 7.969.929.218,85	
35.1	Qual a variação em relação ao exercício anterior ao ano avaliado? Ex: 0%, 10%, 20%, 50%, 100%.		-6,63%	
36	No ano avaliado, qual o percentual de licitações realizadas na modalidade: Pregão presencial Ex: 0%, 10%, 20%, 50%, 100%.	Informativa	0,05%	
36	No ano avaliado, qual o percentual de licitações realizadas na modalidade: Pregão eletrônico Ex: 0%, 10%, 20%, 50%, 100%.	Informativa	87,29%	
37.	O Estado dispõe de política de apoio aos pequenos negócios (MEI, ME e EPP)?	Sim para as perguntas 37 e 37.1 - 3	Sim	3
37.1	Há indicadores para avaliação do impacto dessa política?	Sim para a pergunta 37 - 2	Sim	

37.2	Informe os indicadores	Não - 0 37.2 informativa	Volume de financiamentos desembolsados pelo BDMG WEB para Micro e Pequenas empresas no ano corrente (em milhões de Reais)	
37.3	Informe as iniciativas e setores (CNAE) apoiados.		Comércio e Serviços.	
38.	O Estado possui cadastro de fornecedores para identificação de seu porte (MEI, ME, EPP)?	Sim - 02 Não - 00	Sim	2
39.	Nas aquisições públicas, o Estado observa o disposto nos artigos 42 a 45, 47, 48 e 49 da Lei Complementar nº 123/2006 e alterações, quanto ao tratamento diferenciado aos pequenos negócios (MEI, ME, EPP)?	Sim para as perguntas 39 e 39.1 - 03 Sim para a pergunta 39 - 02	Sim	3
39.1	O Estado dispõe de normas e/ou regulamentos adicionais aos previstos em âmbito federal?	Não - 00	Sim	
39.2	Especifique as normas e/ou regulamentos adicionais:	39.2 e 39.3 informativas	Lei n.º 20.826, de 31 de julho de 2013 - Institui o Estatuto Mineiro da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. Decreto nº 47.437, de 26 de junho de 2018 - Regulamenta o tratamento diferenciado, simplificado e favorecido dispensado às microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoas físicas, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas nas aquisições públicas do Estado.	
39.3	Do total geral de aquisições, qual o percentual de participação dos pequenos negócios (MEI, ME, EPP)? MEI Ex: 0%, 10%, 20%, 30% 40%, 50%... , 100%.		comoME	
39.3	Do total geral de aquisições, qual o percentual de participação dos pequenos negócios (MEI, ME, EPP)? ME Ex: 0%, 10%, 20%, 30% 40%, 50%... , 100%.		5,75%	
39.3	Do total geral de aquisições, qual o percentual de participação dos pequenos negócios (MEI, ME, EPP)? EPP Ex: 0%, 10%, 20%, 30% 40%, 50%... , 100%.		9,39%	
40.	Nas aquisições com valor até R\$80.000,00, qual percentual das licitações foi realizado com exclusividade para os pequenos negócios (MEI, ME e EPP)? MEI Obs: Artigos 47 e 48, inciso I, da LC 123/2006. Ex: 0%, 10%, 20%, 30% 40%, 50%... , 100%.		N/A	

40.	Nas aquisições com valor até R\$80.000,00, qual percentual das licitações foi realizado com exclusividade para os pequenos negócios (MEI, ME e EPP)? ME Obs: Artigos 47 e 48, inciso I, da LC 123/2006. Ex: 0%, 10%, 20%, 30% 40%, 50%... , 100%.		N/A	
40.	Nas aquisições com valor até R\$80.000,00, qual percentual das licitações foi realizado com exclusividade para os pequenos negócios (MEI, ME e EPP)? EPPObs: Artigos 47 e 48, inciso I, da LC 123/2006.Ex: 0%, 10%, 20%, 30% 40%, 50%... , 100%.	Informativa	N/A	
40.1	Qual valor liquidado das licitações acima em relação ao total das aquisições? MEI Ex: R\$ 500.000,00.	Informativa	N/A	
40.1	Qual valor liquidado das licitações acima em relação ao total das aquisições? ME Ex: R\$ 500.000,00.	Informativa	N/A	
40.1	Qual valor liquidado das licitações acima em relação ao total das aquisições? EPP Ex: R\$ 500.000,00.	Informativa	N/A	
40.2	Do total das licitações com exclusividade para pequenos negócios, qual percentual de licitações desertas e/ou fracassadas? MEI Ex: 10%; 20%, 50%, 100%.	Informativa	N/A	
40.2	Do total das licitações com exclusividade para pequenos negócios, qual percentual de licitações desertas e/ou fracassadas? ME	Informativa	N/A	
40.2	Do total das licitações com exclusividade para pequenos negócios, qual percentual de licitações desertas e/ou fracassadas? EPP	Informativa	N/A	
<b>Subtotal - XII. Tratamento diferenciado e favorecido às EPPs, MEs e MEI</b>		<b>9 quesitos</b>		
<b>XIII. Empreendedorismo</b>				
41.	O Estado possui programa e/ou ação articulada com parceiros para qualificação de empresários e trabalhadores, bem como para incentivar o empreendedorismo?	41 Sim - 02 Não - 00 41.1 informativa	Sim	2
41.1	Especifique estes programas e/ou ações		Projeto Circuito Mineiro de Compras Sociais que visa à capacitação do micro e pequeno empresário de Minas Gerais para aprimorar a relação e comercializar com grandes supermercadistas. UAITEC, PRONATEC, Projetos de extensão universitária, entre outros.	
42.	O Estado tem política de capacitação dos empreendedores locais, inclusive os micro e pequeno empresários, para desenvolver as competências necessárias à participação no processo de compras públicas?	42 Sim - 02 Não - 00 42.1 informativa	Não	0
42.1	Informe as iniciativas adotadas.			

43.	O Estado dispõe de espaço físico e/ou virtual que centraliza o atendimento necessário a empreendedores e a empresas para facilitar a gestão do negócio, da abertura ao encerramento das atividades?	Sim - 01 Não - 00	Sim	1
44.	O Estado dispõe de mecanismos <i>on line</i> para fornecimento de licenças e autorizações a empreendedores e empresas?	44 Sim - 01 Não - 0044.1 informativa	Sim	1
44.1	Em quais áreas? Fazendária		Sim	
44.1	Em quais áreas? Ambiental		Sim	
44.1	Em quais áreas? Agrícola		Não	
44.1	Em quais áreas? outras		JUCEMG - Registro Digital; IPEM - Metrologia Legal	
<b>Subtotal - XIII. Empreendedorismo</b>		<b>4 quesitos</b>		
<b>XIV. Institucional</b>				
45.	Existe unidade administrativa destinada à promoção do desenvolvimento econômico do Estado? Ex: Secretaria, agências de fomento ou equivalente.	Sim - 02 Não - 00	Sim	2
46.	Os servidores responsáveis pela área de desenvolvimento econômico do Estado recebem capacitação específica para o desempenho da função?	Sim e ≥ 40 horas 02 Sim e < 40 horas 01 Não - 00	Não	0
46.1	Qual a carga horária anual de capacitação?			
<b>Subtotal - XIV. Institucional</b>		<b>2 quesitos</b>	<b>TOTAL</b>	<b>76</b>

**TOTALIZAÇÃO**

Quesitos: 46  
 Pontos máximos: 100  
 Pontos mínimos: 000

**Peso da Dimensão Desenvolvimento Econômico**

i-DES: 10/100 – 0,10 (10%)

FÓRMULA MATEMÁTICA APLICADA APÓS ANÁLISE FATORIAL

$$i-DES = (\text{Somatório da pontuação de cada quesito})/100$$

**i-EDUC**

QUESITOS	PONTUAÇÃO	RESPOSTAS	PONTOS
<b>Dados do responsável pelo preenchimento do questionário</b>			
<b>Nome completo:</b> Rodrigo Guerra Furtado <b>Cargo / Função:</b> Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental - Assessoria de Planejamento <b>Masp:</b> m669638			
<b>I. Organização Escolar</b>			
1.	Quantas instituições estaduais destinadas aos ensinos fundamental e médio estão em funcionamento? EF:	Informativa	3218

1.	Quantas instituições estaduais destinadas aos ensinos fundamental e médio estão em funcionamento? EM:	Informativa	3273*	3
2.	O Estado promoveu levantamento sobre a existência de acesso (vagas disponíveis) para toda população em idade escolar dos ensinos fundamental e médio da rede estadual?	2 Sim - 03 Não - 00 2.1 informativa	Sim	
2.1.	Informe: a)Número de vagas: EF:		1.046.864	
2.1.	Informe: a)Número de vagas:EM:	informativa	684.697	
2.1.	Informe: b)Percentual de vagas em relação à demanda: EF:	informativa	100%	
2.1.	Informe: b)Percentual de vagas em relação à demanda: EM:	informativa	100%	
2.1.	Informe: c)Número de matrículas: EF:	informativa	1.046.894	
2.1.	Informe: c)Número de matrículas:EM:	informativa	684.697	
2.1.	Informe: d) Percentual de matrículas em relação à demanda: EF:	informativa	100%	
2.1.	Informe: d) Percentual de matrículas em relação à demanda:EM:	informativa	100%	
3.	Existem parâmetros para a enturmação dos estudantes?	Sim para as perguntas 3 e 3.3 - 03	Sim	3
3.1	Informe os parâmetros para enturmação no ensino fundamental e os respectivos dados da enturmação efetiva:	Sim apenas para pergunta 3 - 02 Não - 00 3.1 e 3.2 informativas	Anos Iniciais: 25 alunos por turma Anos Finais: 35 alunos por turma	
3.2	Informe os parâmetros para enturmação no ensino médio e os respectivos dados da enturmação efetiva:		40 alunos por turma.Os parâmetros são cumpridos.	
3.3	Os parâmetros estão sendo seguidos?		Sim	
<b>Subtotal - I. Organização Escolar</b>		<b>3 quesitos</b>		
<b>II. Infraestrutura Escolar</b>				
4.	Existem laboratórios de informática em funcionamento (utilizados pelos alunos) ou salas de aula com computadores nas instituições estaduais destinadas aos ensinos fundamental e médio?	Sim para pergunta 4 e 4.2 > 0%- 03 Sim para pergunta 4 e 4.2 = 0%- 0	Sim	3
4.1	Qual é o percentual com relação ao total de escolas? EF: Ex: 0%, 10%, 50%, 100%.	Não - 00 4.1 informativa	97	
4.1	Qual é o percentual com relação ao total de escolas? EM: Ex: 0%, 10%, 50%, 100%.		98	
4.2	Qual é o percentual com conexão à internet com relação ao total de escolas? EF: Ex: 0%, 10%, 20%, 50%, 100%.		99,5	
4.2	Qual é o percentual com conexão à internet com relação ao total de escolas? EM: Ex: 0%, 10%, 20%, 50%, 100%.		99	

\*Resposta alterada de "3.273" para "2.373", conforme item 5 - Incongruências/ausências apuradas no preenchimento do IEGE.

5.	Informe o percentual de instituições estaduais destinadas aos ensinos fundamental e médio que fornecem água filtrada, própria para consumo: EF: Ex: 0%, 10%, 50%, 100%.	≥ 90% - 03 ≥ 70 e < 90% - 02 ≥ 30% e < 70% - 01 < 30% - 00 Média dos pontos percentuais do EF e EM	99	3
5.	Informe o percentual de instituições estaduais destinadas aos ensinos fundamental e médio que fornecem água filtrada, própria para consumo: EM: Ex: 0%, 10%, 50%, 100%.	≥ 90% - 03 ≥ 70 e < 90% - 02 ≥ 30% e < 70% - 01 < 30% - 00 Média dos pontos percentuais do EF e EM	99	
6.	Informe o percentual de instituições estaduais destinadas aos ensinos fundamental e médio que possuem rede de coleta de esgoto ou fossa: EF: Ex: 0%, 10%, 50%, 100%.	≥ 90% - 03 ≥ 70 e < 90% - 02 ≥ 30% e < 70% - 01 < 30% - 00 Média dos pontos percentuais do EF e EM	99	3
6.	Informe o percentual de instituições estaduais destinadas aos ensinos fundamental e médio que possuem rede de coleta de esgoto ou fossa: EM: Ex: 0%, 10%, 50%, 100%.	≥ 90% - 03 ≥ 70 e < 90% - 02 ≥ 30% e < 70% - 01 < 30% - 00 Média dos pontos percentuais do EF e EM	99	
7.	Informe o percentual de instituições estaduais destinadas aos ensinos fundamental e médio que promovem acessibilidade para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida: EF: Ex: 0%, 10%, 50%, 100%.	≥ 90% - 03 ≥ 70 e < 90% - 02 ≥ 30% e < 70% - 01 < 30% - 00 Média dos pontos percentuais do EF e EM	43	1
7.	Informe o percentual de instituições estaduais destinadas aos ensinos fundamental e médio que promovem acessibilidade para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida: EM: Ex: 0%, 10%, 50%, 100%.	≥ 90% - 03 ≥ 70 e < 90% - 02 ≥ 30% e < 70% - 01 < 30% - 00 Média dos pontos percentuais do EF e EM	44	3
8.	Informe o percentual de instituições estaduais destinadas aos ensinos fundamental e médio que possuem bibliotecas em funcionamento: EF: Ex: 0%, 10%, 50%, 100%.	≥ 80% - 03 ≥ 50 e < 80% - 02 ≥ 10% e < 50% - 01 < 10% - 00 Média dos pontos percentuais do EF e EM	95	
8.	Informe o percentual de instituições estaduais destinadas aos ensinos fundamental e médio que possuem bibliotecas em funcionamento: EM: Ex: 0%, 10%, 50%, 100%.	≥ 80% - 03 ≥ 50 e < 80% - 02 ≥ 10% e < 50% - 01 < 10% - 00 Média dos pontos percentuais do EF e EM	96	
<b>Subtotal - II. Infraestrutura Escolar</b>		<b>5 quesitos</b>		
<b>III. Alimentação Escolar</b>				
9.	O Estado complementa, com recursos próprios, o valor repassado pelo Governo Federal para a alimentação escolar?	9 Sim - 03 Não - 00 9.1 informativa	Sim	3

9.1	Informe o percentual do complemento em relação ao valor recebido do Governo Federal. EF: Ex: 0%, 10%, 20%, 50%, 100%.		100	
9.1	Informe o percentual do complemento em relação ao valor recebido do Governo Federal. EM: Ex: 0%, 10%, 20%, 50%, 100%.		100	
10.	Informe o percentual de compra da alimentação escolar oriunda da agricultura familiar:	≥ 30% - 03 < 30% - 02	< 30%	2
11.	Há nutricionista responsável pela elaboração e acompanhamento do cardápio da alimentação escolar em todas as instituições da rede estadual de ensino	11 Sim - 03 Não - 00 11.1 informativa	Sim	3
11.1	Qual é o percentual das instituições da rede estadual de ensino que tem o serviço de nutricionista ? EF: Ex: 0%, 10%, 20%, 50%, 100%.		100	
11.1	Qual é o percentual das instituições da rede estadual de ensino que tem o serviço de nutricionista ? EM:		100	
<b>Subtotal - III. Alimentação Escolar</b>		<b>3 quesitos</b>		
<b>IV. Transporte Escolar</b>				
12.	Informe o percentual de atendimento do serviço de transporte escolar em relação ao total de alunos residentes em zona rural:	≥ 80% - 03 ≥ 50 e < 80% - 02 ≥ 10% e < 50% - 01 < 10% - 00	≥ 50% e < 80%	2
13.	O Estado tem registro das rotas e/ou tempo seguidas pelos veículos do transporte escolar?	Sim, rota e tempo - 03 Sim, apenas rota ou tempo - 02 Não - 00 13.1 informativa	Não	0
13.1	Informe a idade média da frota escolar:		Não temos essa informação	
<b>Subtotal - IV. Transporte Escolar</b>		<b>2 quesitos</b>		
<b>V. Corpo Docente</b>				
14.	O Estado possui Plano de Cargos e Salários para seus professores em conformidade com o Plano Nacional de Educação – PNE?	Sim - 03 Não - 00	Sim	3
15.	O Estado cumpre o piso salarial nacional (jornada de 40h/sem) para todos os professores?	Sim - 03 Não - 00	Sim	3
16.	Qual a quantidade de professores efetivos e de temporários/designados destinados aos ensinos fundamental e médio? [Anos iniciais EF:][Professores efetivos]	Informativa	14.451	
16.	Qual a quantidade de professores efetivos e de temporários/designados destinados aos ensinos fundamental e médio? [Anos iniciais EF:][Professores temporários/designados]	Informativa	32.127	
16.	Qual a quantidade de professores efetivos e de temporários/designados destinados aos ensinos fundamental e médio? [Anos finais EF:][Professores efetivos]	Informativa	38.127	
16.	Qual a quantidade de professores efetivos e de temporários/designados destinados aos ensinos	Informativa	37.034	

## ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO ESTADUAL

	fundamental e médio? [Anos finais EF:][Professores temporários/designados]		
16.	Qual a quantidade de professores efetivos e de temporários/designados destinados aos ensinos fundamental e médio? [EM:][Professores efetivos]	Informativa	38.730
16.	Qual a quantidade de professores efetivos e de temporários/designados destinados aos ensinos fundamental e médio? [EM:][Professores temporários/designados]	Informativa	34.936
16.1	Informe o percentual de temporários em relação ao total de professores: [Anos iniciais EF:] EM: Ex: 0%, 10%, 20%, 50%, 100%.	Informativa	69%
16.1	Informe o percentual de temporários em relação ao total de professores: [Anos finais EF:] EM: Ex: 0%, 10%, 20%, 50%, 100%.	Informativa	49%
16.1	Informe o percentual de temporários em relação ao total de professores: [EM:] Ex: 0%, 10%, 20%, 50%, 100%.	Informativa	47%
17.	Qual a quantidade de professores efetivos com Especialização, Mestrado, Doutorado nos ensinos fundamental e médio? [Anos iniciais EF:][Especialização]	Informativa	2390
17.	Qual a quantidade de professores efetivos com Especialização, Mestrado, Doutorado nos ensinos fundamental e médio? [Anos iniciais EF:][Mestrado]	Informativa	17
17.	Qual a quantidade de professores efetivos com Especialização, Mestrado, Doutorado nos ensinos fundamental e médio? [Anos iniciais EF:][Doutorado]	Informativa	1
17.	Qual a quantidade de professores efetivos com Especialização, Mestrado, Doutorado nos ensinos fundamental e médio? [Anos finais EF:][Especialização]	Informativa	8376
17.	Qual a quantidade de professores efetivos com Especialização, Mestrado, Doutorado nos ensinos fundamental e médio? [Anos finais EF:][Mestrado]	Informativa	396
17.	Qual a quantidade de professores efetivos com Especialização, Mestrado, Doutorado nos ensinos fundamental e médio? [Anos finais EF:][Doutorado]	Informativa	23
17.	Qual a quantidade de professores efetivos com Especialização, Mestrado, Doutorado nos ensinos fundamental e médio? [EM:][Especialização]	Informativa	8400
17.	Qual a quantidade de professores efetivos com Especialização, Mestrado, Doutorado nos ensinos fundamental e médio? [EM:][Mestrado]	Informativa	533
17.	17. Qual a quantidade de professores efetivos com Especialização, Mestrado, Doutorado nos ensinos fundamental e médio? [EM:][Doutorado]	Informativa	26
17.1	Informe o percentual de professores efetivos com Especialização, Mestrado, Doutorado em relação ao total de professores: [Anos iniciais EF:][Especialização]		45,10%
17.1	Informe o percentual de professores efetivos com Especialização, Mestrado, Doutorado em relação ao total de professores: [Anos iniciais EF:][Mestrado]		0,31%
17.1	Informe o percentual de professores efetivos com Especialização, Mestrado, Doutorado em relação ao total de professores: [Anos iniciais EF:][Doutorado]		0,02%
17.1	Informe o percentual de professores efetivos com Especialização, Mestrado, Doutorado em relação ao total de professores: [Anos finais EF:][Especialização]		47,40%

17.1	Informe o percentual de professores efetivos com Especialização, Mestrado, Doutorado em relação ao total de professores: [Anos finais EF:][Mestrado]			2,24%	0
17.1	Informe o percentual de professores efetivos com Especialização, Mestrado, Doutorado em relação ao total de professores: [Anos finais EF:][Doutorado]			0,13%	
17.1	Informe o percentual de professores efetivos com Especialização, Mestrado, Doutorado em relação ao total de professores: [EM:][Especialização]			45,80%	
17.1	Informe o percentual de professores efetivos com Especialização, Mestrado, Doutorado em relação ao total de professores: [EM:][Mestrado]			2,91%	
17.1	Informe o percentual de professores efetivos com Especialização, Mestrado, Doutorado em relação ao total de professores: [EM:][Doutorado]			0,14%	
18.	Qual valor aplicado na capacitação do corpo docente estadual? EF:	18.1 Sim - 03 Não - 00 18 e 18.2 Informativas		1683634.68	
18.	Qual valor aplicado na capacitação do corpo docente estadual? EM:			790109.72	
18.1	O valor aplicado no ano avaliado foi maior em relação ao ano anterior?			Não	
18.2	Informe o percentual aplicado em relação ao total dos recursos gastos em MDE. Ex: 0%, 10%, 20%, 50%, 100%.			0,02	
19.	Qual o número de professores e de diretores capacitados da rede estadual? Professores: Obs: Participação no ano avaliado de professores e diretores em cursos, palestras, seminários e congressos para atualização.	19.3 Sim - 03 Não - 0019 e 19.1 e 19.2 Informativas		370002	
19.	Qual o número de professores e de diretores capacitados da rede estadual? Diretores: Obs: Participação no ano avaliado de professores e diretores em cursos, palestras, seminários e congressos para atualização.			73	
19.1	Informe o percentual de professores capacitados em relação ao total de professores: Ex: 0%, 10%, 20%, 50%, 100%.			18,9	3
19.2	Informe o percentual de diretores capacitados em relação ao total de diretores: Ex: 0%, 10%, 20%, 50%, 100%.			2,01	
19.3	Há Programa Estadual estruturado para reconhecimento e incentivo à capacitação dos profissionais da Educação?			Sim	
20.	Existem medidas a serem adotadas para substituição de profissionais em caso de ausência?	Sim - 03 Não - 00		Sim	3

20.1	<p>Informe quais são estas medidas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>. Professor Eventual – professor para substituição eventual de docente nos anos iniciais do ensino fundamental.</li> <li>. Designação (contrato temporário) – nos termos da Lei 10.254/90 – contratos temporários em substituição a servidor afastado de suas funções de acordo com as regras estabelecidas pela Resolução SEE publicada anualmente, a qual define as normas para a organização do quadro de pessoal e a designação para o exercício da função pública na rede estadual de educação de Minas Gerais.</li> </ul> <p>Lei nº 10.254, art. 10.          “Art. 10 – Para suprir a comprovada necessidade de pessoal, poderá haver designação para o exercício de função pública, nos casos de:          I – substituição, durante o impedimento do titular do cargo;          II – cargo vago, e exclusivamente até o seu definitivo provimento, desde que não haja candidato aprovado em concurso público para a classe correspondente.          § 1º – A designação para o exercício da função pública de que trata este artigo somente se aplica nas hipóteses de cargos de:          a) Professor, para regência de classe, Especialista em Educação e Servicial, para exercício exclusivo em unidade estadual de ensino;...”</p>	Informativa	Professor Eventual : professor para substituição eventual de docente nos anos iniciais do ensino fundamental. Designação (contrato temporário) (nos termos da Lei 10.254/90): contratos temporários em substituição a servidor afastado de suas funções de acordo com as regras estabelecidas pela Resolução SEE publicada anualmente, a qual define as normas para a organização do quadro de pessoal e a designação para o exercício da função pública na rede estadual de educação de Minas Gerais. Lei nº 10.254, art. 10.	
<b>Subtotal - V. Corpo Docente</b>		<b>7 quesitos</b>		
<b>VI. Políticas Educacionais</b>				
21.	O Estado elaborou Plano Estadual de Educação em conformidade com o Plano Nacional de Educação - PNE? Plano elaborado e implementado Plano elaborado e em implementação Plano não elaborado. Informar prazo para elaboração.	Elaborado e implementado - 03 Elaborado e em implementação - 01 Não elaborado - 00 21.1. informativa	Plano elaborado e em implementação	1
21.1	Qual a vigência do Plano?		2027	
22.	O Estado dispõe de política estruturada para desenvolver as competências de leitura e escrita de seus alunos com dificuldade de aprendizado?	Sim para perguntas 22 e 22.1 e 22.2 ≥ 80% - 03	Sim	0
22.1	Existem metas traçadas?	Sim para perguntas 22 e 22.1 e 22.2 ≥ 50 e < 80% - 02	Não	
22.2	Das metas traçadas, qual percentual alcançado?			
22.3	Qual é o percentual de escolas da rede estadual de ensino atendidas com a política? EF: Ex: 0%, 10%, 20%, 50%, 100%.	Sim para perguntas 22 e 22.1 e 22.2 < 50% - 01	14,3%	
22.3	Qual é o percentual de escolas da rede estadual de ensino atendidas com a política? EM: Ex: 0%, 10%, 20%, 50%, 100%.	Não - 00 22.3 informativa	0%	
23.	O Estado oferta educação integral?	23 Sim - 03 Não - 00	Sim	3
23.1	Quantas instituições da rede estadual de ensino ofertam educação integral? EF:		2231	
23.1	Quantas instituições da rede estadual de ensino ofertam educação integral? EM:	23.1, 23.2 e 23.3 informativas	748	

23.2	Informe o percentual das instituições da rede estadual de ensino que ofertam a educação integral em relação ao total de escolas. EF: Ex: 0%, 10%, 20%, 50%, 100%.		70%	3
23.2	Informe o percentual das instituições da rede estadual de ensino que ofertam a educação integral em relação ao total de escolas. EM:		32%	
23.3	Informe o número de alunos atendidos pela educação integral: EF:		112033	
23.3	Informe o número de alunos atendidos pela educação integral: EM:		11186	
24.	O Estado oferta Educação Especial na perspectiva inclusiva?	24 Sim - 03 Não - 00	Sim	
24.1	Quantas instituições possuem condições (profissionais e infraestrutura) de prover educação especial sob perspectiva inclusiva? EF:	24.1, 24.2 e 24.3 informativas	3186	
24.1	Quantas instituições possuem condições (profissionais e infraestrutura) de prover educação especial sob perspectiva inclusiva? EM:		2394	
24.2	Informe o percentual das instituições da rede estadual de ensino que ofertam a educação especial sob perspectiva inclusiva em relação ao total de escolas. EF: Ex: 0%, 10%, 20%, 50%, 100%.		96,5	
24.2	Informe o percentual das instituições da rede estadual de ensino que ofertam a educação especial sob perspectiva inclusiva em relação ao total de escolas. EM:		87,1	
24.3	Informe o número de alunos atendidos com a Educação Especial na perspectiva inclusiva: EF:		36632	
24.3	Informe o número de alunos atendidos com a Educação Especial na perspectiva inclusiva: EM:		14034	
25.	O Estado oferta educação profissional?	25 Sim - 03 Não - 00	Sim	3
25.1	Quantas instituições da rede estadual de ensino ofertam a educação profissional? EJA:	25.1, 25.2 e 25.3 informativas	487	
25.1	Quantas instituições da rede estadual de ensino ofertam a educação profissional? EM:		662	
25.2	Informe o percentual das instituições que ofertam educação profissional em relação ao total de escolas: EJA: Ex: 0%, 10%, 20%, 50%, 100%.		32	
25.2	Informe o percentual das instituições que ofertam educação profissional em relação ao total de escolas: EM: Ex: 0%, 10%, 20%, 50%, 100%.		28%	
25.3	Informe o número de alunos atendidos pela educação profissional: EJA:		0	
25.3	Informe o número de alunos atendidos pela educação profissional: EM:		18054	
26.	O Estado monitora a aplicação das Leis 10.639/03 e 11.645/08 nas escolas estaduais? Obs: Ensino de "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena".	Sim - 03 Não - 00	Sim	3
<b>Subtotal - VI. Políticas Educacionais</b>		<b>6 quesitos</b>		
<b>VII - Conselhos e Colegiados Escolares</b>				
27.	Existe Conselho Estadual de Educação estruturado e atuante no Estado?	Sim e ≥ 6 reuniões - 03 Sim e ≥ 4 e < 6	Sim	3

27.1	Quantas reuniões foram realizadas pelo Conselho Estadual de Educação durante o ano avaliado? Obs: Não considerar reuniões de nomeações/exclusão de membros ou outro assunto não relacionado à natureza do Conselho.	reuniões - 02 Sim e < 4 reuniões - 01 Não - 00	≥ 6 reuniões	3
28.	Existe Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais (ConsFUNDEB) estruturado e atuante no Estado?	Sim e ≥ 6 reuniões - 03 Sim e ≥ 4 e < 6 reuniões - 02 Sim e < 4 reuniões - 01 Não - 00	Sim	
28.1	Quantas reuniões foram realizadas pelo ConsFUNDEB durante o ano avaliado? Obs: Não considerar reuniões de nomeações/exclusão de membros ou outro assunto não relacionado à natureza do Conselho.		≥ 6 reuniões	2
29.	Existem colegiados escolares formais e atuantes nas escolas da rede estadual de ensino?	29 Sim - 02 Não - 00	Sim	
29.1	Informe o percentual de escolas com colegiado escolar formal e atuante em relação ao total de escolas. Ex: 0%, 10%, 20%, 50%, 100%.	29.1 informativa	99%	
<b>Subtotal - VII. Conselhos e Colegiados Escolares</b>		<b>3 quesitos</b>		
<b>VIII. Indicadores Educacionais</b>				
30.	Durante o ano letivo, houve interrupção por greve ou por outros motivos?	30 e 30.1 informativas	Sim	3
30.1	Quantos dias durou a interrupção?		65	
31.	O Estado aplicou programas de avaliação de rendimento escolar nos níveis fundamental e médio da rede estadual de ensino?	Sim - 03 Parcialmente - 02 Não - 00	Sim	3
32.	O Estado utilizou indicador de aprendizado para análise do desempenho nos ensinos fundamental e médio da rede estadual de ensino?	32 Sim - 03 Não - 00	Sim	3
32.1	Informe o resultado do IDEB da rede estadual de ensino: [IDEB EF anos iniciais:]		6,5	
32.1	Informe o resultado do IDEB da rede estadual de ensino: [IDEB EF anos finais:]		4,4	
32.1	Informe o resultado do IDEB da rede estadual de ensino: [IDEB EM:]		3,6	
32.2	Informe outros indicadores de aprendizado utilizados pelo Estado e seus respectivos resultados: [EF anos iniciais:] [Indicadores]		2017 - Proeficiência Média dos Alunos em Português e Matemática - 3º Ano EF	
32.2	Informe outros indicadores de aprendizado utilizados pelo Estado e seus respectivos resultados: [EF anos iniciais:] [Resultados]		600,11 e 595,80	
32.2	Informe outros indicadores de aprendizado utilizados pelo Estado e seus respectivos resultados: [EF anos finais:] [Indicadores]		2017 - Proeficiência Média dos Alunos em Português e Matemática - 7º Ano EF	
32.2	Informe outros indicadores de aprendizado utilizados pelo Estado e seus respectivos resultados: [EF anos finais:] [Resultados]		226,75 e 232,51	
32.2	Informe outros indicadores de aprendizado utilizados pelo Estado e seus respectivos resultados: [EM:] [Indicadores]		2017 - Proeficiência Média dos Alunos em Português e Matemática - 1º e 3º Ano EM	
32.2	Informe outros indicadores de aprendizado utilizados pelo Estado e seus respectivos resultados: [EM:] [Resultados]		249,75 e 253,57; 270,58 e 268,32	

33	O Estado monitora a taxa de abandono dos estudantes dos ensinos fundamental e médio da rede estadual de ensino?		Sim	3
33.1	Existem metas traçadas para redução da taxa de abandono?		Sim	
33.2	Qual percentual alcançado das metas traçadas?		≥80%	
34.	Qual a taxa de aprovação e de abandono dos alunos da rede estadual? [EF anos iniciais:][Taxa de aprovação]		99,4	
34.	Qual a taxa de aprovação e de abandono dos alunos da rede estadual? [EF anos iniciais:][Taxa de abandono]		0,4	
34.	Qual a taxa de aprovação e de abandono dos alunos da rede estadual? [EF anos finais:][Taxa de aprovação]		84,5	
34.	Qual a taxa de aprovação e de abandono dos alunos da rede estadual? [EF anos finais:][Taxa de abandono]		3,1	
34.	Qual a taxa de aprovação e de abandono dos alunos da rede estadual? [EM:][Taxa de aprovação]		78,6	
34.	Qual a taxa de aprovação e de abandono dos alunos da rede estadual? [EM:][Taxa de abandono]		8,1	
35	O Estado possui levantamento da distorção idade-série para os ensinos fundamental e médio?		Sim	3
35.1	Existem metas traçadas para redução da distorção idade-série para os ensinos fundamental e médio?		Sim	
35.2	Qual percentual alcançado das metas traçadas?		≥80%	
<b>Subtotal - VIII. Indicadores Educacionais</b>		<b>6 quesitos</b>		
<b>IX - Índice Constitucional/Legal</b>				
36.	Qual percentual da receita vinculada aplicado na manutenção e desenvolvimento do ensino?	≥ 25% - 3 pontos < 25% - 0 ponto	< 25%	0
37.	Qual percentual dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) foi aplicado com remuneração de profissionais do magistério em efetivo exercício?	≥ 60% - 3 pontos < 60% - 0 ponto	≥ 60%	3
<b>Subtotal - IX. Índices</b>		<b>2 quesitos</b>		
<b>X - Governança</b>				

38.	Para o cálculo do Indicador de Avaliação do Planejamento – IAP, informe sobre a execução orçamentária das ações dos programas do PPA relativos às políticas públicas da educação: [a] A razão entre o número de ações cujo EFISi esteja entre 0,7 e 1,3 e o total de ações previstas, excluídas as não-orçamentárias*:] Ex: 0,7; 0,8; 1,3. Obs: EFISi = Execução físicai/Previsão física iniciali EFINI = Execução financeirai/Previsão financeira iniciali IEEOi = EFISi/EFINI onde i corresponde a cada uma das ações dos programas do PPA *total de ações que não têm execução financeira, ainda que tenham execução física.	Calcular IAP: Somar ((A + B + C) / 3)*100  IAP ≥ 80 - 05 IAP ≥ 60 - 04 IAP ≥ 40 - 03 IAP ≥ 20 - 02 IAP < 20 - 01	1,47*	4
38.	Para o cálculo do Indicador de Avaliação do Planejamento – IAP, informe sobre a execução orçamentária das ações dos programas do PPA relativos às políticas públicas da educação: [b] A razão entre o número de ações cujo EFINI esteja entre 0,7 e 1,3 e o total de ações previstas, excluídas as não-orçamentárias*:]Ex: 0,7; 0,8; 1,3.Obs:EFISi = Execução físicai/Previsão física inicialiEFINI = Execução financeirai/Previsão financeira inicialiIEEOi = EFISi/EFINI onde i corresponde a cada uma das ações dos programas do PPA*total de ações que não têm execução financeira, ainda que tenham execução física.		0,33	
38.	Para o cálculo do Indicador de Avaliação do Planejamento – IAP, informe sobre a execução orçamentária das ações dos programas do PPA relativos às políticas públicas da educação: [c] A razão entre o número de ações cujo Índice de Equilíbrio da Execução Orçamentária (IEEOi) esteja entre 0,7 e 1,3 e o total de ações previstas, excluídas as não-orçamentárias*:]		0,03	
<b>Subtotal - X. Governança</b>		<b>1 quesito</b>	<b>TOTAL</b>	<b>81</b>

**TOTALIZAÇÃO**

Quesitos: 38

Pontos máximos: 100

Pontos mínimos: 000

FÓRMULA MATEMÁTICA APLICADA APÓS ANÁLISE FATORIAL

$$i\text{-EDUC} = (\text{Somatório da pontuação de cada quesito})/100$$

**Peso da Dimensão Educação**

i-EDUC: 20/100 – 0,20 (20%)

\*Resposta alterada de “1,47” para “0,47”, conforme item 5 - Incongruências/ausências apuradas no preenchimento do IEGE.

**i-PLANEJ**

QUESITOS		PONTUAÇÃO	RESPOSTAS	PONTOS
<b>Dados do responsável pelo preenchimento do questionário</b>				
<b>Nome completo:</b> Sarah Cristina de Sales Mourão <b>Cargo / Função:</b> Diretora Central de Planejamento, Programação e Normas da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão <b>Masp:</b> m752467-1				
<b>I. Planejamento e Orçamento</b>				
1.	O estado possui Plano Estratégico, de longo prazo (mínimo de 12 anos), no qual se vinculam os demais instrumentos de planejamento?	Sim para as perguntas 1e 1.1 - 03 Sim para a 1 - 02	Sim	2
1.1	Existe participação da sociedade no processo de elaboração deste Plano Estratégico?	Não - 00	Não*	
2.	O Estado elabora diagnóstico e levantamento de problemas, necessidades, deficiências, antecedentes ao planejamento?	Sim para as perguntas 2. e 2.2 - 03 Não - 00	Sim	3
2.1	As dimensões do IEGE (Planejamento, Fiscal, Saúde, Educação, Meio-ambiente, Desenvolvimento Econômico e Segurança Pública) são diagnosticadas?	2.1 informativa	Sim	
2.2	Os problemas e/ou demandas diagnosticados são contemplados nos instrumentos de planejamento e orçamento?		Sim	
3.	O Estado disponibiliza ao Tribunal de Contas os instrumentos de planejamento e gestão (PPA, LDO e LOA) antes do envio ao Poder Legislativo?	Sim - 02 Não - 00	Não	0
4.	Os projetos de lei contendo os instrumentos de planejamento e orçamento (PPA, LDO, LOA) foram remetidos ao Poder Legislativo nos prazos legais estabelecidos?	Sim - 02 Não - 00	Sim	2
5.	O Poder Legislativo aprovou os instrumentos de planejamento e orçamento (PPA, LDO, LOA) nos prazos constitucionais?	Informativa	Sim	

\*Resposta alterada de “não” para “sim”, conforme item 5 - Incongruências/ausências apuradas no preenchimento do IEGE.



9.	Há monitoramento e avaliação da execução do PPA com emissão de relatórios periódicos e final?	Sim para a pergunta 9 e "programas" e "projetos" em 9.1 - 03 Sim para a "pergunta" 9 e "programas" em 9.1 - 02 Não - 00	Sim	0
9.1	Qual o conteúdo desses relatórios? [Programas Previstos e Executados]		Não	
9.1	Qual o conteúdo desses relatórios? [Projetos, atividades e operações especiais previstos e executados]		Não	
9.1	Qual o conteúdo desses relatórios? [Outros]		Os Relatórios Institucionais de Monitoramento apresentam as informações físicas e orçamentárias de todas as ações inseridas nos programas do PPAG 2016-2019, inclusive as relativas aos Programas Sociais, por Eixo e tipo de ação, de forma territorializada e comparando o valor inicialmente programado com o valor acumulado executado. Já o Relatório de Avaliação apresenta a execução global do plano, avaliação dos Eixos, desempenho consolidado das ações, regionalização do plano, evolução dos indicadores, principais resultados dos programas, avaliação da execução orçamentária dos programas por território de desenvolvimento e fontes de financiamento e avaliação da execução física e orçamentária das ações dos programas por território de desenvolvimento.	

## ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO ESTADUAL

10.	Para o cálculo do Indicador de Avaliação do Planejamento - IAP, informe sobre a execução orçamentária das ações dos programas do PPA: a) a razão entre o número de ações cujo EFISi esteja entre 0,7 e 1,3 e o total de ações previstas, excluídas as não-orçamentárias*. Ex: 0,7; 0,8; 1,3. Obs: EFISi = Execução física / Previsão física inicial   EFINi = Execução financeira / Previsão financeira inicial   EEOi = EFISi / EFINi onde i corresponde a cada uma das ações dos programas do PPA * total de ações que não têm execução financeira, ainda que tenham execução física.	Calcular IAP: Somar ((A + B + C) / 3) * 100   IAP ≥ 80 - 05   IAP ≥ 60 - 04   IAP ≥ 40 - 03   IAP ≥ 20 - 02   IAP < 20 - 01	0.59	3
10.	b) a razão entre o número de ações cujo EFINi esteja entre 0,7 e 1,3 e o total de ações previstas, excluídas as não-orçamentárias*.		0.38	
10.	c) a razão entre o número de ações cujo Índice de Equilíbrio da Execução Orçamentária (IEEOi) esteja entre 0,7 e 1,3 e o total de ações previstas, excluídas as não-orçamentárias*.		0.35	
11.	Há revisão anual do PPA para atualização e inclusão de novas demandas?	Sim - 03 Não - 00	Sim	3
<b>Subtotal - II. PPA</b>		<b>5 quesitos</b>		
<b>III. LDO</b>				
12.	A LDO estabelece as prioridades e metas do governo?	Sim - 03 Não - 00	Sim	3
13.	A LDO prevê, ao final de cada bimestre, critérios para limitação de empenho e movimentação financeira quando a execução da receita não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal?	Sim - 03 Não - 00	Sim	3
14.	A LDO prescreve condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas?	Sim - 03 Não - 00	Sim	3
15.	A LDO define critérios de contingenciamento?	Sim - 03 Não - 00	Sim	3
16.	A LDO dispõe normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos? Obs: Art. 4º, LRF.	Sim - 02 Não - 00	Sim	2
17.	O Anexo de Metas Fiscais integra a LDO, nos termos exigidos pela LRF? Obs: Art. 4º, § 1º e 2º, LRF.	Sim - 03 Não - 00	Sim	3

18.	O Anexo de Riscos Fiscais integra a LDO nos termos exigidos pela LRF, com a avaliação dos passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas? Obs: Art.4º, § 3º, LRF.	Sim para as perguntas 18 e 18.1 - 03 Sim para a pergunta 18 - 02 Não - 00	Sim	3
18.1	O Anexo foi elaborado em conformidade com o Manual de Demonstrativos Fiscais - MDF estabelecido pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN? Obs: Art. 50, §2º, LRF.		Sim	
<b>Subtotal - III. LDO</b>		<b>7 quesitos</b>		
<b>IV. LOA</b>				
19.	A LOA foi elaborada de forma compatível com o PPA e a LDO?	Sim - 03 Não - 00	Sim	3
20.	O conteúdo da lei orçamentária é desdobrado até o nível de elemento econômico da despesa?	Sim - 03 Não - 00	Sim	3
21.	Na lei orçamentária, qual o percentual para abertura de créditos adicionais por decreto?	> 20% - 01 > 10% ≤ 20% - 02 ≤ 10% - 03 Não há previsão - 00	> 20%	1
22.	As alterações orçamentárias decorrentes de remanejamento, transposição e transferência são realizadas mediante prévia autorização legislativa?	Sim - 02 Não - 00	Sim	2
23.	Qual percentual de emendas parlamentares incluídas no projeto de lei da LOA em relação ao total do orçamento? Ex: 0%, 10%, 20%, 50%, 100%.	Informativa	0,35	
<b>Subtotal - IV. LOA</b>		<b>5 quesitos</b>		
<b>V. Execução Orçamentária</b>				
24.	Qual o percentual, no ano avaliado, de alteração dos créditos orçamentários previstos na LOA? Obs: Alteração (%) = Créditos adicionais - Créditos anulados	> 40% - 0 > 20% ≤ 40% - 02 ≤ 20% - 03	≤ 20%	3
25.	Qual percentual de execução financeira das emendas parlamentares no orçamento do ano avaliado? Ex: 0%, 10%, 20%, 50%, 100%.	Informativa	0,06	
<b>Subtotal - V. Execução Orçamentária</b>		<b>2 quesitos</b>		
<b>VI. Participação Social</b>				
26.	Para a elaboração das peças orçamentárias (PPA/LDO/LOA), é garantida a participação social por meio de audiências públicas?	Sim - 03 Não - 00	Sim	3
27.	Há margem no orçamento destinada aos programas e/ou ações de projetos originários de participação popular?	Sim para pergunta 27 e 27.2 ≥ 70% - 02	Sim	1

## ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO ESTADUAL

27.1	Informe o percentual da margem de participação popular no orçamento do ano avaliado: Ex: 0%, 10%, 20%, 50%, 100%.	Sim para pergunta 27 e 27.2 <70% - 01 Não - 00	0,02	
27.2	Informe o percentual da execução financeira relativa aos programas e/ou projetos de participação popular no orçamento do ano avaliado:	27.1 informativa	< 70%	
28.	Qual a forma de realização das audiências públicas para a elaboração das peças orçamentárias? [Presencial]	Presenciais e pela internet - 02 Só uma das modalidades - 01 Outros - informativa	Sim	1
28.	Qual a forma de realização das audiências públicas para a elaboração das peças orçamentárias? [Internet]		Não	
28.	Qual a forma de realização das audiências públicas para a elaboração das peças orçamentárias? [Outros]			
29.	Quais canais de comunicação são utilizados pelo Estado para divulgação e anúncio dos resultados das audiências públicas e das coletas de sugestões? Internet Diário Oficial Jornal de grande circulação Outros (especificar)	Internet	Sim	1
29.	Quais canais de comunicação são utilizados pelo Estado para divulgação e anúncio dos resultados das audiências públicas e das coletas de sugestões? Internet Diário Oficial Jornal de grande circulação Outros (especificar) Mais de uma forma de divulgação - 02 Uma forma de divulgação - 01 Outros - informativa	Diário Oficial	Não	
29.	Quais canais de comunicação são utilizados pelo Estado para divulgação e anúncio dos resultados das audiências públicas e das coletas de sugestões? Internet Diário Oficial Jornal de grande circulação Outros (especificar)	Jornal de grande circulação	Não	
30.	As audiências públicas são realizadas de forma regionalizada?	Sim - 02 Não - 00	Sim	2
31.	Informe o número de audiências públicas realizadas no ano avaliado:  Audiências de planejamento ≥ 5 - 02 Audiências de planejamento ≥ 1 e < 5 - 01 Audiências de planejamento < 1 - 00  b) informativa	a) audiências públicas de planejamento	≥ 5 audiências de planejamento	2

## ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO ESTADUAL

31.	Informe o número de audiências públicas realizadas no ano avaliado:	b) audiências públicas de monitoramento	< 1 audiência de monitoramento	2	
32.	Existem mecanismos que permitem o monitoramento da inclusão e da implementação das demandas levantadas nas audiências públicas pelos órgãos de controle e pela sociedade?	32 Sim - 02 Não - 00 32.1 informativa	Sim		
32.1	Especificar	No orçamento estadual há o Identificador de Procedência e Uso (IPU) nº 4: Recursos Recebidos para Atendimento de Demandas de Participação Cidadã.	Na Lei Orçamentária Anual consta o Identificador de Procedência e Uso (IPU) nº 4: Recursos Recebidos para Atendimento de Demandas de Participação Cidadã.	3	
<b>Subtotal - VI. Participação Social</b>		<b>7 quesitos</b>			
<b>VII. Institucional</b>					
33.	No Estado, existe órgão responsável pelo controle interno criado por lei?	Sim para todas as perguntas - 03Sim para pergunta 33 e sim de 2 a 3 perguntas de 33.1 a 33.4 - 02Sim para pergunta 33 e sim para apenas 1 pergunta de 33.1 a 33.4 - 01Não - 00	Sim		
33.1	O controle interno é independente e tem acesso a todas as informações da administração?		Sim		
33.2	As atribuições do controle interno são formalmente definidas?		Sim		
33.3	O controle interno monitora os indicadores (metas) e avalia os resultados quanto à eficácia e eficiência e à efetividade da gestão orçamentária, financeira e patrimonial?		Sim		
33.4	O controle interno apoia o controle externo na sua missão institucional e dá ciência ao TCE quando toma conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade?		Sim		
34.	Em cada órgão e entidade de governo existe setor estruturado para efetuar e monitorar a execução do seu planejamento?	Sim - 03 Não - 00	Sim	3	
35.	Existe carreira específica para servidores com habilidade técnica de planejamento gestão e orçamento?	Sim para a pergunta 35 - 02 Não para a	Sim	2	

35.1	Não havendo carreira específica, os servidores responsáveis ou que cuidam dessas atividades têm dedicação exclusiva à matéria?	pergunta 35 e sim para 35.1 - 01 Não para as duas perguntas - 00		1	
36.	Há capacitação específica para os servidores responsáveis pelo planejamento?	Sim e ≥ 40 horas - 03 Sim e ≥ 20 e < 40 horas - 02	Sim		
36.1	Qual a carga horária anual da capacitação?	Sim e < 20 horas - 01 Não - 00 36.1 informativa	< 20 horas		
37.	O Estado adota manual/tutorial para o planejamento e sua execução, objetivando a gestão do conhecimento? Obs: Manual/tutorial físico e/ou virtual.	Sim - 02 Não - 00	Sim		2
38.	Há sistema informatizado para auxiliar na elaboração, monitoramento e avaliação do planejamento?	Sim para as perguntas 38 e 38.1 - 02	Sim		2
38.1	O sistema informatizado é multiusuário? Obs: Sistema que permite acesso simultâneo por múltiplos usuários.	Sim para a pergunta 38 - 01 Não - 00	Sim		
39.	Na estrutura administrativa central do Estado, há órgão voltado para consolidação, monitoramento e avaliação do planejamento e sua execução (PPA, LDO e LOA)?	Sim - 03 Não - 00	Sim		3
40.	Na estrutura administrativa do Estado, há unidade de Centro de Governo, responsável pela governança?	Sim - 03 Não - 00	Sim		3
<b>Subtotal - VII. Institucional</b>		<b>8 quesitos</b>	<b>TOTAL</b>	<b>83</b>	

**TOTALIZAÇÃO**

Quesitos: 40

Pontos máximos: 100

Pontos mínimos: 000

FÓRMULA MATEMÁTICA APLICADA APÓS ANÁLISE FATORIAL

$$i\text{-PLANEJ} = (\text{Somatório da pontuação de cada quesito})/100$$

**Peso da Dimensão Planejamento**

$$i\text{-PLANEJ}: 10/100 = 0,10 (10\%)$$

**I-SAÚDE**

QUESITOS	PONTUAÇÃO	RESPOSTAS	PONTOS
<b>Dados do responsável pelo preenchimento do questionário</b>			
<b>Nome completo:</b> Renata Beatriz Faria de Abreu <b>Cargo / Função:</b> EPGS - Técnica da Assessoria de Planejamento da SES/MG <b>Masp:</b> 1198538-9			
<b>I. Promoção e Vigilância em Saúde</b>			
1. O Estado dispõe de política de promoção da saúde para nortear as ações a serem executadas pelos municípios?	Sim – 02 Não – 00	Sim	2
2. O Estado realizou campanha anual de prevenção ou incentivo no ano avaliado? Ex.: Aleitamento materno, combate ao tabagismo, hipertensão, diabetes, combate ao uso de drogas e álcool e outros. A orientação passada durante as consultas não configura campanha anual ou incentivo.	≥ 5 campanhas - 02 < 5 campanhas - 01	≥ 5 campanhas	2
3. Informe a proporção de cobertura vacinal alcançada no ano avaliado, para crianças menores de 2 anos de idade: [Pentavalente (3ª dose):] Obs: Vacinas selecionadas do Calendário Nacional de Vacinação.	≥ 95% e ≤ 100% - 03 ≥ 70% e < 95% - 02 ≥ 50% e < 70% - 01 < 50% - 00 Média dos pontos percentuais nas alternativas a), b), c), e d).	92,69	2
3. Informe a proporção de cobertura vacinal alcançada no ano avaliado, para crianças menores de 2 anos de idade: b) Pneumocócica 10-Valente (2ª dose): Obs: Vacinas selecionadas do Calendário Nacional de Vacinação.		95,82	
3. Informe a proporção de cobertura vacinal alcançada no ano avaliado, para crianças menores de 2 anos de idade: c) Poliomielite (3ª dose): Obs: Vacinas selecionadas do Calendário Nacional de Vacinação.		92,41	
3. Informe a proporção de cobertura vacinal alcançada no ano avaliado, para crianças menores de 2 anos de idade: d) Tríplice Viral (1ª dose): Obs: Vacinas selecionadas do Calendário Nacional de Vacinação.		95,03	
4. Informe a proporção de cobertura vacinal alcançada no ano avaliado, para adolescentes: [HPV (meninas: 9 a 14 anos):] Obs: Vacinas selecionadas do Calendário Nacional de Vacinação.	≥ 80% e ≤ 100% - 03 ≥ 60% e < 80% - 02 ≥ 40% e < 60% - 01 < 40% - 00 Média dos percentuais nos itens a) e b)	2,32	0

4.	4. Informe a proporção de cobertura vacinal alcançada no ano avaliado, para adolescentes: [HPV (meninos: 11 a 14 anos):]		15,06	
4.	4. Informe a proporção de cobertura vacinal alcançada no ano avaliado, para adolescentes: [Meningo C (12 a 13 anos reforço):]		28,79	
5.	5. Informe a proporção de cobertura vacinal alcançada no ano avaliado, para adultos: [Hepatite B (3ª dose):]Obs: Vacinas selecionadas do Calendário Nacional de Vacinação.	≥ 95% e ≤ 100% ≥ 70% e < 95% ≥ 50% e < 70% < 50% Informativa	70,85	3
5.	5. Informe a proporção de cobertura vacinal alcançada no ano avaliado, para adultos: [Tríplice Viral (2ª dose):] Obs: Vacinas selecionadas do Calendário Nacional de Vacinação.		57,13	
5.	5. Informe a proporção de cobertura vacinal alcançada no ano avaliado, para adultos: [Dupla Adulto:] Obs: Vacinas selecionadas do Calendário Nacional de Vacinação.		44,62	
6.	6. Informe a proporção de cobertura vacinal alcançada do imunobiológico Influenza no ano avaliado para a população acima de 60 anos: Obs: Proporção recomendada no Calendário Nacional de Vacinação.	≥ 90% e ≤ 100% - 03 ≥ 70% e < 90% - 02 ≥ 50% e < 70% - 01 < 50% - 00	≥ 90% e ≤ 100%	
7.	7. Informe o quantitativo, no Estado, de casos prováveis, confirmados e de óbitos por dengue, bem como a proporção de redução ou evolução em relação ao exercício anterior ao ano avaliado: [casos prováveis:][Quantitativo:]	redução de pelo menos 5% nos casos de óbitos confirmados e redução de casos notificados de pelo menos 2,5% - 03 redução de pelo menos 5% nos casos de óbitos confirmados ou redução de casos notificados de pelo menos 2,5% - 01- sem redução - 00 7. b) informativa	29329	
7.	7. Informe o quantitativo, no Estado, de casos prováveis, confirmados e de óbitos por dengue, bem como a proporção de redução ou evolução em relação ao exercício anterior ao ano avaliado: [casos prováveis:][Redução (%):]		0	1
7.	7. Informe o quantitativo, no Estado, de casos prováveis, confirmados e de óbitos por dengue, bem como a proporção de redução ou evolução em relação ao exercício anterior ao ano avaliado: [casos prováveis:][Evolução (%):]		13	
7.	7. Informe o quantitativo, no Estado, de casos prováveis, confirmados e de óbitos por dengue, bem como a proporção de redução ou evolução em relação ao exercício anterior ao ano avaliado: [casos confirmados:][Quantitativo:]		23345	

7.	Informe o quantitativo, no Estado, de casos prováveis, confirmados e de óbitos por dengue, bem como a proporção de redução ou evolução em relação ao exercício anterior ao ano avaliado: [casos confirmados:][Redução (%):]		0	3
7.	Informe o quantitativo, no Estado, de casos prováveis, confirmados e de óbitos por dengue, bem como a proporção de redução ou evolução em relação ao exercício anterior ao ano avaliado: [casos confirmados:][Evolução (%):]		20	
7.	Informe o quantitativo, no Estado, de casos prováveis, confirmados e de óbitos por dengue, bem como a proporção de redução ou evolução em relação ao exercício anterior ao ano avaliado: [óbitos confirmados:][Quantitativo:]		12	
7.	Informe o quantitativo, no Estado, de casos prováveis, confirmados e de óbitos por dengue, bem como a proporção de redução ou evolução em relação ao exercício anterior ao ano avaliado: [óbitos confirmados:][Redução (%):]		37	
7.	Informe o quantitativo, no Estado, de casos prováveis, confirmados e de óbitos por dengue, bem como a proporção de redução ou evolução em relação ao exercício anterior ao ano avaliado: [óbitos confirmados:][Evolução (%):]		0	
8.	Informe o quantitativo, no Estado, de casos prováveis, confirmados e de óbitos por chikungunya, bem como a proporção de redução ou evolução em relação ao exercício anterior ao ano avaliado: [casos prováveis:][Quantitativo:] Obs: Preencher Redução (%) ou evolução (%). Nos campos sem preenchimento, colocar 9999.	redução de pelo menos 5% nos casos de óbitos confirmados e redução de casos notificados de pelo menos 2,5% - 03 redução de pelo menos 5% nos casos de óbitos confirmados ou redução de casos notificados de pelo menos 2,5% - 01 sem redução - 00 8. b) informativa	11,75*	
8.	Informe o quantitativo, no Estado, de casos prováveis, confirmados e de óbitos por chikungunya, bem como a proporção de redução ou evolução em relação ao exercício anterior ao ano avaliado: [casos prováveis:][Redução (%):]		28	
8.	Informe o quantitativo, no Estado, de casos prováveis, confirmados e de óbitos por chikungunya, bem como a proporção de redução ou evolução em relação ao exercício anterior ao ano avaliado: [casos prováveis:][Evolução (%):]		0	

\*Resposta alterada de “11,75” para “11.743”, conforme item 5 - Incongruências/ausências apuradas no preenchimento do IEGE.

8.	Informe o quantitativo, no Estado, de casos prováveis, confirmados e de óbitos por chikungunya, bem como a proporção de redução ou evolução em relação ao exercício anterior ao ano avaliado: [casos confirmados:][Quantitativo:]		11138	
8.	Informe o quantitativo, no Estado, de casos prováveis, confirmados e de óbitos por chikungunya, bem como a proporção de redução ou evolução em relação ao exercício anterior ao ano avaliado: [casos confirmados:][Redução (%):]		19	
8.	Informe o quantitativo, no Estado, de casos prováveis, confirmados e de óbitos por chikungunya, bem como a proporção de redução ou evolução em relação ao exercício anterior ao ano avaliado: [casos confirmados:][Evolução (%):]		0	
8.	Informe o quantitativo, no Estado, de casos prováveis, confirmados e de óbitos por chikungunya, bem como a proporção de redução ou evolução em relação ao exercício anterior ao ano avaliado: [óbitos confirmados:][Quantitativo:]		2	
8.	Informe o quantitativo, no Estado, de casos prováveis, confirmados e de óbitos por chikungunya, bem como a proporção de redução ou evolução em relação ao exercício anterior ao ano avaliado: [óbitos confirmados:][Redução (%):]		87	3
8.	Informe o quantitativo, no Estado, de casos prováveis, confirmados e de óbitos por chikungunya, bem como a proporção de redução ou evolução em relação ao exercício anterior ao ano avaliado: [óbitos confirmados:][Evolução (%):]		0	
9.	Informe o quantitativo, no Estado, de casos prováveis, confirmados e de óbitos por zika, bem como a proporção de redução ou evolução em relação ao exercício anterior ao ano avaliado: [casos prováveis:][Quantitativo:] Obs: Preencher Redução (%) ou evolução (%). Nos campos sem preenchimento, colocar 9999.		169	
9.	Informe o quantitativo, no Estado, de casos prováveis, confirmados e de óbitos por zika, bem como a proporção de redução ou evolução em relação ao exercício anterior ao ano avaliado: [casos prováveis:][Redução (%):] Obs: Preencher Redução (%) ou evolução (%). Nos campos sem preenchimento, colocar 9999.	redução de pelo menos 5% nos casos de óbitos confirmados e redução de casos notificados de pelo menos 2,5% - 03 redução de pelo menos 5% nos casos de óbitos confirmados ou redução de casos notificados de pelo menos 2,5% - 01 sem redução - 00	76	
		9. b) informativa		

9.	Informe o quantitativo, no Estado, de casos prováveis, confirmados e de óbitos por zika, bem como a proporção de redução ou evolução em relação ao exercício anterior ao ano avaliado: [casos prováveis:][Evolução (%):]			0	
9.	Informe o quantitativo, no Estado, de casos prováveis, confirmados e de óbitos por zika, bem como a proporção de redução ou evolução em relação ao exercício anterior ao ano avaliado: [casos confirmados:][Quantitativo:]			85	
9.	Informe o quantitativo, no Estado, de casos prováveis, confirmados e de óbitos por zika, bem como a proporção de redução ou evolução em relação ao exercício anterior ao ano avaliado: [casos confirmados:][Redução (%):]			85	
9.	Informe o quantitativo, no Estado, de casos prováveis, confirmados e de óbitos por zika, bem como a proporção de redução ou evolução em relação ao exercício anterior ao ano avaliado: [casos confirmados:][Evolução (%):]			0	
9.	Informe o quantitativo, no Estado, de casos prováveis, confirmados e de óbitos por zika, bem como a proporção de redução ou evolução em relação ao exercício anterior ao ano avaliado: [óbitos confirmados:][Quantitativo:]			0	
9.	Informe o quantitativo, no Estado, de casos prováveis, confirmados e de óbitos por zika, bem como a proporção de redução ou evolução em relação ao exercício anterior ao ano avaliado: [óbitos confirmados:][Redução (%):]			0	
9.	Informe o quantitativo, no Estado, de casos prováveis, confirmados e de óbitos por zika, bem como a proporção de redução ou evolução em relação ao exercício anterior ao ano avaliado: [óbitos confirmados:][Evolução (%):]			0	
10.	Qual o coeficiente de incidência de tuberculose no Estado? Obs.: Incluir todas as formas de tuberculose.	≤ 0,1 - 2 > 0,1 - 0		> 0,1	0
11.	Qual o coeficiente de mortalidade de tuberculose no Estado? Obs.: Incluir todas as formas de tuberculose.	≤ 0,1 - 2 > 0,1 - 0		> 0,1	0
12.	Qual o percentual de cura dos casos novos de tuberculose no Estado? Obs.: Incluir todas as formas de tuberculose.	≥ 85% - 2 < 85% - 0		< 85%	0
13.	Qual a proporção de cura dos casos novos de hanseníase diagnosticados nos anos de coorte? Obs: Coortes: 2014 para Multibacilar e 2015 para Paucibacilar.	≥ 88% - 2 < 88% - 0		< 88%	0
14.	Qual o número de casos autóctones de malária?	14 informativa		0	
14.1	Houve redução do número de casos em relação ao exercício anterior ao ano avaliado?	14.1 Sim - 02 Não - 00		Sim	2
15.	Qual o número de casos novos de sífilis congênita em menores de 1 ano de idade?	15 informativa		1827	
15.1	Houve redução do número de casos novos em relação ao exercício anterior ao ano avaliado?	15.1 Sim - 02 Não - 00		Não	0

16.	Qual o número de casos novos de AIDS em menores de 5 anos?	16 informativa 16.1 Sim - 02 Não - 00	3	2
16.1	Houve redução do número de casos novos em relação ao ano anterior?		Sim	
17.	Qual a taxa de mortalidade prematura na faixa etária de 30 a 69 anos no ano avaliado? Ex.: Ex: 0%, 10%, 20%, 50%, 100%.	Sim para pergunta 17.1 e 17.2 $\geq 2\%$ - 02 Sim para pergunta 17.1 e 17.2 $< 2\%$ - 01	285,46	2
17.1	Houve redução da taxa em relação ao exercício anterior ao ano avaliado?	Não - 00 17 informativa	Sim	
17.2	Informe o percentual de redução Ex.: Ex: 0%, 10%, 20%, 50%, 100%.		$\geq 2\%$	
18.	Qual a proporção de registro de óbitos por causa básica definida no ano avaliado em relação ao total de óbitos não fetais?	$\geq 95\%$ - 02 $< 95\%$ - 00	$< 95\%$	0
19.	Qual a proporção de exames citopatológicos do colo do útero realizados em mulheres de 25 a 64 anos em relação à população de mulheres com a mesma faixa etária? Ex: 0%, 10%, 20%, 50%, 100%.	19 informativa 19.1 Sim - 02 Não - 00	0,48	0
19.1	Houve ampliação do número de exames realizados em relação ao exercício anterior ao ano avaliado?		Não	
20.	Qual a proporção de exames de mamografia de rastreamento realizados em mulheres de 50 a 69 anos em relação à população de mulheres com a mesma faixa etária? Ex: 0%, 10%, 20%, 50%, 100%.	20 informativa 20.1 Sim - 02 Não - 00	32	0
20.1	Houve ampliação do número de exames realizados em relação ao ano anterior ao ano avaliado?		Não	
<b>Subtotal - I. Promoção e Vigilância em Saúde</b>		<b>20 quesitos</b>		
<b>II. Saúde Materna e Infantil</b>				
21.	Qual a taxa de mortalidade infantil da faixa etária de 0 a menor de 1 ano? Ex: 0%, 10%, 20%, 50%, 100%.	21 informativa 21.1 Sim - 02 Não - 00	10,96	2
21.1	Houve redução da taxa de mortalidade em relação ao exercício anterior ao ano avaliado?		Sim	
22.	Houve redução, no Estado, no número de óbitos maternos em relação ao exercício anterior ao ano avaliado?	22 Sim - 02 Não - 00 22.1 informativa 22.2 informativa	Sim	2
22.1	Informe o número de casos no ano avaliado:		88	0
22.2	Qual a proporção no Estado de mortalidade materna entre o último exercício e o ano avaliado? Ex: 0%, 10%, 20%, 50%, 100%.		33,56	
23.	Qual a proporção de parto normal nas unidades da rede estadual de saúde?	$\leq 70\%$ - 02 $> 70\%$ - 00	$\leq 70\%$	
24.	Qual a proporção de gravidez na adolescência entre as faixas etárias de 10 a 19 anos? Ex: 0%, 10%, 20%, 50%, 100%.	Informativa	12,88	

<b>Subtotal - II. Saúde Materna e Infantil</b>		<b>4 quesitos</b>			
<b>III. Atenção Primária</b>					
25.	O Estado dispõe de política de saúde voltada para os povos e comunidades tradicionais?	Sim - 2 Não - 0		Sim	2
<b>Subtotal - III. Atenção Primária</b>		<b>1 quesito</b>			
<b>IV. Assistência Ambulatorial e Hospitalar</b>					
26.	Qual o número de leitos credenciados pelo SUS no ano avaliado?	26 informativa		30747	
26.1	Houve ampliação no número de leitos credenciados pelo SUS no ano avaliado?	26.1 Sim - 03 Não - 00		Não	0
26.2	Qual a proporção da ampliação em relação ao exercício anterior? Ex: 0%, 10%, 20%, 50%, 100%.	26.2 informativa			
27.	O Estado dispõe de gestão de estoque dos insumos para operacionalização de unidades da rede própria estadual de assistência em saúde? Obs: Controle de estoque mínimo, variação de estoque dos produtos, tais como luvas, capotes, gorros, máscaras e seringas.	Sim - 1 Não - 0		Sim	1
28.	O atendimento das unidades da rede própria estadual de assistência em saúde já foi interrompido? Obs: No mínimo 1 dia de fechamento da unidade.	28 Sim - 00 Não - 01		Sim	0
28.1	O atendimento foi interrompido por falta de: [pessoal]	28.1 informativa		Sim	
28.1	O atendimento foi interrompido por falta de: [insumos]			Sim	
28.1	O atendimento foi interrompido por falta de: [recursos financeiros]			Sim	
29.	O Estado dispõe de gestão de descarte dos resíduos hospitalares?	Sim - 2 Não - 0		Sim	2
<b>Subtotal - IV. Assistência Ambulatorial e Hospitalar</b>		<b>4 quesitos</b>			
<b>V. Média e Alta Complexidade</b>					
30.	Qual percentual de CAPS com pelo menos 12 registros de matriciamentos para a atenção básica? Obs1: CAPS – Centro de Atenção Psicossocial. Obs2: Matriciamento: suporte realizado por profissionais de diversas áreas especializadas dado a uma equipe interdisciplinar com o intuito de ampliar o campo de atuação e qualificar suas ações.	100% - 03 ≥ 70% e < 100% - 02 ≥ 40% e < 70% - 01 < 40% - 0		< 40%	0
<b>Subtotal - V. Média e Alta Complexidade</b>		<b>1 quesito</b>			
<b>VI. Urgência e Emergência</b>					
31.	Qual percentual da cobertura do SAMU ou outro serviço similar de atendimento de urgência sob a responsabilidade do Estado?	100% - 03 ≥ 80% e < 100% - 02 ≥ 40% e < 80% - 01 < 40% - 00		≥ 40% e < 80%	1
<b>Subtotal - VI. Urgência e Emergência</b>		<b>1 quesito</b>			
<b>VII. Assistência Farmacêutica</b>					

32.	Qual o tempo médio entre o protocolo da solicitação e o primeiro fornecimento de medicamentos especializados?	≤ 40 dias - 03 > 40 e ≤ 80 dias - 02 > 80 e ≤ 120 dias - 01 > 120 dias - 0	≤ 40 dias	3
<b>Subtotal - VII. Assistência Farmacêutica</b>		<b>1 quesito</b>		
<b>VIII. Transplante de Órgãos</b>				
33.	O Estado dispõe de política estruturada de transplante de órgãos?	Sim - 02 Não - 00	Sim	2
34.	Qual o número de doações de múltiplos órgãos no ano avaliado?	34.1 Sim - 02 Não - 00	207	0
34.1	Houve aumento das doações em relação ao exercício anterior ao ano avaliado?	34, 34.2 e 34.3 informativas	Não	
34.2	Informe o percentual correspondente ao aumento: Ex: 10%, 20%, 50%, 100%.			
34.3	Qual percentual de concretização de doação de múltiplos órgãos pós-notificação? Ex: 0%, 10%, 20%, 50%, 100%.		33	
35.	Qual o número de transplantes de córneas realizadas no ano avaliado?	35.1 Sim - 02 Não - 00	1204	0
35.1	Houve aumento de transplantes de córneas em relação ao exercício anterior?	35 e 35.2 informativa	Não	
35.2	Informe o percentual correspondente ao aumento: Ex: 10%, 20%, 50%, 100%.			
36.	Qual o índice de aproveitamento dos múltiplos órgãos doados para transplante? Ex: 10%, 20%, 50%, 100%.	Informativa	90	
<b>Subtotal - VIII. Transplante de Órgãos</b>		<b>4 quesitos</b>		
<b>IX. Banco de Sangue e Células-tronco</b>				
37.	O Estado possui banco de sangue público?	Sim - 02 Não - 00	Sim	2
37.1	O estoque de sangue no banco é suficiente para suprir a demanda necessária?	37.1 informativa	Não	
38.	O Estado promove campanhas para incentivar a doação de sangue?	38.1 Sim - 03 Não - 00	Sim	3
38.1	Houve aumento das doações em relação ao ano anterior?	38. informativa	Não	
39.	Qual o percentual de transfusões SUS, realizadas por hemocentro estadual, em relação ao total de transfusões SUS realizadas no Estado? Ex: 0%, 10%, 20%, 50%, 100%.	Informativa	92	
40.	O Estado dispõe de banco público de células-tronco de sangue de cordão umbilical?	Informativa	Sim	
<b>Subtotal - IX. Banco de Sangue e Células-tronco</b>		<b>4 quesitos</b>		
<b>X. Controle Social</b>				
41.	O Estado possui Ouvidoria de Saúde em funcionamento?	Sim - 2 Não - 0	Sim	2

## ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO ESTADUAL

42.	Qual o tempo médio de resposta da Ouvidoria de Saúde do Estado?	≥ 10 dias - 0 < 10 dias - 2	≥ 10 dias	0
<b>Subtotal - X. Controle Social</b>		<b>2 quesitos</b>		
<b>XI. Conselho Estadual de Saúde</b>				
43.	Quantas reuniões foram realizadas pelo Conselho Estadual de Saúde no ano avaliado? Obs: Não considerar reuniões de nomeações/exclusão de membros ou outro assunto não relacionado à natureza do Conselho.	≥ 6 reuniões - 02 < 6 reuniões - 00	≥ 6 reuniões	2
44.	Os instrumentos do Sistema de Planejamento do SUS foram enviados no prazo legal ao Conselho Estadual de Saúde? Obs: Planos de Saúde e Relatório de Gestão.	Sim - 01 Não - 00	Não	0
45.	Os instrumentos do Sistema de Planejamento do SUS do exercício anterior foram analisados pelo Conselho Estadual de Saúde? Obs.: Plano de Saúde, Programação Anual de Saúde e Relatório de Gestão.	Informativa	Não	0
<b>Subtotal - XI. Conselho Estadual de Saúde</b>		<b>3 quesitos</b>		
<b>XII. Índice Constitucional</b>				
46.	Qual percentual da receita vinculada aplicado em ações e serviços públicos de saúde a que se refere a EC n. 29/00?	≥ 12% - 3 pontos < 12% - 0 ponto	< 12%	0
47.	Na apuração do percentual mínimo em ações e serviços públicos de saúde, determinado pela EC 29/00, estão sendo observadas as disposições contidas na LC 141/12?	Sim - 3 Não - 0	Não	0
<b>Subtotal - XII. Índice Constitucional</b>		<b>2 quesitos</b>		
<b>XIII. Gestão/Governança</b>				
48.	O Estado disponibiliza, em local acessível ao público nas unidades da rede própria estadual de assistência em saúde, escala atualizada de serviço incluindo nome e horário de entrada e saída dos profissionais de saúde?	Sim - 02 Não - 00	Não	0
49.	Existe controle de tempo de atendimento aos pacientes, horário de entrada x horário de início do atendimento médico, nas unidades da rede própria estadual de assistência em saúde?	Sim - 01 Não - 00	Não	0

50.	Para o cálculo do Indicador de Avaliação do Planejamento - IAP, informe sobre a execução orçamentária das ações dos programas do PPA relativos às políticas públicas da saúde: [a] A razão entre o número de ações cujo EFISi esteja entre 0,7 e 1,3 e o total de ações previstas, excluídas as não-orçamentárias*:] a) a razão entre o número de ações cujo EFISi esteja entre 0,7 e 1,3 e o total de ações previstas, excluídas as não-orçamentárias*. Ex: 0,7; 0,8; 1,3. Obs: EFISi = Execução físicai/Previsão física iniciali EFINi = Execução financeirai/Previsão financeira iniciali IEEOi = EFISi/EFINi onde i corresponde a cada uma das ações dos programas do PPA *total de ações que não têm execução financeira, ainda que tenham execução física.	Calcular IAP: Somar ((A + B + C) / 3)*100  IAP ≥ 80 - 05 IAP ≥ 60 - 04 IAP ≥ 40 - 03 IAP ≥ 20 - 02 IAP < 20 - 01	0,65*	3
50.	Para o cálculo do Indicador de Avaliação do Planejamento - IAP, informe sobre a execução orçamentária das ações dos programas do PPA relativos às políticas públicas da saúde: [b] A razão entre o número de ações cujo EFINi esteja entre 0,7 e 1,3 e o total de ações previstas, excluídas as não-orçamentárias*:]		0,4*	
50.	Para o cálculo do Indicador de Avaliação do Planejamento - IAP, informe sobre a execução orçamentária das ações dos programas do PPA relativos às políticas públicas da saúde: [c] A razão entre o número de ações cujo Índice de Equilíbrio da Execução Orçamentária (IEEOi) esteja entre 0,7 e 1,3 e o total de ações previstas, excluídas as não-orçamentárias*:]		52,89*	
<b>Subtotal - XIII. Governança</b>		<b>3 quesitos</b>	<b>TOTAL</b>	<b>49</b>
<b>TOTALIZAÇÃO</b>		<b>Peso da Dimensão Saúde</b>		
Quesitos: 50		i-SAÚDE: 20/100 = 0,20 (20%)		
Pontos máximos: 100				
Pontos mínimos: 000				
FÓRMULA MATEMÁTICA APLICADA APÓS ANÁLISE FATORIAL				
<b>i-SAÚDE = (Somatório da pontuação de cada quesito)/100</b>				

\* Respostas alteradas: 50(a) de "0,65" para "0,77", 50(b) de "0,4" para "0,43" e 50(c) de "52,89" para "0,41", conforme item 5 - Incongruências/ausências apuradas no preenchimento do IEGE.

**i-SEGP**

QUESITOS	PONTUAÇÃO	RESPOSTAS	PONTOS
<b>Dados do responsável pelo preenchimento do questionário</b>			
<p><b>Nome completo:</b> Ênio Moreira Azzi  <b>Cargo / Função:</b> Chefe de Gabinete da Secretaria de Estado de Segurança Pública  <b>Masp:</b> 1.475.001-2</p>			
<b>I. Políticas de Segurança Pública</b>			
1.	O Estado possui uma política pública específica para a prevenção social à criminalidade?	Sim para as perguntas 1, 1.1 e 1.3 - 03 Sim, para a pergunta 1 e para 1.1 ou 1.3 - 02 Sim, somente para a a pergunta 1 - 01 Não - 00 1.2 Informativa	Sim
1.1	Existe avaliação da eficácia da política?		Não
			1

1.2	Quem é a população-alvo?		Para fins da Política de Prevenção Social à Criminalidade, entende-se como grupos mais vulneráveis a violências e criminalidades o seguinte público: • Adolescentes, jovens e moradores de territórios com maior concentração de crimes de homicídios e outras violências; • Pessoas em cumprimento de Alternativas Penais; • Pessoas egressas do sistema prisional e seus familiares. Em relação ao Programa Educacional de Resistência às Drogas e Violência: crianças e adolescentes de 05 e 18 anos, além de pais e responsáveis. Em relação à Patrulha de Prevenção à Violência Doméstica, o público-alvo são as mulheres vítimas de violência doméstica, que se inscrevam para o atendimento pela patrulha. Em relação ao Programa Mediação de Conflito da Polícia Civil: Vítimas e autores de fatos.	
1.3	A política é abrangente o bastante para cobrir toda a população-alvo?		Não	
2.	O Estado possui política pública específica voltada ao acompanhamento de medidas socioeducativas a adolescentes infratores?	Sim, para as perguntas 2, 2.1 e 2.3 - 03 Sim, para a pergunta 2 e para 2.1 ou 2.3 - 02	Sim	1
2.1	Existe avaliação da eficácia desta política?	Sim, somente para a a pergunta 2 - 01 Não - 00	Não	
2.2	Quem é a população-alvo?	2.2 Informativa	Adolescentes sentenciados a medida socioeducativa de internação e semiliberdade	
2.3	A política é abrangente o bastante para cobrir toda a população-alvo?		Não	
3.	O Estado possui uma política pública voltada para o combate ao tráfico de drogas?	Sim para perguntas 3 e 3.1 - 03 Sim apenas para pergunta 3 - 2 Não - 00	Sim	
3.1	Existe avaliação da eficácia desta política?		Sim	3
4.	O Estado possui política pública voltada para o combate ao uso de drogas que contemple ações de:	Sim para perguntas 4 a) e b) e 4.1 - 03 Sim para 4 a) ou b) - 02 Não - 00		2
4.	O Estado possui política pública voltada para o combate ao uso de drogas que contemple ações de: a) conscientização, informação e prevenção:		Sim	

4.	O Estado possui política pública voltada para o combate ao uso de drogas que contemple ações de: b) acolhimento, tratamento, redução de riscos de usuários de drogas:		Sim	2
4.1	Existe avaliação da eficácia desta política?		Não	
5.	O Estado possui política pública voltada à inclusão social de egressos do Sistema Prisional?	Sim para perguntas 5, 5.1 e 5.2 - 03 Sim apenas para a pergunta 5 - 02 Não - 00 5.3 informativa	Sim	
5.1	Existe avaliação da eficácia desta política?		Não	
5.2	Existem ações de sensibilização dirigidas à sociedade visando a redução do preconceito e inclusão social?		Sim	
5.3	Cite as ações:		Sensibilização das instituições parceiras para o atendimento das demandas apresentadas pelos egressos, articulação com a Rede do Município, grupos reflexivos, discussões de casos com a rede de proteção social, atendimentos e orientações aos familiares.	
<b>Subtotal - I. Políticas de Segurança Pública</b>		<b>5 quesitos</b>		
<b>II. Sistema Prisional</b>				
6.	O Estado possui registro do número da população prisional – presos condenados e provisórios – em seu território?	6 Sim - 02 Não - 00 6.1 Informativa	Sim	2
6.1	Qual o número total registrado em 31 de dezembro do ano avaliado: a) Presos Condenados:		33625	
6.1	Qual o número total registrado em 31 de dezembro do ano avaliado: b) Presos Provisórios:		37777	
7.	O Estado possui registro do perfil da população prisional de condenados e provisórios?	7 Sim - 02 Não - 00 7.1 informativa	Sim	2
7.1	Informar a quantidade de presos por: [a] sexo (masculino):][Condenados:]		32494	
7.1	Informar a quantidade de presos por: [a] sexo (masculino):][Provisórios:]		35761	
7.1	Informar a quantidade de presos por: [b] sexo (feminino):][Condenados:]		1131	
7.1	Informar a quantidade de presos por: [b] sexo (feminino):][Provisórios:]		2016	

7.1	Informar a quantidade de presos por: [c] faixa etária (18-24): ][Condenados:]		9999
7.1	Informar a quantidade de presos por: [c] faixa etária (18-24): ][Provisórios:]		9999
7.1	Informar a quantidade de presos por: [d] faixa etária (25-65): ][Condenados:]		9999
7.1	Informar a quantidade de presos por: [d] faixa etária (25-65): ][Provisórios:]		9999
7.1	Informar a quantidade de presos por: [e] faixa etária (acima 65): ][Condenados:]		9999
7.1	Informar a quantidade de presos por: [e] faixa etária (acima 65): ][Provisórios:]		9999
7.1	Informar a quantidade de presos por: [f] cor (branca): ][Condenados:]		9999
7.1	Informar a quantidade de presos por: [f] cor (branca): ][Provisórios:]		9999
7.1	Informar a quantidade de presos por: [g] cor (preta): ][Condenados:]		9999
7.1	Informar a quantidade de presos por: [g] cor (preta): ][Provisórios:]		9999
7.1	Informar a quantidade de presos por: [h] cor (parda): ][Condenados:]		9999
7.1	Informar a quantidade de presos por: [h] cor (parda): ][Provisórios:]		9999
7.1	Informar a quantidade de presos por: [i] grau de escolaridade (ensino fundamental): ][Condenados:]		9999
7.1	Informar a quantidade de presos por: [i] grau de escolaridade (ensino fundamental): ][Provisórios:]		9999
7.1	Informar a quantidade de presos por: [i] grau de escolaridade (ensino fundamental): ][Provisórios:]		9999
7.1	Informar a quantidade de presos por: [j] grau de escolaridade (ensino médio): ][Condenados:]		9999
7.1	Informar a quantidade de presos por: [j] grau de escolaridade (ensino médio): ][Provisórios:]		9999
7.1	Informar a quantidade de presos por: [k] grau de escolaridade (superior): ][Condenados:]		9999
7.1	Informar a quantidade de presos por: [k] grau de escolaridade (superior): ][Provisórios:]		9999
7.1	Informar a quantidade de presos por: [l] renda (até 2 salários mínimos): ][Condenados:]		9999

## ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO ESTADUAL

7.1	Informar a quantidade de presos por: [l] renda (até 2 salários mínimos):][Provisórios:]		9999	
7.1	Informar a quantidade de presos por: [m] renda (2 a 4 salários mínimos):][Condenados:]		9999	
7.1	Informar a quantidade de presos por: [m] renda (2 a 4 salários mínimos):][Provisórios:]		9999	
7.1	Informar a quantidade de presos por: [n] renda (4 a 10 salários mínimos):][Condenados:]		9999	
7.1	Informar a quantidade de presos por: [n] renda (4 a 10 salários mínimos):][Provisórios:]		9999	
7.1	Informar a quantidade de presos por: [o] renda (10 a 20 salários mínimos):][Provisórios:]		9999	
7.1	Informar a quantidade de presos por: [p] renda (acima de 20 salários mínimos):][Condenados:]		9999	
7.1	Informar a quantidade de presos por: [p] renda (acima de 20 salários mínimos):][Provisórios:]		9999	
7.1	Informar a quantidade de presos por: [q] tipicidade de crime (Contra a Pessoa):][Condenados:]		9999	
7.1	Informar a quantidade de presos por: [q] tipicidade de crime (Contra a Pessoa):][Provisórios:]		9999	
7.1	Informar a quantidade de presos por: [r] tipicidade de crime (Contra o Patrimônio):][Condenados:]		9999	
7.1	Informar a quantidade de presos por: [r] tipicidade de crime (Contra o Patrimônio):][Provisórios:]		9999	
7.1	Informar a quantidade de presos por: [r] tipicidade de crime (Contra o Patrimônio):][Provisórios:]		9999	
7.1	Informar a quantidade de presos por: [s] tipicidade de crime (Contra a Dignidade Sexual):][Provisórios:]		9999	
7.1	Informar a quantidade de presos por: [t] tipicidade de crime (Contra a Administração Pública):][Condenados:]		9999	
7.1	Informar a quantidade de presos por: [t] tipicidade de crime (Contra a Administração Pública):][Provisórios:]		9999	
7.1	Informar a quantidade de presos por: [u] Outros tipos de crime:][Condenados:]		9999	

7.1	Informar a quantidade de presos por: (u) Outros tipos de crime:][Provisórios:]		9999	2
8.	O Estado possui registro do número de unidades prisionais em seu território?	Sim, para as perguntas 8, 8.2 e 8.5 - 03 Sim, para uma das perguntas 8 ou 8.2 - 02 Não - 00 8.1, 8.3, 8.4 informativas	Sim	
8.1	Informe o número de unidades:		198	
8.2	O Estado possui registro do perfil de vagas ofertadas no sistema prisional?		Sim	
8.3	Informe o registro em número de vagas por perfil (masculino, feminino, interditadas e/ou ociosas) e tipo de regime penal: [a] vagas masculinas:][Segurança máxima:] Obs: Caso não haja registro para um campo específico preencher com 9999.		7692	
8.3	Informe o registro em número de vagas por perfil (masculino, feminino, interditadas e/ou ociosas) e tipo de regime penal: [a] vagas masculinas:][Fechado:]Obs: Caso não haja registro para um campo específico preencher com 9999.		20857	
8.3	Informe o registro em número de vagas por perfil (masculino, feminino, interditadas e/ou ociosas) e tipo de regime penal: [a] vagas masculinas:][Semiaberto:] Obs: Caso não haja registro para um campo específico preencher com 9999.		5079	
8.3	Informe o registro em número de vagas por perfil (masculino, feminino, interditadas e/ou ociosas) e tipo de regime penal: [a] vagas masculinas:][Casa de albergado:] Obs: Caso não haja registro para um campo específico preencher com 9999.		136	
8.3	Informe o registro em número de vagas por perfil (masculino, feminino, interditadas e/ou ociosas) e tipo de regime penal: [a] vagas masculinas:][Semiaberto:] Obs: Caso não haja registro para um campo específico preencher com 9999.		9999	
8.3	Informe o registro em número de vagas por perfil (masculino, feminino, interditadas e/ou ociosas) e tipo de regime penal: [a] vagas masculinas:][Prisão domiciliar sem tornozeleira eletrônica:] Obs: Caso não haja registro para um campo específico preencher com 9999.		9999	
8.3	Informe o registro em número de vagas por perfil (masculino, feminino, interditadas e/ou ociosas) e tipo de regime penal: [a] vagas masculinas:][Tornozeleira eletrônica:]		9999	
8.3	Informe o registro em número de vagas por perfil (masculino, feminino, interditadas e/ou ociosas) e tipo de regime penal: [a] vagas masculinas:][Tornozeleira eletrônica:]	TOTAL 4059, uma vez que não há diferenciação por sexo.		

8.3	Informe o registro em número de vagas por perfil (masculino, feminino, interditadas e/ou ociosas) e tipo de regime penal: [a] vagas masculinas:][Total:]		33764	
8.3	Informe o registro em número de vagas por perfil (masculino, feminino, interditadas e/ou ociosas) e tipo de regime penal: [b] vagas femininas:][Segurança máxima:]		29	
8.3	Informe o registro em número de vagas por perfil (masculino, feminino, interditadas e/ou ociosas) e tipo de regime penal: [b] vagas femininas:][Fechado:]		1757	
8.3	Informe o registro em número de vagas por perfil (masculino, feminino, interditadas e/ou ociosas) e tipo de regime penal: [b] vagas femininas:][Semiaberto:]		643	
8.3	Informe o registro em número de vagas por perfil (masculino, feminino, interditadas e/ou ociosas) e tipo de regime penal: [b] vagas femininas:][Casa de albergado:]		0	
8.3	Informe o registro em número de vagas por perfil (masculino, feminino, interditadas e/ou ociosas) e tipo de regime penal: [b] vagas femininas:][Prisão domiciliar sem tornozeleira eletrônica:]		9999	
8.3	Informe o registro em número de vagas por perfil (masculino, feminino, interditadas e/ou ociosas) e tipo de regime penal: [b] vagas femininas:][Liberdade condicional sem tornozeleira eletrônica:]		9999	
8.3	Informe o registro em número de vagas por perfil (masculino, feminino, interditadas e/ou ociosas) e tipo de regime penal: [b] vagas femininas:][Tornozeleira eletrônica:]			TOTAL 4059, uma vez que não há diferenciação por sexo.
8.3	Informe o registro em número de vagas por perfil (masculino, feminino, interditadas e/ou ociosas) e tipo de regime penal: [b] vagas femininas:][Total:]			2429 (contabilizadas apenas as vagas de Segurança Máxima, Fechado, Semiaberto e Casa de Albergado. Prisão domiciliar, Liberdade Condicional e Tornozeleira Eletrônica não foram contabilizados, por não haver distinção entre os sexos)
8.3	Informe o registro em número de vagas por perfil (masculino, feminino, interditadas e/ou ociosas) e tipo de regime penal: [c] vagas interditadas e/ou ociosas:][Segurança máxima:]		9999	
8.3	Informe o registro em número de vagas por perfil (masculino, feminino, interditadas e/ou ociosas) e tipo de regime penal: [c] vagas interditadas e/ou ociosas:][Fechado:]		9999	

## ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO ESTADUAL

8.3	Informe o registro em número de vagas por perfil (masculino, feminino, interditadas e/ou ociosas) e tipo de regime penal: [c] vagas interditadas e/ou ociosas:][Semiaberto:]		9999	
8.3	Informe o registro em número de vagas por perfil (masculino, feminino, interditadas e/ou ociosas) e tipo de regime penal: [c] vagas interditadas e/ou ociosas:][Prisão domiciliar sem tornozeira eletrônica:]		9999	
8.3	Informe o registro em número de vagas por perfil (masculino, feminino, interditadas e/ou ociosas) e tipo de regime penal: [c] vagas interditadas e/ou ociosas:][Liberdade condicional sem tornozeira eletrônica:]		9999	
8.3	Informe o registro em número de vagas por perfil (masculino, feminino, interditadas e/ou ociosas) e tipo de regime penal: [c] vagas interditadas e/ou ociosas:][Tornozeira eletrônica:]		9999	
8.3	Informe o registro em número de vagas por perfil (masculino, feminino, interditadas e/ou ociosas) e tipo de regime penal: [c] vagas interditadas e/ou ociosas:][Total:]		9999	
8.4	Informe a dispersão/distribuição de vagas no Estado. Obs: Número de vagas por território de desenvolvimento.		NORTE - 1823, ALTO JETIQUINHONHA - 373, CAPARAÓ - 1246, CENTRAL - 402, MATA - 2937, MÉDIO E BAIXO JEQUITINHONHA - 473, METROPOLITANO - 12765, MUCURI - 986, NOROESTE - 1606, OESTE - 2070, SUDOESTE - 639, SUL - 2885, TRIÂNGULO NORTE - 2850, TRIÂNGULO SUL - 1239, VALE DO AÇO - 1393, VALE DO RIO DOCE - 1561, VERTENTES - 945	
8.5	O Estado avalia formal e periodicamente* a adequação da oferta do sistema prisional ao perfil da população carcerária? Obs: *mínimo anualmente		Não	
9.	O Estado utiliza mecanismo de monitoramento de condenados em regime externo, por exemplo, tornozeiras eletrônicas?	Sim - 2 Não - 0	Sim	2
10.	O Estado possui registro de presos condenados e provisórios:	Sim para 10.1, 10.2, 10.3, 10.4 e 10.5 - 03 Sim para três a quatro opções - 02 Sim para uma a duas opções - 01 Não - 00 a) infomativas		3
10.1	trabalhando?		Sim, no total de 18615	

## ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO ESTADUAL

	a) Informar o número de presos trabalhando: [Condenados:]		9999
	a) Informar o número de presos trabalhando: [Provisórios:]		9999
10.2	frequentando o ensino formal?		Sim
	a) Informar o número de presos frequentando o ensino formal: [Total:]		6559
	a) Informar o número de presos frequentando o ensino formal: [Condenados:]		5414
	a) Informar o número de presos frequentando o ensino formal: [Provisórios:]		1145
10.3	recebendo formação e/ ou treinamento profissional?		Sim
	a) Informar o número de presos recebendo formação e/ou treinamento profissional: [Total:]		232
	a) Informar o número de presos recebendo formação e/ou treinamento profissional: [Condenados:]		81
	a) Informar o número de presos recebendo formação e/ou treinamento profissional: [Provisórios:]		151
10.4	recebendo assistência jurídica*? Obs: *mínimo anualmente		Sim
	a) Informar o número de presos recebendo assistência jurídica periódica: [Total:]		51066
	a) Informar o número de presos recebendo assistência jurídica periódica: [Condenados:]		9999
	a) Informar o número de presos recebendo assistência jurídica periódica: [Provisórios:]		9999
10.5	recebendo assistência médica e/ ou odontológica periódica*? Obs: * considerar apenas consultas de atenção básica à saúde.		Sim
	a) Informar o número de presos recebendo assistência médica e/ou odontológica periódica: [Total:] Obs: mínimo anualmente.		34653
	a) Informar o número de presos recebendo assistência médica e/ou odontológica periódica: [Condenados:] Obs: mínimo anualmente.		9999
	a) Informar o número de presos recebendo assistência médica e/ou odontológica periódica: [Provisórios:]		9999

## ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO ESTADUAL

11.	O Estado dispõe de regulamentação simplificada que facilite e incentive parcerias com a iniciativa privada e os órgãos públicos para absorção da força de trabalho dos presos e egressos do sistema prisional ao mercado de trabalho?	Sim para as duas perguntas 11 e 11.1 - 03 Sim para pergunta 11 - 02 Não - 00	Sim	3
11.1	Há divulgação dessa oportunidade à iniciativa privada e aos órgãos públicos?		Sim	
12.	Qual o percentual de presos ou egressos do sistema prisional absorvido no mercado de trabalho? [a] na iniciativa privada:]	≥ 30% - 03 < 30% - 02 Não - 00 Média dos pontos percentuais dos itens a) e b)	5,74	
12.	Qual o percentual de presos ou egressos do sistema prisional absorvido no mercado de trabalho? [b] nos órgãos públicos:]		0,73	
<b>Subtotal - II. Sistema Prisional</b>		<b>7 quesitos</b>		
<b>III. Sistema Socioeducativo</b>				
13.	O Estado possui registro do perfil da população adolescente que cumpre medida socioeducativa: [sexo]	Pelo menos três itens (exceto "não possui registro") - 02 Entre um e dois itens (exceto "não possui registro") - 01 Nenhuma - 00	Sim	2
13.	O Estado possui registro do perfil da população adolescente que cumpre medida socioeducativa: [idade]	Pelo menos três itens (exceto "não possui registro") - 02 Entre um e dois itens (exceto "não possui registro") - 01 Nenhuma - 00	Sim	
13.	O Estado possui registro do perfil da população adolescente que cumpre medida socioeducativa: [cor]		Sim	
13.	O Estado possui registro do perfil da população adolescente que cumpre medida socioeducativa: [grau de escolaridade]		Sim	
13.	O Estado possui registro do perfil da população adolescente que cumpre medida socioeducativa: [renda]		Sim	
13.	O Estado possui registro do perfil da população adolescente que cumpre medida socioeducativa: [tipicidade do crime motivador da determinação de medida socioeducativa]		Sim	
13.	O Estado possui registro do perfil da população adolescente que cumpre medida socioeducativa: [não possui registro]		Não	

14.	O Estado tem registro do número de adolescentes condenados ao cumprimento de medidas socioeducativas privativas de liberdade que estão: [cumprindo a medida em estabelecimento apropriado]	Sim para as três alternativas- 02 Sim para uma a duas alternativas - 01 Não possui registro - 00	Sim	1
14.	O Estado tem registro do número de adolescentes condenados ao cumprimento de medidas socioeducativas privativas de liberdade que estão: [cumprindo a medida fora das condições impostas, por falta de estruturação do serviço/oferta estatal]		Sim	
14.	Estado tem registro do número de adolescentes condenados ao cumprimento de medidas socioeducativas privativas de liberdade que estão: [não cumprindo a medida por falta de estruturação do serviço/oferta estatal]		Sim	
14.	O Estado tem registro do número de adolescentes condenados ao cumprimento de medidas socioeducativas privativas de liberdade que estão: [não possui registro]		Não	
15.	O Estado tem registro do número de adolescentes condenados ao cumprimento de medidas socioeducativas de meio aberto que estão: [cumprindo a medida adequadamente]	Sim para as três alternativas- 02 Sim para uma a duas alternativas - 01 Não possui registro - 00	Sim	0
15.	O Estado tem registro do número de adolescentes condenados ao cumprimento de medidas socioeducativas de meio aberto que estão: [cumprindo a medida fora das condições impostas, por falta de estruturação do serviço/oferta estatal]		Não	
15.	O Estado tem registro do número de adolescentes condenados ao cumprimento de medidas socioeducativas de meio aberto que estão: [não cumprindo a medida por falta de estruturação do serviço/oferta estatal]		Não	
15.	O Estado tem registro do número de adolescentes condenados ao cumprimento de medidas socioeducativas de meio aberto que estão: [não possui registro]		Sim	2
16.	O Estado calcula a superlotação e/ou ociosidade de vagas para cumprimento de medidas socioeducativas privativas de liberdade: [masculinas]	Sim para as três alternativas- 02 Sim para uma a duas alternativas - 01 Não possui registro - 00	Sim	
16.	O Estado calcula a superlotação e/ou ociosidade de vagas para cumprimento de medidas socioeducativas privativas de liberdade: [femininas]		Sim	

16.	O Estado calcula a superlotação e/ou ociosidade de vagas para cumprimento de medidas socioeducativas privativas de liberdade: [adequação do local de oferta com o local da demanda]			Sim	
16.	O Estado calcula a superlotação e/ou ociosidade de vagas para cumprimento de medidas socioeducativas privativas de liberdade: [não possui registro]			Não	
<b>Subtotal - III. Sistema Socioeducativo</b>		<b>4 quesitos</b>			
<b>IV. Sistema de Informação de Segurança Pública</b>					
17.	O Estado possui sistema de videomonitoramento e/ou acessa o sistema dos municípios do seu território?	Sim para perguntas 17 e 17.1 - 03 Sim apenas para pergunta 17 - 02		Sim	3
17.1	O uso das imagens é integrado/compartilhado entre as forças policiais para prevenção, repressão, investigação, e também com o Poder Judiciário?	Não - 00 17.2 informativa		Sim	
17.2	Qual percentual do território estadual está coberto pelo sistema de videomonitoramento? Ex: 10%, 20%, 50%, 100%.			9999	
18.	O Estado possui sistema automatizado de Identificação Civil (AFIS - Automated fingerprint identification system)?	18 Sim - 03 Não - 00 18.1 e 18.2 informativas		Não	0
18.1	Qual o percentual de cobertura da população cadastrada? Ex: 10%, 20%, 50%, 100%.				
18.2	Qual o percentual de registros físicos digitalizados? Ex: 10%, 20%, 50%, 100%.				
19.	O Estado sistematiza suas informações de segurança?	Sim para perguntas 19, 19.1 e pelo menos 3 itens da pergunta 19.2 (exceto letra g)- 03 Sim apenas para a pergunta 19 - 02 Não - 00		Sim	3
19.1	O Estado possui sistema integrado (informatizado ou não) de informações de segurança?			Sim	
19.2	As informações de segurança são automatizadas / integradas com os sistemas de registro de: [policimento ostensivo e prevenção da ordem]			Sim	
19.2	As informações de segurança são automatizadas / integradas com os sistemas de registro de: [policimento jurídico e investigação]			Sim	

19.2	As informações de segurança são automatizadas / integradas com os sistemas de registro de: [prevenção social]			Não	
19.2	As informações de segurança são automatizadas / integradas com os sistemas de registro de: [informações prisionais]			Sim	
19.2	As informações de segurança são automatizadas / integradas com os sistemas de registro de: [informações do Judiciário]			Não	
19.2	As informações de segurança são automatizadas / integradas com os sistemas de registro de: [informações do Sistema Socioeducativo]			Não	
<b>Subtotal - IV. Sistema de Informação de Segurança Pública</b>					
<b>V. Controle Social</b>					
20.	O Estado possui sistema de Disque-Denúncia que garanta o anonimato?	Sim para perguntas 20 e 20.2 - 03		Sim	3
20.1	Informe o número de denúncias recebidas no ano avaliado:	Sim apenas para pergunta 20 - 02 Não - 00		75.844	
20.2	O Estado tem registro do processo de classificação e sistematização das informações, de forma a promover maior aproveitamento da denúncia para esclarecimento de crimes e fenômenos de interesse da Segurança Pública?	20.1 informativa		Sim	
<b>Subtotal - V. Controle Social</b> <b>1 quesito</b>					
<b>VI. Guarda Municipal</b>					
21.	O Estado possui registro do número de municípios com mais de 50.000 habitantes que possuem Guarda Municipal?	Sim para perguntas 21 e 21.2 - 03 Sim para pergunta 21 ou 21.2 - 02 Não - 00		Sim	3
21.1	Quantos municípios do Estado possuem a Guarda?	21.1 informativa		61	
21.2	O governo do Estado possui ações de apoio, articulação, capacitações e avaliações das Guardas Municipais?			Sim	
<b>Subtotal - VI. Guarda Municipal</b> <b>1 quesito</b>					
<b>VII. Defesa Civil</b>					
22.	O Estado possui Coordenadoria Estadual de Defesa Civil - Cedec?	Sim para perguntas 22 e 22.1 - 03		Sim	3

22.1	Esta Coordenadoria Estadual de Defesa Civil – Cedec é devidamente estruturada?	Sima apenas para pergunta 22 - 02 Não - 00	Sim	0
23.	O Estado utiliza registro eletrônico para cadastramento de ocorrências de Defesa Civil?	Sim para todas as perguntas - 03 Sim para pergunta 23 e pergunta 23.1 ou 23.2 - 02	Não	
23.1	Esse registro eletrônico está integrado ao S2ID (Sistema Integrado de Informações sobre Desastres da União)?	Sim apenas para pergunta 23 - 01 Não - 0	N/A	
23.2	Esse registro eletrônico está integrado aos outros sistemas de registro de ocorrências das demais unidades de segurança (REDS/BO, etc)?		N/A	
24.	O Estado possui levantamento para identificação de riscos em municípios os quais demandam intervenções do Poder Público?	Sim para perguntas 24 e todos os itens da 24.1 - 03 Sim para perguntas 24 e um a dois itens da 24.1 - 02 Sim apenas para pergunta 24 - 01 Não - 0	Sim	2
24.1	O levantamento identifica riscos de: [Incêndio e Pânico em edificações]		Não	
24.1	O levantamento identifica riscos de: [Riscos Geológicos (nos termos Lei 13.425/17)]		Sim	
24.1	O levantamento identifica riscos de: [Riscos Hidrológicos (nos termos Lei 13.425/17)]		Sim	
24.1	O levantamento identifica riscos de: [Outros]		MATERIAIS PERIGOSOS, TERREMOTO, CIANOBACTÉRIAS, BARRAGENS, BAIXA UMIDADE, ONDAS DE FRIO	
25.	O Estado possui registro do número de municípios que possuem Coordenadoria Municipal de Defesa Civil capacitada periodicamente para ações de resiliência?	Sim para perguntas 25, 25.1, 25.2 e 25.3 - 03 Sim para pergunta 25 ou 25.1 e 25.2 e 25.3 - 02 Sim para pergunta 25 ou 25.1 apenas - 01 Não - 00 25.4 e 25.5 informativa	Sim	2
25.1	O Estado possui registro do número de municípios que formalizaram o Plano de Contingência de Defesa Civil?		Sim	
25.2	O Estado avalia periodicamente os Planos Municipais de Contingência de Defesa Civil quanto ao alinhamento à política de resiliência adotada pelo Brasil no Marco Sendai?		Sim	
25.3	O Estado realiza simulações dos Planos de Contingência?		Sim	
25.4	Informe a periodicidade das simulações:		AVALIAÇÕES SEMESTRAIS OU ANUAIS, VARIANDO DE ACORDO COM O EVENTO ADVERSO.	

25.5	Quantos municípios do território estadual possuem: [a] Plano de Contingência:]		79	
25.5	Quantos municípios do território estadual possuem: [b] Coordenadoria Municipal de Defesa Civil capacitada periodicamente para ações de resiliência:]		114	
<b>Subtotal - VII. Defesa Civil</b>		<b>4 quesitos</b>		
<b>VIII. Institucional</b>				
26.	Informe o número de efetivos: [a] Polícia Militar:]	Pelo menos 3 alternativas respondidas - 02 Nenhuma - 00	40.508	2
26.	Informe o número de efetivos: [b] Corpo de Bombeiros:]	Pelo menos 3 alternativas respondidas - 02 Nenhuma - 00	5.940	
26.	Informe o número de efetivos: [c] Defesa Civil:]	Pelo menos 3 alternativas respondidas - 02 Nenhuma - 00	9.999*	2
26.	Informe o número de efetivos: [d] Polícia Civil:]		11.271	
26.	Informe o número de efetivos: [e] Agentes penitenciários:]	Pelo menos 3 alternativas respondidas - 02 Nenhuma - 00	14.382	
26.	Informe o número de efetivos: [f] Agentes socioeducativos:]	Pelo menos 3 alternativas respondidas - 02 Nenhuma - 00	2.160	
27.	O Estado oferece cursos de capacitação periódicos aos agentes da Segurança Pública?	Sim parapergunta 27 e sim para perguntas 27.2 e 27.3 - 03 Sim para pergunta 27 e 27.2 ou 27.3 - 02 Sim para pergunta 27ou 27.2 ou 27.3 - 01 Não - 00	Sim	
27.1	São alvo de capacitações: [Polícia Militar]		Sim	
27.1	São alvo de capacitações: [Corpo de Bombeiros]		Sim	
27.1	São alvo de capacitações: [Defesa Civil]		Não	
27.1	São alvo de capacitações: [Polícia Civil]		Sim	
27.1	São alvo de capacitações: [Agentes penitenciários]		Sim	
27.1	São alvo de capacitações: [Agentes socioeducativos]		Sim	
27.1	O Estado faz avaliações periódicas das capacitações ofertadas?		Sim	
27.2	O Estado faz avaliações periódicas das capacitações ofertadas?		Sim	

\*Resposta alterada de "9.999" para "41", conforme item 5 - Incongruências/ausências apuradas no preenchimento do IEGE.

27.3	Os cursos de capacitação promovem compartilhamento de estruturas, bases de dados e informações entre os diversos agentes, de forma que todos tenham visão completa do ciclo da Segurança Pública*? Obs: *prevenção, repressão, investigação, denúncia, condenação, cumprimento de pena, reintegração social.			Não	3
28.	O Estado possui Conselhos de Segurança Pública nos municípios?	Sim para perguntas 28, 28.1 e 28.3 - 03 Sim para pergunta 28 e 28.1 ou 28.3 - 02 Sim apenas para pergunta 28 - 01 Não - 00 28.2 informativa		Sim	
28.1	Conselhos instalados com reuniões periódicas?			Sim	
28.2	Informe a periodicidade		Conforme definido no respectivo estatuto. Normalmente é mensal.		
28.3	Conselhos instalados com atribuições consultivas ou deliberativas?			Sim	
<b>Subtotal - VIII. Institucional</b>		<b>3 quesitos</b>			
<b>IX. Governança</b>					
29.	O Estado registra o número de crimes violentos ocorridos em seu território?	29 Sim - 03 Não - 00		Sim	3
29.1	Informe o quantitativo apurado no ano avaliado CONTRA A PESSOA: [a] Homicídios:]	29.1 e 29.2 informativas		3.095	
29.1	Informe o quantitativo apurado no ano avaliado CONTRA A PESSOA: [b] Estupros:]			5.050	
29.1	Informe o quantitativo apurado no ano avaliado CONTRA A PESSOA: [c] Lesão Corporal Grave:]			9.999	
29.1	Informe o quantitativo apurado no ano avaliado CONTRA A PESSOA: [d] Tortura:]			89	
29.1	Informe o quantitativo apurado no ano avaliado CONTRA A PESSOA: [e] Extorsão:]			803	
29.2	Informe o quantitativo apurado no ano avaliado CONTRA O PATRIMÔNIO: [a] Roubo:]			75.835	
29.2	Informe o quantitativo apurado no ano avaliado CONTRA O PATRIMÔNIO: [b] Roubo à mão armada com arma de fogo:]			44.905	

29.2	Informe o quantitativo apurado no ano avaliado CONTRA O PATRIMÔNIO: [c] Roubo à mão armada com arma branca:]		6.941	2
29.2	Informe o quantitativo apurado no ano avaliado CONTRA O PATRIMÔNIO: [d] Sequestro:]		265	
29.2	Informe o quantitativo apurado no ano avaliado CONTRA O PATRIMÔNIO: [e] Extorsão:]		803	
30.	Qual o quantitativo de ocorrências registradas no ano avaliado relativas a: [a] Violência doméstica:]	Pelo menos cinco alternativas informadas - 03 Entre três e quatro alternativas informadas - 02	140.154	
30.	Qual o quantitativo de ocorrências registradas no ano avaliado relativas a: [b] Homofobia:]	Entre uma e duas alternativas informadas - 01 Não - 00	9.999	
30.	Qual o quantitativo de ocorrências registradas no ano avaliado relativas a: [c] Racismo:]	30.1 informativa	107	
30.	Qual o quantitativo de ocorrências registradas no ano avaliado relativas a: [d] Intolerância religiosa:]		9.999	
30.	Qual o quantitativo de ocorrências registradas no ano avaliado relativas a: [e] Violência contra a população de rua:]		64	
30.	Qual o quantitativo de ocorrências registradas no ano avaliado relativas a: [f] Violência policial:]		9.999*	
30.	Qual o quantitativo de ocorrências registradas no ano avaliado relativas a: [g] Violência contra crianças e adolescentes:]		11.403	
30.1	O Estado utiliza alguma forma de registro eletrônico para cadastramento dessas ocorrências?		Sim	1
31.	O Estado registra a taxa de letalidade dos agentes do Sistema de Segurança: [Polícia Militar e Corpo de Bombeiros]	Sim para todos os itens (exceto "Não possui registro") - 02 Sim para um a dois itens (exceto "Não possui registro") - 01 Não - 00	Sim	
31.	O Estado registra a taxa de letalidade dos agentes do Sistema de Segurança: [Polícia Civil]		Sim	
31.	O Estado registra a taxa de letalidade dos agentes do Sistema de Segurança: [Sistema Prisional]		Sim	
31.	O Estado registra a taxa de letalidade dos agentes do Sistema de Segurança: [Sistema de medidas socioeducativas privativas de liberdade]		Não	

\*Resposta alterada de "9.999" para "130", conforme item 5 - Incongruências/ausências apuradas no preenchimento do IEGE.

31.	O Estado registra a taxa de letalidade dos agentes do Sistema de Segurança: [Não possui registro]			Não	0
32.	O Estado registra e calcula periodicamente a relação entre crimes violentos contra a pessoa e número de inquéritos concluídos de: [Homicídios]	Sim para todos os itens (exceto "Não possui registro")- 02 Sim para um a dois itens (exceto "Não possui registro") - 01 Não - 00		Não	
32.	O Estado registra e calcula periodicamente a relação entre crimes violentos contra a pessoa e número de inquéritos concluídos de: [Estupros]			Não	3
32.	O Estado registra e calcula periodicamente a relação entre crimes violentos contra a pessoa e número de inquéritos concluídos de: [Lesão Corporal Grave]			Não	
32.	O Estado registra e calcula periodicamente a relação entre crimes violentos contra a pessoa e número de inquéritos concluídos de: [Tortura]			Não	
32.	O Estado registra e calcula periodicamente a relação entre crimes violentos contra a pessoa e número de inquéritos concluídos de: [Não possui registro]			Sim	
33.	O Estado mede e registra o tempo de resposta do 190: [Tempo de espera da chamada]	Sim para todos os itens (exceto "Não possui registro")- 03 Sim para um a dois itens (exceto "Não possui registro")- 02 Não - 00		Sim	
33.	O Estado mede e registra o tempo de resposta do 190: [Tempo de espera entre o início da chamada e a designação da força policial]			Sim	
33.	O Estado mede e registra o tempo de resposta do 190: [Tempo entre o início da chamada e a chegada da força policial]			Sim	
33.	O Estado mede e registra o tempo de resposta do 190: [Não possui registro]			Não	
34.	O Estado realiza avaliação periódica da qualidade do atendimento policial e de custódia de apenados?	Sim para pergunta 34 e sim para pergunta 34.2 - 03 Sim apenas para pergunta 34 - 02 Não realiza avaliação periódica - 00 34.1, 34.3 e 34.4 informativas		Não	
34.1	São alvo de avaliações periódicas: [Polícia Militar]			N/A	
34.1	São alvo de avaliações periódicas: [Polícia Civil]			N/A	
34.1	São alvo de avaliações periódicas: [Sistema Prisional]			N/A	
34.1	São alvo de avaliações periódicas: [Sistema de medidas socioeducativas]			N/A	

## ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO ESTADUAL

34.1	São alvo de avaliações periódicas: [Corpo de Bombeiros]		N/A	
34.1	São alvo de avaliações periódicas: [Defesa Civil]		N/A	
34.2	As avaliações consideram a opinião do público estratégico interessado*? Obs: *População atendida, especialistas, outras instituições públicas.		N/A	
34.3	As avaliações são feitas por institutos de pesquisa externos independentes?		N/A	
34.4	Qual a periodicidade das avaliações: [a] Polícia Militar:]			
34.4	Qual a periodicidade das avaliações: [b] Polícia Civil:]			
34.4	Qual a periodicidade das avaliações: [c] Sistema Prisional:]			
34.4	Qual a periodicidade das avaliações: [d] Sistema de medidas socioeducativas:]			
34.4	Qual a periodicidade das avaliações: [e] Corpo de Bombeiros:]			
34.4	Qual a periodicidade das avaliações: [f] Defesa Civil:]			
35.	O Estado pesquisa e/ou avalia periodicamente a sensação de segurança da população?	35 Sim - 1 Não - 0 35.1 e 35.2 informativas	Não	0
35.1	Qual a periodicidade?			
35.2	Qual o resultado da pesquisa nas últimas edições? Obs: abrangência máxima de um período de 15 anos.			
36.	O Estado realiza acompanhamento periódico de todo o ciclo de atividades de Segurança Pública para crimes violentos contra a pessoa?	Sim para pergunta 36 e pelo menos uma alternativa - 02 Não - 00	Não	0
36.1	Indique os registros do acompanhamento: a) Registro de ocorrências versus atuação policial preventiva/ostensiva (registros de ocorrências motivaram ações de flagrante/recuperação do bem/ resgate de pessoa/impedimento do crime tentado):			
36.1	Indique os registros do acompanhamento: [b] Registro de flagrantes com número de prisões provisórias versus denunciadas:]			
36.1	Indique os registros do acompanhamento: [c] Registro de ocorrências versus abertura de inquéritos:]			
36.1	Indique os registros do acompanhamento: [d] Registro de ocorrências versus conclusão de inquéritos:]			

## ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO ESTADUAL

36.1	Indique os registros do acompanhamento: [e] Registro de ocorrências versus encaminhamento de inquéritos para o Ministério Público:]			
36.1	Indique os registros do acompanhamento: [f] Registro de ocorrências versus oferecimento de denúncia:]			
36.1	Indique os registros do acompanhamento: [g] Registro de ocorrências versus condenações:]			
36.1	Indique os registros do acompanhamento: [h] Registro de ocorrências versus cumprimento de sentença:]			
36.1	Indique os registros do acompanhamento: [i] Registro de ocorrência versus reincidência:]			
36.1	Indique os registros do acompanhamento: [j] Outros (especifique):]			
37.	Para o cálculo do Indicador de Avaliação do Planejamento - IAP, informe sobre a execução orçamentária das ações dos programas do PPA relativos às políticas públicas da segurança pública: [a] A razão entre o número de ações cujo EFISi esteja entre 0,7 e 1,3 e o total de ações previstas, excluídas as não-orçamentárias*:] Ex: 0,7; 0,8; 1,3. Obs: EFISi = Execução físicai/Previsão física iniciali EFINi = Execução financeirai/Previsão financeira iniciali IEEOi = EFISi/EFINi onde i corresponde a cada uma das ações dos programas do PPA *total de ações que não têm execução financeira, ainda que tenham execução física.	Calcular IAP: Somar ((A + B + C ) / 3)*100  IAP ≥ 80 - 05 IAP ≥ 60 - 04 IAP ≥ 40 - 03 IAP ≥ 20 - 02 IAP < 20 - 01	0,7	3
37.	Para o cálculo do Indicador de Avaliação do Planejamento - IAP, informe sobre a execução orçamentária das ações dos programas do PPA relativos às políticas públicas da segurança pública: [b] A razão entre o número de ações cujo EFINi esteja entre 0,7 e 1,3 e o total de ações previstas, excluídas as não-orçamentárias*:]		0,39	
37.	Para o cálculo do Indicador de Avaliação do Planejamento - IAP, informe sobre a execução orçamentária das ações dos programas do PPA relativos às políticas públicas da segurança pública: [c] A razão entre o número de ações cujo Índice de Equilíbrio da Execução Orçamentária (IEEOi) esteja entre 0,7 e 1,3 e o total de ações previstas, excluídas as não-orçamentárias*:]		0,49	

## ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO ESTADUAL

Subtotal - IX. Governança	9 quesitos	TOTAL	66
---------------------------	------------	-------	----

**TOTALIZAÇÃO**

Quesitos: 37

Pontos máximos: 100

Pontos mínimos: 000

FÓRMULA MATEMÁTICA APLICADA APÓS ANÁLISE FATORIAL

$$i\text{-SEGP} = (\text{Somatório da pontuação de cada quesito})/100$$

**Peso da Dimensão Segurança Pública**

$$i\text{-SEGP}: 20/100 = 0,20 (20\%)$$